



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputados Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputados Duílio de Castro, Hely Tarquínio, Rômulo Veneroso

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

Líder: Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara e Deputados Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

Líder: Deputado Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Lafayette Andrada
Deputado Neider Moreira
Deputado Fred Costa

BAM	Presidente
BAM	Vice-Presidente
BTR	
BTR	
BTR	



Deputado Rogério Correia PT
Deputado Ivair Nogueira PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BAM
Deputado Hely Tarquínio BAM
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Bruno Siqueira PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca PT Presidente
Deputado Pompílio Canavez PT Vice-Presidente
Deputado João Leite BTR
Deputado Sebastião Costa BTR
Deputado Glaycon Franco BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado PT
Deputado Paulo Lamac PT
Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Fábio Cherem BTR
Deputado Neider Moreira BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa BTR Presidente
Deputado Bruno Siqueira PMDB Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Glaycon Franco BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado André Quintão PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB
Deputado Bosco BTR
Deputado Arlen Santiago BTR
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Délio Malheiros BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado PT Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT



Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Carlos Pimenta	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Marques Abreu	BTR	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BAM	Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Romel Anísio	BAM
Deputada Rosângela Reis	BAM
Deputado Antônio Lerin	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Pompílio Canavez	PT
Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	



Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Carlin Moura	PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	PMDB
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	PT
Deputado Carlos Pimenta	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BAM
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Juninho Araújo	BTR



Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Doutor Viana	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Doutor Viana	BAM	
Deputado Antônio Lerin	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette Andrada	BTR	Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	



Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Gilberto Abramo PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BAM Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BTR
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco BTR
Deputado Doutor Viana BAM
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Fábio Cherem BTR
Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara PT Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo PT
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BAM Presidente
Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araujo BTR
Deputado Pompílio Canavez PT
Deputado Tadeu Martins Leite PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BAM
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Duarte Bechir BTR
Deputado Celinho do Sinttrocel PCdoB
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS****Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10h30min**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BAM	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATA

2.1 - 21ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

3 - ORDENS DO DIA



3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****LEI****LEI Nº 20.265, DE 17 DE JULHO DE 2012**

Declara de utilidade pública o Clube Recreativo Arvoredo, com sede no Município de Contagem.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube Recreativo Arvoredo, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 17 de julho de 2012; 224ª da Inconfidência Mineira e 191ª da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Jayro Lessa - 3º-Secretário nas funções de 2º-Secretário

**ATA****ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2012****Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Inácio Franco e Rômulo Viegas**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Questões de ordem - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 e dos Projetos de Lei nºs 828, 941, 1.169, 2.344, 2.382, 2.401 e 2.482/2011, 2.783, 2.996, 3.033, 3.056, 3.057, 3.058, 3.128 e 3.211/2012; aprovação; declaração de voto - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e a Emenda nº 2; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.702/2011; discursos dos Deputados Paulo Guedes, Duarte Bechir, Carlos Mosconi, Antônio Carlos Arantes e Alencar da Silveira Jr.; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 11; aprovação; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.298/2012; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Gilberto Abramo, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Elismar Prado, Duarte Bechir, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia e Zé Maia; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011; encerramento da discussão; inexistência de quórum especial para votação de projeto de lei complementar - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 367/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 721/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 832/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 847/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.920/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.329/2012; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.330/2012; apresentação das Emendas nºs 3 e 4; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; votação da Emenda nº 3; aprovação; votação da Emenda nº 4; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.164/2012; discursos do Deputado Ulysses Gomes e da Deputada Maria Tereza Lara; prorrogação da reunião; discurso da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Rogério Correia - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adaleclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara



- Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, cumprimento todo o corpo do sindicato dos funcionários da Justiça, que estão reivindicando os seus justos direitos. Cumprimento as demais pessoas que nos acompanham nas galerias e pela TV Assembleia. Cumprimento, de forma especial, os meus funcionários de gabinete. Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito este instante em que estão sendo feitos entendimentos para manifestar o meu sentimento de gratidão às colegas Deputadas e aos colegas Deputados desta Casa.

Cheguei aqui há 14 anos e sempre tive a colaboração de muitos dos colegas Deputados. A vida é um eterno aprender, um eterno caminhar. O conhecimento é infinito. Aprendemos a conviver e a trabalhar juntos na Assembleia Legislativa em defesa do povo mineiro. Inicio agradecendo a Deus pois, quando contamos com esse Deus em nossa vida, não há nada insuperável. Entregamos o último sonho de político, chegar ao cargo do Tribunal de Contas, primeiramente nas mãos dele. Se fosse para exercer um bom mandato, ser útil, prestar um grande serviço no Tribunal de Contas, fiscalizando corretamente o bom uso do dinheiro público em todas as esferas públicas do nosso Estado e em todas as esferas privadas, que também trabalham o dinheiro público, que eu ganhasse. Se não fosse para isso, eu já estava e estou muito bem na Assembleia, cumprindo meu quarto mandato, então que aqui eu permanecesse. Quis Deus, com a participação da maioria dos meus colegas Deputados e das colegas Deputadas, que alcançássemos essa vitória.

Inicialmente, cumprimento os dois colegas aspirantes, que disputaram comigo a eleição pela vaga do Tribunal de Contas, os Deputados Sebastião Costa e Ivair Nogueira. Dois grandes colegas, aptos e em condições de também prestar um grande serviço. Seriam dois grandes Conselheiros. Desejo muito sucesso em suas vidas particular, familiar e pública. Agradeço a todos que confiaram e acreditaram em nosso nome, cravando o voto decisivo para nossa eleição. A gratidão é fundamental na vida do ser humano. A única coisa que Jesus não aceitou na terra foi a ingratidão. É preciso saber reconhecer e agradecer, o que neste momento me estimula a ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa, no último dia de trabalho do primeiro semestre. Agradeço e digo que essa gratidão foi cobrada pelo próprio Jesus, quando ele curou dez leprosos e apenas um foi agradecê-lo. Ele não aceitou o esquecimento, o não reconhecimento dos outros nove e cobrou. Onde estão os outros nove? Não eram dez? Precisamos ter esse sentimento com autenticidade no coração e na vida. Externo a cada um, a todos os senhores, aos que votaram em mim e aos que votaram nos outros dois companheiros, minha eterna gratidão. Lá, iremos permanecer como sempre fomos aqui, relacionando-nos com as pessoas, porque o mundo existe para sermos solidários e não solitários. Queremos levar o aprendizado desta Casa para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Concedo aparte ao ilustre amigo Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Ilustre Deputado Doutor Viana, queria, nesta oportunidade, felicitar V. Exa. Por ter sido escolhido pelo plenário da Assembleia para compor o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. É importante registrar que V. Exa. sempre se pautou por uma postura muito ética, transparente, de respeito aos pares e às naturais divergências do Parlamento.

Temos a convicção de que V. Exa., no Tribunal de Contas, terá papel fundamental, pelo seu conhecimento técnico, pela sua experiência de vida. V. Exa., que foi Prefeito da grandiosa cidade de Curvelo, sabe da importância de os Prefeitos estarem bem-preparados para a gestão da coisa pública, terem conhecimento técnico para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. V. Exa. defende a tese que consideramos acertada e correta de que o Tribunal de Contas, além de ter postura fiscalizatória, de corrigir erros, deve ter postura pedagógica, orientadora, para que os nossos gestores possam estar preparados para as suas prestações de contas, para a correta aplicação dos recursos públicos, conforme determinação estabelecida pela lei, como os gastos corretos com educação e saúde pública. Fazemos isso preparando tecnicamente a equipe dos Municípios e os gestores. Tenho a convicção de que V. Exa., como novo Conselheiro do Tribunal de Contas, vai engratecer muito aquela Corte. Quero felicitá-lo. Que V. Exa. tenha pleno sucesso no Tribunal de Contas, como sempre foi um Deputado de sucesso aqui, durante todos esses anos, e como Prefeito e Vereador de Curvelo. V. Exa. possui brilhante experiência e currículo de prestação de serviço para a vida pública. Felicidades ao senhor!



Também quero parabenizar os outros dois concorrentes, os Deputados Sebastião Costa e Ivair Nogueira, pessoas de escol, com grande capacidade. Mas V. Exa., pelos próprios méritos e pela sua trajetória, mereceu ser escolhido novo Conselheiro do Tribunal de Contas.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Com muita alegria e muita honra, passo a palavra ao meu amigo, colega Deputado e também médico Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Muito obrigado, Doutor Viana. Antes de me dirigir a V. Exa., quero parabenizar os seus concorrentes, mas amigos e colegas: Deputado Ivair Nogueira, que recebeu o meu voto, e Deputado Sebastião Costa, colega valoroso, que tem dado contribuição importante a esta Casa, pela sua serenidade, determinação e companheirismo. Mas quero saudar de forma especial V. Exa., pelo trabalho. Embora pertença a um partido com concepções distintas do que represento nesta Casa, V. Exa. sempre se pautou pela transparência, pela lisura, pela serenidade e pela amizade que construímos ao longo do tempo em que convivemos.

Quero dirigir-me a V. Exa. com um pedido veemente. Doutor Viana, você vai para o Tribunal de Contas. Embora pertença a um partido que o manteve aqui até o presente momento, sabemos que o trabalho de Conselheiro possui dimensão suprapartidária - nem é pluripartidária, mas suprapartidária. O Tribunal de Contas tem um dever, uma missão, um objeto muito especial: cuidar das contas dos Municípios e, de modo muito especial, do Estado, da fiscalização e do controle das suas contas. O Tribunal de Contas tem feito uma ação muito interessante e positiva, ao antecipar o controle das contas, ao fazer ação preventiva, propositiva, ativa, no sentido de ir aonde estão as ações, para que elas estejam corretas e transparentes.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais recentemente tomou uma posição que tem caráter preventivo mas, no nosso entendimento, ela é fora do contexto e afrontosa à Constituição Brasileira. Todos, sejam os governantes, o Executivo e o Legislativo, comprometemo-nos a respeitar e defender as nossas Constituições, a Estadual e a Federal. As conquistas que estão na Constituição são muito importantes para assegurar aos trabalhadores e às políticas públicas do nosso Estado as condições efetivas para que possam produzir resultados em favor do povo brasileiro. Trato aqui especificamente da política da educação e saúde. Não podemos nos conformar com ela. Espero que V. Exa. compartilhe conosco desse ideal, de que o Tribunal de Contas legitime ações subconstitucionais, infraconstitucionais ou à margem da Constituição. Quero pedir a V. Exa. que, ao chegar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, não compactue com os investimentos que estejam fora do que determina a Constituição. A saúde exige, e estamos buscando mais. V. Exa. e esta Casa participam de uma luta muito importante no Brasil. Somos parceiros do movimento que leva ao povo a chamada para que possamos apresentar, no Congresso Nacional, uma emenda de iniciativa popular obrigando o governo federal a aplicar mais recursos na saúde. Estamos precisando desses recursos para garantir os medicamentos, as ações necessárias, o apoio aos trabalhadores da saúde. Assim, eles poderão promover saúde dentro do Sistema Único de Saúde, que é direito fundamental de todos.

Sabemos que os recursos são necessários e precisamos de mais, mas nossa Constituição Brasileira já assegura e determina que o Estado e os Municípios apliquem o mínimo constitucional. Não é possível e aceitável que o Tribunal de Contas do Estado reconheça ou legitime uma aplicação inferior a isso. Peço a V. Exa. que, chegando ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, faça valer esse princípio, exija do Estado de Minas que aplique na educação o mínimo de 25% e na saúde o mínimo de 12% das receitas correntes, para atender ao clamor daqueles que precisam da saúde e dos trabalhadores da saúde, sejam eles servidores, médicos, enfermeiros, pois carecem de um atendimento mais digno do ponto de vista dos salários e das condições de trabalho. Para isso, é preciso que os recursos sejam efetivamente aplicados.

O voto dado a V. Exa. não foi somente pela minha relação de amizade, não foi só pela nossa convivência aqui, mas porque acredito que, sendo V. Exa. médico, comprometido com a vida e com a saúde das pessoas, vai levar isso ao Tribunal de Contas, para que possa exigir que esses recursos sejam aplicados efetivamente. Vou me sentir realizado e contemplado quando V. Exa., lá no Tribunal de Contas, Doutor Viana, estiver ao lado da Constituição e ao lado da saúde. Sendo assim vou poder voltar a este microfone para congratular-me mais uma vez com seu trabalho, com seu esforço e com seu serviço em favor de Minas, do Brasil, da saúde do povo mineiro e brasileiro. Seja feliz e que lá possa cumprir essa missão tão importante a serviço da nossa gente.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, nobre colega, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Pode ter certeza de que vamos trabalhar como sempre fizemos aqui, cumprindo a Constituição e o Regimento. Somos consultores das leis para serem cumpridas. Vamo-nos empenhar para que as Constituições e os regimentos sejam cumpridos. Pela ordem de inscrição, passarei a palavra ao Deputado Duílio de Castro. Mas, antes, quero fazer uma saudação a três colegas: Deputado Sebastião Costa, Deputado Fred Costa e Deputado Vanderlei Miranda, que hoje aniversariam. Aos nossos três colegas que estão aniversariando, que Deus os abençoe e lhes dê felicidade e muitos anos de vida. Passo a palavra, ao Deputado Duílio de Castro. Em seguida, ao colega médico, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Duílio de Castro - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Quero aqui parabenizá-lo e também aos Deputados Ivair Nogueira e Sebastião Costa, que colocaram seus nomes à disposição de representar esta Casa no Tribunal de Contas. Sabemos que qualquer um desses nomes estaria preparado a assumir o cargo de Conselheiro. Em especial, quero dizer que tenho certeza de que V. Exa. está preparado. Só o fato de ter sido Vereador e Prefeito da cidade de Curvelo já lhe angariou muita experiência. Aqui no Parlamento mineiro sua trajetória consolidou sua experiência para que você chegasse ao Tribunal de Contas e realizasse um importante trabalho, principalmente na prevenção, preparando os gestores para suas prestações de contas. V. Exa. esteve à frente de uma prefeitura e sabe que, muitas vezes, erros formais são praticados por falta de treinamento, de uma política de maior aproximação entre o Tribunal e as prefeituras. Podem pensar que erros são cometidos por dolo, mas não são. Por sua experiência, esperamos que o senhor realize esse trabalho de aproximação. Nosso regime político nos concede o direito de substituímos os gestores. A alternância também é importante para o processo democrático, mas traz a parte negativa de os gestores novos precisarem de treinamento. É necessário que o Tribunal de Contas tenha a capacidade de fazer essa aproximação com as prefeituras, dando condições para as suas equipes consolidarem o processo democrático em suas gestões, pois foram escolhidos pelo povo. Para isso, o Tribunal deve contribuir dando esse treinamento aos gestores.



Aproveito o momento para dizer que sua vitória foi consolidada na amizade, competência e equilíbrio de V. Exa., independentemente de partidos, de blocos nesta Casa. V. Exa. tem o respeito de todos pela amizade que construiu com seus companheiros aqui dentro. Parabéns, e Deus te abençoe nessa nova caminhada! Alguém tem de perder para alguém ganhar. Esta Casa perde sua experiência, que por tanto tempo contribuiu aqui, mas o Tribunal de Contas e o Estado de Minas Gerais ganharão muito com o seu trabalho, com o equilíbrio de V. Exa., que tentará administrar de forma a atender ao maior número possível de pessoas, agradar ao maior número de eleitores do Estado de Minas Gerais. Deus te abençoe nessa nova trajetória. V. Exa. tem muitos amigos nesta Casa, que, com certeza, ficarão torcendo pelo senhor.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, Deputado Duílio de Castro. Pode ter certeza de que tenho a convicção de que não se pode cobrar de quem não conhece. O conhecimento é necessário. Nós, Conselheiros, temos de levar esse conhecimento aos jurisdicionados para, depois, fazer cobranças. Não se pode cobrar a falta de conhecimento. Vamos usar a Escola de Contas e todas as atribuições do Tribunal de forma preventiva. Nós, que somos médicos, sabemos que prevenir é melhor que remediar. Levo esse sentimento e vou exercitá-lo no Tribunal de Contas, pode ter certeza. Com muita alegria, passo a palavra a este grande amigo, companheiro, colega, Deputado e médico Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Muito obrigado, Doutor Viana. Faço coro com as palavras dos nossos companheiros que aqui estão, primeiramente, cumprimentando o processo com que realizamos as eleições. Foi um processo muito difícil, porque nos deparamos com três candidatos preparados, capacitados, amigos e companheiros pleiteando um só lugar. Obviamente, tivemos de eleger um, e a escolha recaiu sobre V. Exa., não havendo demérito para os companheiros que apresentaram seus nomes, pois também tinham legitimidade para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Desejo a V. Exa. toda a sorte. O Tribunal de Contas hoje está muito diferente do daquele tempo em que ingressamos na Assembleia de Minas. Naquela ocasião, parecia que o Tribunal de Contas era o local em que se premiavam finais de carreiras políticas. O caminho natural, por indicação dos pares ou do governo, era o Tribunal de Contas, e as coisas aconteciam com muita demora. Hoje o Tribunal é muito mais ágil. V. Exa. vai juntar-se a três outros parlamentares que estão mudando esse conceito do Tribunal de Contas: o Conselheiro e ex-Deputado Wanderley Ávila, que é uma pessoa extremamente preocupada, sensível; o ex-Deputado e Conselheiro Mauri Torres, com toda a sua experiência; e o Conselheiro Sebastião Helvécio, do nosso Partido, que tem sido uma grata revelação. Sebastião é doutor em ciências administrativas, médico e advogado, e V. Exa. se junta a esses três ex-companheiros e aos demais que lá estão para ajudar nessa mudança.

O tempo que V. Exa. terá à frente do Tribunal será decisivo para que ele seja um órgão absolutamente preparado para exercer as suas funções. Estamos vendo contas de Prefeitos advindas de várias décadas sendo julgadas agora. Então, ainda não há sensibilidade, por parte do Tribunal, para entender que os pequenos Municípios estão totalmente despreparados. Chegam, apresentam suas contas, e não há nenhum tipo de preocupação preventiva de auxiliar, informar ou ajudar esses pequenos Municípios. Notamos que são decisões tomadas ao pé da letra, desprovidas da sensibilidade de apoiar esses pequenos Municípios, de rever suas contas com um olhar de complacência, tendo em vista as dificuldades que enfrentaram no passado - hoje estão muito mais evoluídos.

Quero dizer da minha expectativa com relação a V. Exa. O Deputado Doutor Viana, que tem a experiência necessária, foi Prefeito e é profundo conhecedor das questões municipais; está em seu quarto mandato como Deputado, numa postura sempre conciliatória, determinada, mas de muita paciência e calma. V. Exa. reúne todas as qualidades para ser um grande Conselheiro. Tenha a certeza de que esta Casa o aplaude e o apoiará no que for preciso e necessário, porque sabe que as decisões tomadas por V. Exa. são coerentes, corretas, fundamentadas na experiência, com a sensibilidade do entendimento de que nem todos os Municípios são iguais ou possuem as mesmas estruturas.

Desejo-lhe muita sorte. Cumprimento a sua família. V. Exa. deixará, nesta Casa, uma grande lacuna, mas nos confortaremos em saber que o Deputado Doutor Viana será um grande Conselheiro do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, colega Deputado Carlos Pimenta. Tenha a certeza de que temos plena consciência das dificuldades, principalmente dos pequenos Municípios, pela sensibilidade de quem foi Deputado, e cito o exemplo de nossos três ex-colegas que, hoje, são Conselheiros, assim como o do ex-Presidente da Casa.

Eles fizeram um grande trabalho para modernizar, para dar mais agilidade aos trabalhos do Tribunal de Contas, para que não aconteça isso, de um Prefeito ter suas contas julgadas depois de 10 anos. Isso é hoje inaceitável. E o Tribunal de Contas, por intermédio do ex-Conselheiro Antônio Carlos Andrada, na última reestruturação e reformulação, implantou um sistema informatizado de contas, cujo nome é Sicom, para dar essa agilidade que os tempos modernos e o mundo globalizado cobram. Podem ter certeza de que estaremos nessa lógica e nesse caminho. Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio, colega brilhante, amigo, médico, Deputado que está há muitos anos nesta Casa e possui grande experiência na vida pública.

O Deputado Hely Tarquínio - Deputado Doutor Viana, num primeiro momento, quero cumprimentá-lo pela vitória. Repetindo as palavras dos companheiros, foi um processo difícil para todos nós, porque teríamos que escolher um, sabendo que todos os três estavam em condições de igualdade para chegar ao Tribunal. Mas, na consciência de cada um, conforme a decisão de cada um, o resultado foi a sua vitória, sem ter havido derrota para os outros, porque eles não perderam. Eles aqui permanecem, cada um com a sua inteligência, trabalhando em prol do povo de Minas Gerais. A eles a nossa homenagem, mas sobretudo a V. Exa., Doutor Viana, por ter chegado ao Tribunal depois de escrever uma história brilhante, uma trajetória pontuada de vitórias, desde Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, ocupando os cargos mais importantes na Assembleia Legislativa, sempre modesto e um grande servidor em todos os aspectos. V. Exa. é um servidor da própria humanidade, das comunidades por onde se fez representar. V. Exa. representa, com muito denodo, com muita competência, com muita inteligência o Poder Legislativo. Toda essa história e currículo agora são levados para o Tribunal de Contas de Minas Gerais, onde temos os nossos companheiros Conselheiros que daqui também partiram. E nós, que estamos há muitos anos na Casa, fazemos nossas as palavras dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, sobre a ansiedade que permanece ainda em relação ao processo de verificação das contas dos Municípios.



Sei que já houve evolução, sei que os Conselheiros Antônio Carlos Andrada, Wanderley Ávila, Sebastião Helvécio estão fazendo um belo trabalho. Mas, no campo do pragmatismo, precisamos evoluir de forma mais rápida. Não é preciso terminar um mandato de Prefeito para que as contas da sua gestão comecem a ser julgadas. Elas deveriam ser julgadas desde o primeiro ano de mandato. Precisamos do “pari passu” no processo de verificação. Neste caso, precisamos dos bons exemplos dos grandes países. A filosofia do americano, muitas vezes combatida, é pragmática. A prestação de contas não pode passar do primeiro ano, tem de vir “pari passu” com o mandato do Prefeito. Às vezes, estamos falando sem conhecer os detalhes e a complexidade de Minas Gerais e do Brasil, com quase 6 mil Municípios. O Conselho de Contas da União tem condição de ser uma verdadeira agência, porque, na hierarquia, é um poder constituído para verificar e acompanhar a administração de cada Município. Queremos essa compatibilidade de uma forma mais ágil, é o que todos estamos cobrando.

Sabemos que 70% dos Prefeitos precisam de uma boa orientação, porque chegam às prefeituras sem conhecer a complexidade da Constituição brasileira. Doutor Viana, sei que sua presença no Tribunal de Contas trará muitos benefícios para todos nós. Haverá mais agilidade. Ficamos muito apreensivos quando chega a eleição, pois não sabemos se a pessoa teve as contas aprovadas ou quando terá, ou seja, temos que nos compatibilizar com o que está escrito na Constituição. A nossa Constituição está muito distante não só do Conselho de Contas, mas de todos os poderes de ação pragmática. Temos que construir isso.

Faço minhas as palavras de todos que já se manifestaram. Desejo a V. Exa. que continue brilhando e vencendo sempre, deixando sua marca por onde passar. Teremos saudades de V. Exa., mas sabemos que estará próximo, tentando construir, cada vez melhor, uma sociedade mais organizada e, sobretudo, com justiça social. Deixo um grande abraço e desejo felicidades.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado. Agradeço ao nobre colega Hely Tarquínio. Passo a palavra ao Deputado Paulo Guedes e, em seguida, ao Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Deputado Paulo Guedes - Deputado Doutor Viana, quero dizer da alegria de compartilhar a sua vitória, que alegra também o Norte de Minas, pois terá um segundo Conselheiro vindo daquela região. O Norte de Minas começa em Matias Cardoso e termina em Curvelo, que faz parte...

O Deputado Doutor Viana - Curvelo é a porta de entrada do Norte. Começa de cá e termina lá.

O Deputado Paulo Guedes - Eu digo que começa lá, porque Matias Cardoso é a capital das Gerais, a primeira vila de Minas Gerais, onde tudo começou, e, graças a Deus, isso é reconhecido hoje, graças a este Parlamento, que mudou a Constituição mineira. Já temos lá o Wanderley Ávila, que é de Pirapora, e agora V. Exa., de Curvelo. O Norte de Minas é mal representado no Estado do ponto de vista de cargos importantes, pois nunca tivemos um Senador do Norte de Minas, um Presidente do Tribunal de Justiça do Norte de Minas, mas, aos poucos, ocupamos esse lugar no Tribunal de Contas, onde já temos o Wanderley Ávila e agora V. Exa., que também representa nossa região.

O Deputado Doutor Viana - V. Exa. está se esquecendo da Ministra Cármen Lúcia.

O Deputado Paulo Guedes - Ela é do Supremo Tribunal. É verdade.

O Deputado Doutor Viana - Ela é uma brilhante representante do Norte de Minas.

O Deputado Paulo Guedes - É verdade. Quero falar da nossa alegria e desejar sucesso na sua nova caminhada. Perdemos aqui um grande parceiro, pois V. Exa. sempre foi amigo de todos os companheiros nesta Casa. Quando presidiu as sessões, soube respeitar todos. Tenho certeza de que é por esse mesmo pensamento que V. Exa. se pautará no Tribunal de Contas. É com muita alegria que lhe desejamos sucesso. Como disse o Deputado Hely Tarquínio, esperamos que V. Exa. inove no Tribunal no julgamento das contas municipais. Algumas vezes contas de Prefeito só são julgadas cinco anos depois de sua saída; às vezes, já há outra pessoa na prefeitura, e ele não tem direito de defesa. A agilidade do Tribunal de Contas é importante. Queremos ter um Tribunal de Contas mais presente no dia a dia da fiscalização. Não adianta apontar as irregularidades depois de cinco anos da saída do Prefeito. Dificilmente o erário recupera o prejuízo. É importante que o Tribunal de Contas seja presente e que a fiscalização seja feita no momento em que a administração acontece. É isso que sonhamos para o Tribunal de Contas. Tenho certeza de que V. Exa., que tem experiência e tem ouvido os clamores nesta Casa e por todos os lugares por onde roda no Estado de Minas Gerais, será um defensor de um Tribunal de Contas mais presente e mais ágil nas suas investigações e decisões. Desejo sucesso. Conte com o nosso apoio. O Parlamento perde um grande Deputado, mas o Tribunal de Contas ganha um grande Conselheiro.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, Deputado Paulo Guedes, que, além de colega, é um grande amigo. Considero-o muito. Sou grato pela convivência e pelo relacionamento. Com grande alegria, passo a palavra a meu amigo, também irmão, Deputado Antônio Carlos Arantes, grande exemplo de Deputado eficiente e dedicado desta Casa. Antes, porém, queria cumprimentar nosso colega Deputado e Secretário Cássio Soares, que está fazendo um belo trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Social. É uma alegria revê-lo. Fico feliz por você estar presente neste momento em que fazemos nossa fala de despedida. Agradecemos a convivência que sempre tivemos e desejamos muito sucesso a V. Exa. em todos os campos em que atuar.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Gostaria muito de cumprimentar e parabenizar o nosso amigo e parceiro, Deputado Doutor Viana, que está nos deixando e indo para o Tribunal de Contas. Sua ida nos deixa feliz, pois para lá está indo uma pessoa séria, respeitada, com uma bela trajetória de vida como pai de família, médico, Vereador, grande Prefeito da cidade de Curvelo e grande parlamentar. Nos seus quatro mandatos, foi exemplo de homem público, conciliador, inteligente, equilibrado. O Tribunal precisa dessas pessoas que têm experiência de família, de vida e, também, muita vivência política no Executivo e no Legislativo. O enriquecimento do Tribunal, com o Deputado Doutor Viana como Conselheiro, é muito grande.

A Assembleia Legislativa abre aqui uma lacuna. Sua ausência será sentida por seus pares, principalmente por mim, que sou seu amigo há 20 anos. Mas sua ida também efetiva o grande Deputado Romel Anízio e traz para a Casa a brilhante Deputada Ana Maria. O Deputado Romel Anízio ficava ansioso, agoniado, pois ser suplente não é bom, e sua ida abre-lhe essa oportunidade.

Fui Prefeito de uma cidade pequena e percebo a importância de haver um Conselheiro consciente, que já participou do Legislativo e do Executivo. Isso faz com que todos ganhem. Fui Prefeito por três vezes em Jacuí, cidade pequena, e várias vezes tivemos que ir ao Tribunal atrás de processos burocráticos, de informações. Às vezes, chegavam-nos documentos de ex-Prefeitos, casos de 20 anos



atrás, e havia uma certa complicação para localizarmos documentos e não cometermos injustiças. Portanto, com a ida de uma pessoa do seu quilate, o Tribunal crescerá, se enriquecerá e poderá ter a prática do respeito e da justiça. Parabéns, Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço a V. Exa. e lhe desejo também muito sucesso em sua vida pública, em sua carreira. Com muita alegria, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Martins Leite, nosso amigo. Seu pai é meu grande companheiro. É uma alegria ouvi-lo.

O Deputado Tadeu Martins Leite - Nobre Deputado, amigo e agora Conselheiro do Tribunal de Contas, Deputado Doutor Viana, com muita alegria, venho aqui corroborar as palavras dos nossos companheiros, dos nossos pares da Assembleia Legislativa e parabenizá-lo por esse grande feito, essa grande vitória. V. Exa. chega agora ao Tribunal de Contas. Obviamente, além de sua vontade e garra, há a experiência necessária nesse momento.

O nosso Tribunal de Contas já avançou muito de anos para cá, mas precisa melhorar cada vez mais. A experiência de V. Exa. adquirida neste Parlamento e, principalmente, a adquirida como Prefeito de Curvelo lhe dará capacidade para fazer o trabalho necessário no Tribunal de Contas. V. Exa. sabe das dificuldades de um Prefeito, sabe do que uma prefeitura necessita.

Sabemos, como já disse, que houve muito progresso, mas precisamos caminhar cada vez mais. Precisamos, por exemplo, dar mais celeridade aos processos do Tribunal de Contas. A morosidade hoje é muito grande, e os prefeitos sofrem com isso. Precisamos também conter algumas perseguições que ainda acontecem por algumas prefeituras e alguns Prefeitos. Sei que é a minoria, porque a grande parte trabalha com seriedade, mas infelizmente isso ainda acontece no nosso Estado de Minas Gerais.

V. Exa. chega com essa missão de dar cara nova, de continuar aumentando e melhorando o nosso trabalho no Tribunal de Contas. Tenho certeza de que Curvelo, o Norte de Minas e Minas Gerais estão em festa por saber que o Tribunal de Contas vai ganhar, a partir deste mês, uma das inteligências mais privilegiadas que temos nesta Casa. V. Exa. foi colega de infância do meu pai, viveram juntos, e agora prestou uma grande força para ele nos últimos dias em que passou por um problema de saúde muito sério e ficou internado durante muitos dias. Trago aqui não só o meu abraço, mas também o abraço do Prefeito Tadeu Leite, seu amigo, que tanto gosta de V. Exa. Parabéns e rumos novos ao nosso Tribunal de Contas a partir de agora!

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, nobre colega Tadeu Martins Leite. Antes de conceder a palavra ao Ulisses, pela ordem de posicionamento, concedo-a a esse grande amigo que tenho nesta Casa, pessoa que já estava aqui quando chegamos e que aprendemos a respeitar, conviver e admirar, amigo Dilzon Melo. Somos muitos gratos a ele e à sua família, que é nossa família, pois somos irmãos de vida pública.

O Deputado Dilzon Melo - Meu amigo Viana, foi bom enquanto durou a sua presença entre nós, a sua sabedoria, a sua paciência, a sua maneira de conduzir a Assembleia e a sua própria vida. Peço apenas que Deus continue te abençoando para que você leve esse novo desafio para o Tribunal de Contas e lá possa fazer tudo aquilo que faz. Que você possa implementar lá esse serviço público para continuar o trabalho que sempre fez na Assembleia Legislativa. A vida pública é difícil, mas tem suas gratificações, principalmente se somos reconhecidos pelos nobres pares numa deferência toda especial para um cargo que é de plena confiança dos Deputados e de todos os mineiros, porque, na verdade, o Tribunal de Contas presta relevantes serviços aos mineiros, e não aos Deputados. Que Deus te abençoe e te ilumine para que você continue sendo essa pessoa humilde que sempre foi, porque é tendência natural das pessoas que sobem um degrau a mais se esquecerem dos menores, daqueles que o acompanharam na jornada difícil e até dos que foram seus amigos. Que Deus ilumine e abençoe você e sua família. Que você seja feliz como sempre foi nesta Assembleia. Nós te admiramos, sentimos a sua perda, mas agradecemos a Deus pela sua condução.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado. Pode ter certeza de que nada vai alterar o alicerce e a base que recebemos da família na criação. O respeito e a gratidão têm que ser permanentes, não podem ter tempo de duração. Temos que ser eternamente amigos e gratos aos companheiros de convivência e de vida parlamentar. Pode ter certeza de que isso não vai alterar-se. Se não se alterou até agora, não vai mais alterar-se depois de 24 anos de vida pública.

Com muita alegria, vou conceder a palavra ao amigo e companheiro que chegou há pouco tempo, mas que parece bem mais experiente na vida pública. V. Exa. vem fazendo um belo trabalho e já foi autor de normas legais para o Estado de Minas Gerais que não ficarão restritas apenas a Minas, porque serão disseminadas para todo o Brasil. Estou falando da PEC da transparência, da correção das irregularidades já votadas, com muito sucesso, por esta Casa. Desejo-lhe muito sucesso. Que Deus continue a abençoar sua carreira, Deputado Ulysses Gomes, grande amigo.

O Deputado Ulysses Gomes - Deputado Doutor Viana, como é peculiar de V. Exa., venho manifestar e recebo a sua manifestação. Isso mostra exatamente o que me moveu a vir aqui para parabenizá-lo e desejar a V. Exa. sucesso nesse novo trabalho. A novidade, a mudança e a troca são sempre um momento de expectativa e esperança, assim como a indicação de V. Exa. Mas V. Exa. também não deixa de ser a nossa expectativa, a nossa esperança dentro do Tribunal de Contas.

Estou no meu primeiro mandato, e essa é a segunda oportunidade que tenho de participar desse processo. A primeira aconteceu no ano passado. Por mais que muitos cidadãos e cidadãs mineiros não tenham noção da importância dessa indicação, vemos muitas dessas pessoas, na mídia e nas redes sociais, em mobilizações sociais por maior eficiência no gasto público e por mais controle e transparência. Se existe um órgão no Estado, além obviamente da nossa Assembleia, que tem o papel de fazer fiscalização e acompanhamento, esse é o Tribunal de Contas, órgão essencial para cumprirmos a democracia na essência e na transparência. É um órgão muito importante para a democratização, para o acesso à informação e para a regularização das contas. Tenho certeza de que o Tribunal de Contas ganha alguém capaz de contribuir diretamente com esse processo.

Deputado Doutor Viana, sabemos que V. Exa. cumprirá esse novo desafio com garra e determinação, como foi a sua história nesta Casa. No pouco tempo em que tive a oportunidade de conviver com V. Exa., gostaria de registrar a sua amizade, o seu companheirismo, o seu diálogo e a sua ajuda. Quantas vezes V. Exa., nos corredores, nas reuniões de Comissão ou mesmo no Plenário, aproveitava a oportunidade para nos ensinar e compartilhar conosco a sua experiência!

Por fim, fica aqui o meu registro, o meu carinho e a minha amizade, na certeza de que o Tribunal de Contas ganha, e Minas Gerais também ganha. V. Exa. continuará a ter no nosso trabalho todo o apoio e compreensão, sobretudo porque sabemos que estará lá para



contribuir com o processo democrático e o fortalecimento daquela instituição. Obviamente, a sua experiência como Prefeito vai ajudar muito as nossas cidades, não digo apenas punindo-as, mas orientando-as para que possam corrigir ações administrativas e contábeis. Assim, cada vez mais, os recursos serão investidos para que os homens e as mulheres de Minas tenham políticas públicas, recursos e investimentos para melhorar a qualidade de vida de cada um. Esse é o dever do homem público. Tenho certeza de que V. Exa. terá esse foco no seu trabalho. Mais uma vez parabenizo-o por essa conquista.

Na noite de terça-feira, assistimos a uma belíssima disputa de homens honrados, uma disputa limpa em que V. Exa. saiu vitorioso. Tanto o Deputado Ivair Nogueira quanto o Deputado Sebastião Costa levaram essa disputa a um elevado patamar, com honraria, com presteza e de cabeça erguida. Assim, parabenizo todos pela disputa e V. Exa., pela conquista. Sucesso, Deputado!

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, nobre Deputado Ulysses Gomes. Tenha a certeza de que o sentimento de prevenção, de busca pelo ensinamento e pela orientação pedagógica, sem querer ser conivente, vai nortear-nos na condução dos trabalhos, principalmente no que diz respeito a questões municipalistas do Estado de Minas Gerais. Com muita alegria, concedo a palavra ao nosso Líder maior desta Casa, o amigo, companheiro e colega Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Deputado Doutor Viana, como Líder do Governo, não poderia silenciar-me num momento como este, embora muitas vezes o silêncio seja mais eloquente que qualquer palavra. No silêncio eloquente, apreciei os pronunciamentos dos diversos colegas que aqui se manifestaram neste momento em que V. Exa., solenemente, faz a sua despedida desta Casa.

Estamos encerrando os trabalhos do primeiro semestre de 2012 de uma forma muito positiva, aprovando projetos extremamente importantes não só para o governo, mas, sobretudo, para o Estado de Minas Gerais. V. Exa. encerra seu trabalho como Deputado Estadual, nesta Casa, de uma forma honrosa e digna. V. Exa., que entrou pela porta da frente, está saindo pela porta da frente, porque escreveu, ao longo de tantos e tantos anos, de tantos mandatos, páginas e páginas positivas de um livro histórico não só na sua carreira, mas na dos Deputados que passaram por esta Assembleia. V. Exa., Deputado Doutor Viana, galgou vários cargos na Casa. Chegou ao cargo máximo: a Presidência. Isso não acontece à toa, mas porque V. Exa. estava preparado para chegar a todos esses cargos, como também o está para chegar ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Pelo que conhecemos de V. Exa., sabemos que não tem para o Tribunal de Contas um projeto de poder de Conselheiro. V. Exa. tem um projeto de trabalho, como teve em toda a sua vida na Assembleia Legislativa. É exatamente desse grande projeto de trabalho, cujos atos acompanho, que esperamos que o Tribunal de Contas ganhe mais um Conselheiro que construirá um Tribunal de Contas esperado por todos os mineiros. Isto é, um Tribunal de Contas voltado para a justiça e a legitimidade, construindo Municípios e Estado com os quais todos estamos comprometidos. V. Exa., com certeza, será um Juiz tranquilo, seguro e justo. Trabalhará para que os Municípios, os Prefeitos e os Governadores, bem como todas as pessoas cujos processos passarem pelas suas mãos tenham a tranquilidade de receber um parecer justo e seguro, como justas e seguras foram todas as suas ações nesta Casa. Em nome da Liderança do Governo, agradecemos muito todo o trabalho realizado por V. Exa. na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, nobre colega Bonifácio Mourão. Ao galgar o cargo de Presidente, vivi três importantes momentos em um curto espaço de tempo. Um foi na substituição do extraordinário Presidente Alberto Pinto Coelho, pois fui seu Vice, na Casa, por quatro anos. Foi uma honra muito grande. Hoje ele é nosso digno Vice-Governador do Estado e também fez um belo trabalho, nesta Casa. Outro momento na Presidência que me marcou muito foi dar posse ao nosso querido Governador Antonio Augusto Anastasia. Isso marca a vida de qualquer homem público. O terceiro foi entregar o cargo ao Deputado Dinis Pinheiro, nosso atual Presidente, que representa todos nós e a nossa Mesa. Então, em pouco tempo como Presidente, nesta Casa, tive importantes momentos de alegria no exercício do nosso mandato. Com muita alegria, concedo a palavra ao meu amigo Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada - Caro Deputado Doutor Viana, falo em nome da liderança do PSDB. Quero fazer um registro sincero e necessário. Sua presença no Parlamento mineiro dignificou e honrou esta Casa. A sua presença na Casa serviu sempre como luz para a conduta de todos nós que aqui chegávamos mais jovens e encontrávamos na sua tranquilidade e na sua serenidade sempre um caminho a perseguir e sempre um exemplo a ser seguido. A sua ida ao Tribunal de Contas, indiscutivelmente, elevará aquele Tribunal. A sua atuação como Prefeito Municipal muito enriquece a sua biografia e muito pode colaborar com a sua atuação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Portanto, receba o abraço do amigo e admirador e o registro sincero de toda a bancada do PSDB, que aqui represento. Parabéns pela sua brilhante vitória. Seja feliz no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, nobre Deputado Lafayette de Andrada, que foi brilhantemente homenageado, ontem, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Receba de público os nossos cumprimentos. Gostaria de manifestar a minha alegria e dizer que a vaga que deixo aqui será muito bem ocupada pelo grande Deputado Romel Anízio, nosso querido Romão, que, de suplente, passa a ser efetivo. Retornará a Deputada Ana Maria Resende, que tem uma carreira brilhante na vida pública, principalmente nesta Casa. Desejamos aos dois muito sucesso.

Concedo aparte ao meu vizinho, amigo e companheiro de primeira hora, Deputado Bosco. Torcemos para que tenha muito sucesso e uma vida brilhante pela frente, como vem tendo. Que Deus ilumine os seus caminhos.

O Deputado Bosco - Caro amigo, Deputado Doutor Viana. A exemplo dos demais colegas, não poderia me furtar de participar do seu pronunciamento. Inicialmente, gostaria de cumprimentar os Deputados Sebastião Costa, Ivair Nogueira e V. Exa. pela forma serena, tranquila e altamente democrática com que conduziram esse processo que culminou com a eleição de V. Exa. A eleição foi muito equilibrada e muito bem disputada e foi para o 2º turno. O que mais nos chamou a atenção foi o equilíbrio e o respeito entre todos os senhores que postulavam esse cargo tão importante. Deixo os nossos cumprimentos a todos que concorreram e participaram efetivamente desse processo, cedendo os seus nomes para que pudéssemos ter essa oportunidade. Foi uma eleição difícil, pois foram três nomes excelentes, de pessoas preparadas, que já têm uma bagagem muito importante tanto na Assembleia Legislativa quanto na vida pública de forma geral.

Deputado Doutor Viana, desejo a V. Exa. êxito nessa nova empreitada. Sabemos que esse será um novo momento em sua vida, dos seus familiares e sobretudo daquelas pessoas que sempre o admiraram e acompanharam. Com certeza, essa foi uma vitória brilhante



que não aconteceu por acaso. Tudo na vida tem uma razão de ser. Costumo dizer que, na política, vivemos intensamente e constantemente construindo o futuro. V. Exa. construiu esse momento de forma brilhante, responsável e, acima de tudo, comprometida. Receba os nossos parabéns. Que Deus continue abençoando os seus passos para que possa contribuir, como contribuiu aqui na Assembleia Legislativa durante esses quatro mandatos, de forma importante e positiva no Tribunal de Contas.

Sabemos que o Tribunal de Contas é o freio e o contrafreio para o equilíbrio dos Municípios e de Minas Gerais na aplicabilidade dos recursos na saúde, na educação, no social e em todos os segmentos que hoje ficam a cargo da gestão pública do nosso Estado. Entendemos que o Tribunal de Contas é um órgão extremamente importante não apenas para fiscalizar e punir, mas sobretudo para orientar, pois o que vemos, principalmente nos pequenos Municípios, são agentes públicos responsáveis, mas, muitas vezes, despreparados. O Tribunal de Contas tem também essa grande missão de orientar os gestores públicos para a boa utilização e o gasto devidamente correto dos recursos públicos.

Deputado Doutor Viana, nossos parabéns mais uma vez. Tenho certeza absoluta de que V. Exa. foi vitorioso por seus próprios méritos e que essa vitória é apenas mais uma de tantas outras que haverá de conquistar. Parabéns, conte sempre conosco.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, nobre colega Deputado Bosco. Quero agradecer ao nosso Presidente que nos concedeu esta oportunidade - estava difícil de acontecer em virtude da nossa obrigação de votar a pauta -, à Mesa, aos companheiros, aos funcionários do nosso gabinete, aos funcionários da Casa. Na campanha, percebemos uma euforia, uma transmissão de energia positiva por parte da maioria dos funcionários desta Casa pela nossa pessoa. Vamos levar isso marcado no nosso coração. Agradeço aos funcionários efetivos e aos das nossas Comissões, a todos os nossos assessores e consultores, a todas as Comissões das quais participei - na pessoa do nosso Presidente Zé Maia, quero citar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária -, e às frentes parlamentares. Vamos continuar trabalhando lá em defesa do nosso Estado e do bem-estar do nosso povo, ainda mais com essa responsabilidade de vigiar o bom uso do dinheiro público. Passo a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, grande companheira desta Casa.

A Deputada Maria Tereza Lara - Serei breve porque está na hora de votarmos. Deputado Doutor Viana, não poderia me eximir de também expressar o nosso sentimento como representante da mulher mineira, da bancada feminina nesta Casa. Como já foi falado pelos meus companheiros de partido, apesar das posições divergentes em muitos momentos, porque isso é importante para a democracia, V. Exa. sempre foi um homem de diálogo, um homem de fé, realmente de propósito claro e firme. Creio que a sua presença no Tribunal de Contas vai contribuir com o que já foi falado aqui sobre a importância do trabalho preventivo, sobretudo nas pequenas cidades onde não existem técnicos preparados. O Prefeito ou a Prefeita fica numa situação difícil porque, depois dos fatos ocorridos, são penalizados e, muitas vezes, não têm culpa. Na realidade, os técnicos deveriam ser melhor preparados. Temos lá o Conselheiro Wanderley Ávila, atual Presidente, eleito por esta Casa, que também tem demonstrado esse diálogo permanente; o Conselheiro Sebastião Helvécio, além de outros que já se foram.

O Deputado Doutor Viana - Mauri Torres, também.

A Deputada Maria Tereza Lara - Perdão. Esqueci do nosso ex-Presidente, Deputado Mauri Torres e hoje Conselheiro também, que foi eleito nesta Casa. Certamente V. Exa. vai unir forças para que lá sempre prevaleça a justiça, a verdade e esse espírito de solidariedade com aqueles que são sérios e precisam de ajuda. É preciso, quando houver algum problema sério e ele for comprovado, que não haja impunidade. Não queremos que não haja impunidade, mas também não queremos, de nenhuma forma, que algum representante de órgão público seja penalizado por algo que não teve a intenção de cometer. Que eles sejam preparados para desempenhar bem as funções do cargo para o qual foram eleitos.

Mais uma vez, quero cumprimentá-lo. Peço a Deus que continue abençoando o seu trabalho para que tenhamos o estado de direito permanente. Estamos aí com esse debate sério dos 25% da educação - depois, durante o projeto, vamos falar -, mas é importante que haja uma discussão profunda sobre essa situação, para que possamos garantir os direitos, porque estamos em um Estado Democrático de Direito. Nossos cumprimentos.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Pode ter certeza de que complacência sim, convivência não. Esse será o nosso lema no Tribunal de Contas. É uma alegria ouvir o nosso querido Deputado Alencar da Silveira Jr., nosso Alencarzinho, amigo e companheiro, grande parceiro de longos anos nesta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Parabenizo V. Exa., Deputado Doutor Viana, que teve uma passagem brilhante por esta Casa. Poucos chegam à Presidência desta Casa, mas V. Exa. teve condições de ocupar esse cargo. Ontem, após a reunião do Plenário, comentamos com alguns companheiros Deputados que a sua passagem por aqui mostrou que V. Exa. veio trabalhar com seriedade, está no seu quarto mandato, passou por várias comissões, chegou a ser Vice-Presidente desta Casa. Devemos lembrar que a Vice-Presidência é ocupada pelo Deputado que controla o Plenário, dirige os trabalhos do Plenário. V. Exa. fez isso muito bem. V. Exa., como Presidente desta Casa num curto espaço de tempo, conseguiu suceder o Deputado Alberto Pinto Coelho da melhor forma possível. A lealdade de V. Exa. para com seus companheiros é muito bonita.

Tenho certeza absoluta de que, como realizou um bom trabalho nesta Casa e por onde passou, Deputado Doutor Viana, V. Exa. fará um bom trabalho no Tribunal de Contas. Daqui saíram vários colegas. Tive oportunidade de votar em muitos colegas como Elmo Braz, José Ferraz, Simão Pedro, Mauri Torres, Wanderley Ávila, Sebastião Helvécio e Antônio Carlos Andrada. Todos passaram por aqui. V. Exa. desempenhará lá um papel brilhante. Se fizer a metade do que realizou aqui, o Tribunal vai ganhar muito com isso. Tenho certeza de que fará porque foi uma escolha sua. Esta Casa escolheu o próximo Conselheiro para o Tribunal de Contas, mas V. Exa. fez por onde ser o escolhido: "correu atrás", trabalhou em sua campanha, mostrou o que deseja fazer lá, fez a sua plataforma. Não estou desmerecendo os Deputados Sebastião Costa e Ivair Nogueira, mas V. Exa. preparou isso antes. V. Exa. plantou, regou e colheu os votos desta Casa.

Tenho certeza de que o Tribunal de Contas vai recebê-lo de braços abertos. V. Exa. fará, com muita seriedade, serenidade e conhecimento, um excelente trabalho. V. Exa., como Sebastião Helvécio, se preparou para o cargo que irá ocupar. Esta Casa vai perder um grande Deputado, um grande companheiro, mas o Tribunal de Contas e o povo mineiro ganharão, com seriedade,

criatividade e dinamismo, uma nova dinâmica. O Tribunal de Contas está mudando aos poucos em função do trabalho realizado pelo Conselheiro Sebastião Helvécio. O Tribunal estava parado, agora está andando. Com o trabalho de V. Exa. andarás ainda mais. O Conselheiro Sebastião Helvécio é um exemplo para todo o Brasil. Saiu desta Casa e hoje é conhecido em todo o País pela sua atuação com a renegociação da dívida de Minas. O mesmo acontecerá com V. Exa. Tenho certeza disso. Peço a Deus que o ilumine e proteja em sua caminhada, ilumine toda a sua família. Será um trabalho desgastante, mas, com certeza, V. Exa. quis isso, lutou para conseguir, plantou, colheu e agora vai mostrar por que esta Casa o mandou para lá. Parabéns, que Deus o proteja e à sua família. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, nobre colega Alencar da Silveira Jr. Digo a V. Exa. que pode estar certo, pois estaremos lá trabalhando muito. Meu projeto não é de poder, é de trabalho. Digo da alegria de ver neste recinto o grande ex-Deputado Federal e hoje Vereador de Belo Horizonte, nosso amigo Cabo Júlio. É uma alegria vê-lo e tê-lo no Plenário.

Antes de encerrar, agradeço e dedico essa vitória aos meus eleitores, principalmente aos conterrâneos de Curvelo. Não é minha a vitória, ela é de Curvelo, e o trabalho é para Minas Gerais. Com muita alegria e agradecendo muito pelo empenho e entusiasmo com o qual abraçou desde o primeiro instante a nossa candidatura, passo a palavra ao Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira - Deputado Doutor Viana, agora nosso Conselheiro no Tribunal de Contas, não irei despedir-me do companheiro. Quero desejar sucesso. Sei de sua capacidade, de seu compromisso e sei também que o Tribunal, com sua presença como Conselheiro, tem muito a ganhar. Conversei com os Deputados Ivair Nogueira e Sebastião Costa, mas, na primeira hora, já tinha me comprometido com V. Exa. e realmente trabalhei, com muita honra, pela sua vitória. Alguns disseram que a sua saída seria boa para mim. Sei de seu compromisso com a cidade pela qual trabalhamos juntos e sei que, mesmo no Conselho do Tribunal de Contas, não abandonará a região pela qual o senhor tem muito carinho. Mais uma vez, cumprimento-o, desejo sucesso e peço a Deus que lhe dê muito discernimento e sabedoria. Que você realmente possa ser uma referência no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Fico feliz. Da outra vez, quando a Assembleia indicou outro Conselheiro, V. Exa. abriu mão de seu nome na oportunidade, quando foi indicado nosso companheiro Mauri Torres. É mais do que justo que seja sua vez de participar, de estar no Conselho.

Muito sucesso. Estarei sempre ao seu lado. Vamos nos encontrar, principalmente na região central do Estado, para discutir políticas públicas. Caso sejam necessárias algumas consultas, sabemos que teremos um grande Conselheiro para nos orientar e fazer os encaminhamentos necessários. Que Deus te abençoe e te dê muita sabedoria, estendendo também a sua equipe, que sempre foi muito fiel e profissional. Deixo meu abraço, obrigado por tudo. Nesses anos em que trabalhamos em várias cidades, nunca tivemos qualquer atrito e sempre somamos com os Prefeitos. A esses Municípios, onde V. Exa. desempenhou seu trabalho com muita propriedade e responsabilidade, oferecemos nosso nome, caso seja da vontade dos Prefeitos, das lideranças políticas. Estaremos juntos para somar e ajudar as comunidades que não ficarão órfãs, porque continuaremos dando assistência não à altura do senhor, mas vamos procurar ajudar, na medida do possível, os Municípios.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço as palavras do nobre colega Célio Moreira. Na sua pessoa, na pessoa do Pinduca e do grande Tiago Ulisses, quero abraçar e agradecer a todos que votaram em mim e me ajudaram a conseguir essa nova atribuição. Podem ter a certeza de que vou pagá-los com a minha vida, a minha dedicação, o meu respeito, com seriedade e trabalho, da mesma maneira como estamos conduzindo a nossa vida pública, agora, com essa nova missão que Deus nos deu de zelar e fiscalizar o bom uso do dinheiro público. Assim quero e prometo fazer. Que Deus me abençoe e me dê saúde, para que possa exercitar essa nova missão da melhor maneira possível.

Termo a minha fala, agradecendo ao Deputado Inácio Franco, nosso Presidente em exercício, outro grande companheiro, e desejando aos senhores muito sucesso no desempenho das suas funções. Muito obrigado. Que Deus nos dê saúde para continuar esse trabalho no Tribunal de Contas.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 28/2012 e dos Projetos de Lei nºs 828, 941, 1.169, 2.344, 2.382, 2.401 e 2.482/2011, 2.783, 2.996, 3.033, 3.056, 3.057, 3.058, 3.128 e 3.211/2012 (À sanção.).

Declaração de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, acabamos de aprovar pareceres de redação final de importantes projetos que estiveram na pauta de ontem. Quero destacar dois que contaram com o apoio deste Deputado, entre tantos outros. Considero esses dois de fundamental importância. Primeiramente, há o projeto de lei - que vai se transformar em lei agora - proibindo a cobrança de diploma nas escolas particulares do Estado de Minas Gerais. Esse projeto vem ao encontro de uma legislação federal que visa proteger o direito do aluno, ao concluir seu curso superior, de ter acesso a essa documentação sem nenhum custo. É uma lei importante em nosso Estado que tramitou na Comissão de Educação desta Casa. Tive a oportunidade de acompanhar toda a sua tramitação.

Sr. Presidente, outro projeto importante que teve seu parecer de redação final aprovado é o que muda a estrutura administrativa da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec. A tramitação desse projeto foi desenvolvida com amplo debate que envolveu os diversos segmentos. O Cetec passa por modernização num momento crucial da vida do Estado de Minas Gerais. Neste importante momento, a Fundação Cetec se voltará para o fortalecimento do parque industrial de Minas Gerais.

Sr. Presidente, todos sabemos que a indústria mineira e a nacional como um todo passam por um momento difícil. O crescimento das indústrias tem enfrentado uma fase de dificuldade. Recentemente, a Fiemg divulgou os dados da indústria mineira do mês de maio e mostrou a retração da sua produção, especialmente em função da crise internacional. Então, é importantíssimo fortalecermos o parque industrial mineiro e a pesquisa tecnológica.

Ainda ontem o Conselho de Política Monetária - Copom - reduziu em 0,5% a taxa Selic, que era de 8,5% e passa para 8% ao ano. Esse é um indicador importante para fortalecer a produção e a indústria nacionais. Além de políticas monetárias para o fortalecimento da indústria, também é importante que haja políticas tributárias que desonerem a produção e possibilitem que a indústria tenha um ritmo de crescimento com mais ênfase e força. Semana passada, a Presidenta Dilma anunciou a desoneração da conta de luz, que é um



produto com tributação altíssima. Quase 50% do valor da conta de luz são dedicados a tributos e taxas. A Presidenta anunciou o fim de algumas, como a taxa da conta corrente de consumo de combustível, entre outras que estão relacionadas a consumo de energia e incidem na conta de luz. Uma vez retiradas, transformarão a conta de luz em um produto mais barato para o consumidor individual, familiar, assim como para o consumidor industrial. Por isso, entendemos que a aprovação da reformulação do Cetec é de fundamental importância.

Na pauta, há projetos importantes que atendem aos servidores do Judiciário, como a atualização dos seus vencimentos, que também aprovaremos. Também está na pauta a Lei de Diretrizes Orçamentárias e um projeto de nossa autoria que diz respeito ao registro do patrimônio vivo do Estado de Minas Gerais, para reconhecer os produtores de cultura, os conhecimentos populares que têm nossos mestres de cultura em Minas. Esses projetos estão na pauta e serão apreciados no Plenário da Casa. Deixo nosso registro e felicitamos os servidores do Tribunal de Justiça, o Sindojus, o Serjusmig e o Sinjus, cujos representantes estão aqui acompanhando a votação. Sr. Presidente, é este o nosso registro.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão em que se solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.164/2012 seja apreciado em último lugar e o Projeto de Resolução nº 3.330/2012 seja apreciado logo após o Projeto de Lei nº 3.329/2012. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas, matriculados na rede pública estadual de ensino, dispensa de exames de avaliação curricular em dias que específica e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação da Emenda nº 1, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, com a Emenda nº 2, também de sua autoria. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e subemenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 302/2011 na forma do Substitutivo nº 1, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e a Emenda nº 2. À Comissão de Educação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que altera a Lei nº 14.185, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Política Agropecuária, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2 a 7, apresentadas em Plenário, com as Emendas nºs 8 a 11, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho à tribuna para encaminhar, de forma favorável, o Projeto de Lei nº 1.702/2011, que no seu art. 1º diz que o art. 13 da Lei nº 14.185, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 13 - Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, incumbe ao Estado criar, diretamente ou por meio dos seus órgãos de fomento, mecanismos financeiros de apoio e incentivo à adequação dos estabelecimentos de produção de queijo minas artesanal e desenvolver programa de qualificação técnica para o produtor”. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto traz a seguinte justificativa: “Com a promulgação da Lei Complementar nº 91/2006, que dispõe sobre a instituição, gestão e extinção dos Fundos Estaduais de Desenvolvimento Rural, disciplinados pela Lei nº 11.744, de 1995, o fundo foi extinto tacitamente, por não atender às condições estabelecidas nessa lei complementar para o seu regular funcionamento. Dessa forma, faz-se necessário dar nova redação ao art. 13 da lei do queijo minas artesanal para se permitir que o poder público financie a adequação dos estabelecimentos de produção do queijo minas artesanal e, de acordo com as exigências legais, desenvolver programas de qualificação técnica dos produtores rurais. São esses os motivos que levam à apresentação deste projeto de lei para aprovação. Pedimos o apoio desta casa. Esta iniciativa tem por objetivo permitir o aprofundamento da discussão sanitária e econômica de um produto largamente consumido pelos mineiros e com grande potencial de mercado”.

O projeto do Deputado Antônio Carlos Arantes tem nosso apoio. Quero parabenizar o Deputado por essa preocupação. Sr. Presidente, é importante discutirmos um projeto de fundamental importância como esse, que vai, sem dúvida, favorecer todos os pequenos produtores do Estado de Minas Gerais que produzem queijo. O queijo minas é um dos produtos de maior exportação do nosso Estado. Precisamos incentivar esses produtores. Estamos encaminhando favoravelmente ao projeto e, ao mesmo tempo, aproveitando a sua discussão para também fazer um apelo ao governo do Estado: que dedique atenção especial aos produtores do Norte do Estado. Falo do Projeto Jaíba, cujos produtores estão passando por muitas dificuldades, tanto os pequenos quanto os médios e grandes. Nós aprovamos aqui, com meu voto contrário, a criação da Copasa Irrigação, que chegou e passou a ser o grande problema do projeto. Ela está colocando os produtores do Jaíba para correr porque compra água a R\$0,09 e vende a R\$0,40 ao produtor. E, mais que isso, além de arrecadar dinheiro do Projeto Jaíba e deixar os produtores em dificuldade, a Copasa passou a dar calote e a não pagar o Distrito de Irrigação. Nesta semana o jornal “O Tempo” traz uma manchete falando sobre o calote que a Copasa deu no Projeto Jaíba, mostrando que a empresa chegou a cortar a água dos produtores. O projeto ficou um dia inteiro sem água, no Norte de Minas.



Quero fazer um apelo ao governo do Estado: que dê atenção especial a projetos como esses, mas que não fiquem só no papel. Que os incentivos cheguem, de fato, aos produtores de queijo de Minas Gerais e que a Copasa Irrigação arrume o seu time e saia de campo. Esta Casa deveria rever a criação da Copasa Irrigação, que não mostrou a que veio. Só criou problemas no Projeto Jaíba, que passa por inúmeras dificuldades.

Tadeuzinho, na semana passada conseguimos a liberação, junto à Codevasf, vinculada ao Ministério da Integração, de R\$6.000.000,00 para reformar todas as estradas e recuperar os canais do Projeto Jaíba. Enquanto o governo federal anuncia recursos para o Projeto Jaíba, o governo do Estado, por meio da Copasa, dá um calote que deixa o distrito numa situação insustentável. Quando a Copasa dá um calote no Projeto Jaíba, não há como pagar a conta da Cemig, não há como pagar os encargos sociais, o que trava as CNDs para que o distrito possa receber recursos federais. Por isso venho aqui, na discussão desse projeto de incentivo aos produtores de queijo, pedir do governo do Estado maior atenção aos produtores do Jaíba e que faça uma autocrítica. Existem órgãos do governo de Minas que sabem que a Copasa Irrigação não mostrou a que veio, que tem criado problemas, que tem pensado apenas em arrecadar, mas não tem interesse em incentivar a produção, nessa visão míope do governo do Estado de só querer arrecadar e não querer fazer o Estado produzir. O Jaíba não pode parar. Vimos fazer esta denúncia, cobrar da Copasa que pague imediatamente o que deve ao Distrito de Irrigação do Jaíba, porque isso pode inviabilizar o projeto.

Isso não pode continuar acontecendo. Essa situação pode inviabilizar o nosso projeto. Queremos que o governo do Estado, o Secretário de Agricultura e o Governador tomem providências urgentemente, porque o Norte de Minas está cansado de ser uma região em que o Estado não está presente, onde o Estado não investe, para onde o Estado só manda as cobranças, a indústria da multa. Denuncio que as perseguições aos taxistas da região e aos produtores da região reiniciaram. Isso é um absurdo. Não podemos continuar aceitando que essas coisas continuem acontecendo no Norte de Minas. Vamos continuar aqui, desta tribuna, denunciando o descaso do governo do Estado para com o Norte de Minas, especialmente com Montes Claros, que há 10 anos não recebe um investimento sequer do governo do Estado. A única obra feita lá, que foi financiada pelo BNDES, por meio da Copasa, não está funcionando, que é o tratamento do esgoto da cidade. Isso é uma vergonha. Temos de abrir investigações. Solicito ao Ministério Público do Meio Ambiente que visite a ETE de Montes Claros para ver o tamanho do absurdo, pois foram investidos mais de R\$200.000.000,00, mas a coisa não funciona. É um absurdo completo. O Deputado Tadeuzinho está presente e sabe da vergonha que é a ETE de Montes Claros. O governo do Estado precisa dar um tratamento diferenciado à região, tem de levar investimentos e obras para a região, não apenas colocar empresas para fazer cobranças absurdas de taxas, como está acontecendo no Jaíba, sem nenhum retorno para os produtores.

Assim também acontece com a Copanor em algumas cidades da região. A população tem denunciado que ela não está fazendo sequer o tratamento de água em algumas cidades do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Vimos aqui denunciar esse descaso com a região. Queremos que a Copasa pague imediatamente o que deve ao Projeto Jaíba, porque ele não pode parar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, como muitos sabem, venho do Sul do nosso querido Estado de Minas Gerais. Não tenho vergonha de dizer que venho da roça porque a minha região, onde se colhe o café, onde temos os melhores rebanhos, é agrícola. O gado leiteiro, a bacia leiteira de Minas Gerais é do Sul.

Temos uma particularidade no Sul, reconhecida por todo o Brasil, que é o queijo. Esse queijo é tradição em Minas Gerais, é tradição no Sul. É um queijo que dá a muitas famílias oportunidade de crescer, de formar seus filhos, pois é sua principal fonte de renda. Num momento como esse, vindo de onde venho, representando o povo que represento, não posso me silenciar neste momento, nesta Casa, deixando de cumprimentar e saudar esse belo defensor da nossa agropecuária, o Deputado que dá a esta Casa o "status" de grande defensora da agricultura, um companheiro exemplar: o Deputado Antônio Carlos Arantes. Por incrível que pareça, Deputado José Henrique, há cidades em que trabalhamos cada um de um lado: ele defendendo suas propostas e eu defendendo as minhas. Ele com as pessoas que votam em Antônio Carlos Arantes, eu com as pessoas que votam em Duarte Bechir. É sempre uma disputa muito sadia e respeitosa, levando aos nossos eleitores, a Minas Gerais nossas posições claras e definidas. Em um momento como este, não posso me furtar a parabenizar o Deputado Antônio Carlos Arantes. É uma briga, é uma luta antiga. Ainda não fomos aonde deveríamos ir e aonde precisamos ir para possibilitar aos outros Estados experimentar o queijo de Minas. Não se conseguiu, até o presente momento, a liberação para que esse queijo seja comercializado, aproveitado e conhecido nos outros Estados.

Mas já é uma luta vencida. As instalações onde serão produzidos esses queijos já não são mais as estabelecidas por leis anteriores, que exigiam dos pequenos produtores modificações e estruturas - quero dizer bem claro - desnecessárias. Para garantirmos a qualidade do queijo, a segurança de quem o faz e a higiene, não era necessário aquele rigor da lei.

A lei que o Deputado Antônio Carlos Arantes ora apresenta e que será apreciada por esta Casa facilita, sobremaneira, a fabricação do queijo. Muitas famílias esperam a sua aprovação para continuar a viver da venda do queijo. A sua produção lhes dará subsistência. Portanto, quero reconhecer que o Deputado Antônio Carlos Arantes, com seu trabalho nesta Casa, dá aos produtores rurais, às pequenas famílias e aos sítiantes a garantia de que, diuturnamente, a Assembleia Legislativa está vigilante e atenta às questões ligadas à agricultura, aos pequenos produtores rurais, aos produtos que vêm do interior para satisfazer à demanda dos grandes centros - especialmente, as metrópoles - e até mesmo do Brasil. Sabemos que o café tem sua época boa e deixa os produtores felizes com sua cotação e valorização. Por outro lado, há a época em que o mercado produz muito, e ele passa a não valer tanto. Entretanto, queijo é tradição de Minas Gerais.

Neste instante, terminando minhas palavras, quero saudar o Deputado Antônio Carlos Arantes e fazer meu reconhecimento a seu trabalho em defesa da agricultura, em especial com o Projeto de Lei nº 1.702/2011, que dá aos produtores de queijo mais segurança para continuar produzindo, mais qualidade a seus produtos, o que é, sobretudo, uma vitória para a sua luta. Parabéns à Assembleia Legislativa! Parabéns ao companheiro Deputado Antônio Carlos Arantes!

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlos Mosconi.



O Deputado Carlos Mosconi* - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria também de manifestar a minha satisfação pela aprovação desse projeto de lei do Deputado Antônio Carlos Arantes, que altera uma lei antiga do Estado, de janeiro de 2002, que trata do processo de produção de queijo minas artesanal nas diversas regiões de Minas Gerais.

Acompanhei, com muito interesse, o começo dessa movimentação na Assembleia Legislativa, uma vez que sugeri, junto com o Deputado Antônio Carlos Arantes, que fizessemos uma audiência pública nas Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Saúde, para tratarmos especificamente desse assunto, há cerca de dois anos. De lá para cá, a situação evoluiu. O Deputado Antônio Carlos Arantes, com muita competência e sensibilidade, conduziu o processo e chegou a esse termo final bastante positivo, que atende à realidade dos produtores de queijo minas artesanal no Estado. Na sua grande maioria, pequenos produtores rurais vivem em suas propriedades agrícolas pequenas e sobrevivem principalmente dessa atividade econômica: a produção de queijos. Havia uma dificuldade enorme, uma vez que seria necessária a alteração da lei federal e de normas da Vigilância Sanitária, cujas exigências são totalmente desajustadas da realidade daqueles produtores, que vivem em suas pequenas propriedades, muitas vezes, até sem instrução para fazer as mudanças que a lei federal exigia. Portanto, a lei que aprovamos aqui hoje vai ao encontro dessa realidade, naturalmente sem prescindir das condições de higiene e da vigilância sanitária que um produto dessa natureza exige. Houve compatibilização dessas exigências com a realidade que vivemos, estabelecendo-se prazo adequado, a fim de que essas mudanças possam ser feitas, e preservando-se a atividade, sem nenhum desconforto ou prejuízo para o consumidor.

Quero ressaltar a situação de um Distrito do Município de Caldas, Santana de Caldas. Nessa localidade, 300 produtores de queijo minas artesanal estavam com sua atividade em situação de risco, tendo até a possibilidade de ser extinta de uma forma muito abrupta, sem que levassem em consideração que essa atividade é secular. Felizmente estamos chegando ao final dessa situação. A Casa foi extremamente sensível a essa realidade, e o Deputado Antônio Carlos Arantes está de parabéns por ter encabeçado esse trabalho, trazendo aos produtores de queijo de Minas Gerais essa tranquilidade, para que possam continuar produzindo esse alimento, esse produto que é uma grande tradição do nosso Estado.

Quero também me manifestar aqui, Sr. Presidente, sobre essa situação que existe no Brasil e que não é condizente com as necessidades dos Estados brasileiros. Não é cabível que o queijo minas artesanal seja mais bem tratado através de lei federal do que através de lei estadual de Minas. Não é possível que uma lei federal feita em Brasília por pessoas que não têm o conhecimento que Minas Gerais tem do seu produto, do seu queijo, dos seus produtores e dos seus consumidores seja mais abrangente que as leis feitas no Estado de Minas Gerais. Então é muito interessante esta lei ter conseguido, de certa maneira, sobrepujar o que existe em termos de legislação federal, fazendo com que haja uma proteção aos produtores de queijo aqui no nosso Estado de Minas Gerais. Parabênizo a Casa e o Deputado Antônio Carlos Arantes pela aprovação desta lei. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, venho aqui manifestar minha alegria de ver o nosso trabalho sendo reconhecido e apoiado. Fico feliz por ter sido reconhecida a importância de criarmos essa legislação, que facilita a vida dos produtores de queijo minas artesanal. Vencemos mais uma etapa, mas ainda temos que vencer muitas mais. A verdade é que nosso grande obstáculo ainda é transformar esse queijo de qualidade e de tradição e vencer as barreiras de comercialização fora do nosso Estado. Nosso projeto de lei dá grandes passos e chega muito próximo de viabilizar, junto ao governo federal, essa possibilidade.

São mais de 30 mil produtores que comercializam seu queijo minas artesanal. Se considerarmos também aquele produtor que faz para consumo próprio, sem comercialização, o número cresce bastante. Esse queijo é a tradição do povo mineiro. Não dá para pensar em Minas Gerais sem pensar em queijo. E que grande contradição é falar que esse queijo é clandestino, que ele não tem legalidade se não tiver pelo menos 60 dias de maturação, se não estiver sendo produzido em uma sala com 4m de altura, com azulejo até o teto e em mesa inoxidável. Pelo que eu sei, para se ter um queijo de qualidade não é preciso nada disso. O que é preciso é ter um animal são, uma vaca que não tenha brucelose, que não tenha aftosa, que não tenha tuberculose, que seja alimentada de forma adequada e cuja ordenha seja feita com qualidade, higiene e limpeza. O que adianta ter belas instalações se não se tem um animal de qualidade? O que adianta ter belas instalações se a ordenha não é feita com qualidade? O que adianta ter belas instalações se aquele trabalhador que está manuseando o queijo está gripado, se pode deixar cair sua saliva no queijo, se está fumando enquanto trabalha? Nosso projeto trabalha a conscientização e a orientação de que quanto melhor estiver o animal quanto melhor for o cuidado com higiene e manuseio, mesmo que a produção seja em um local simples, melhor será a qualidade do queijo que o produtor irá produzir e comercializar e com o qual obterá renda para sua família.

Vemos a situação com muita preocupação, mas o nosso projeto é mais um avanço, uma ajuda e um instrumento para que o nosso produtor tenha a sua proteção, o que infelizmente ainda não é suficiente. Neste momento, quero agradecer a todos os Deputados parceiros, que colaboraram com o projeto, principalmente ao povo da cidade de São Roque de Minas, em nome do Joãozinho e do Luciano, de Medeiros, que foram os grandes aliados para ajudar a viabilizar esse projeto, bem como aos nossos Consultores, como é o caso do Pedro Chagas e do Júlio, também muito participativo. O pessoal do IMA também foi muito importante para que pudéssemos avançar nesse projeto.

Hoje recebi, em meu gabinete, o Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais - Silemg -, Dr. Guilherme, que veio com o Diretor, Dr. Celso, discutir o sucateamento da indústria mineira e da brasileira. Se não houver uma ação forte e positiva do governo federal para impedir essas importações de países subsidiados ou as importações que entram pelas nossas fronteiras de forma ilegal, o mercado terá um queijo muito mais barato, mas nem sempre com a qualidade do nosso, o que com certeza não gerará emprego para os mineiros nem para os brasileiros. Isso significa subsidiar os países desenvolvidos. País que não protege o seu comércio e o seu produtor e que não cria mecanismos de proteção só terá prejuízos e mais prejuízos e só verá cooperativas caminhando para o fechamento e empresas caminhando para um grande endividamento. Aliás, foi-me entregue uma pauta com seis itens. Entre eles, no mínimo cinco podem ser atendidos pelo governo do Estado, e já fizemos algumas reivindicações a esse respeito. O que queremos é fôlego de um ano, de dois anos, e essas medidas poderiam aliviar o caixa dessas indústrias e cooperativas para que possamos avançar e acabar com esse sucateamento.

A desindustrialização do Brasil é preocupante em vários setores, como é o caso do vestuário e de muitos outros, principalmente na área de alimentos, sobretudo do queijo e do leite em pó, que têm chegado da Argentina e do Uruguai sem nenhuma barreira ou proteção. A verdade é que temos um governo sensível, e espero que ele também entenda o problema e promova ações de proteção. Estamos aqui fazendo a nossa parte. A partir do momento em que criarmos projetos que favoreçam e protejam o nosso produtor de queijo e de leite, também já estamos protegendo o emprego e o desenvolvimento. A economia de muitas cidades, como São Roque de Minas, Medeiros, Serro e Serra do Salitre, depende dessas medidas.

Nesta semana, aconteceu aqui um encontro muito importante da agricultura familiar, promovido pela Fetaemg, com o apoio do governo do Estado. E a Fetaemg fez questão de ressaltar o apoio que o governo do Estado tem dado por meio da Subsecretaria de Agricultura Familiar, do Subsecretário Edmar Gadelha, parceiro sempre presente. Até achei estranho ver a Fetaemg bater no governo federal e dizer que ele está falando muito e fazendo pouco para a agricultura familiar, principalmente no que se refere à comercialização de seus produtos. Existem belos programas, belos projetos, mas muito pouco dinheiro é destinado à agricultura familiar.

O Deputado Rômulo Viegas foi o relator do projeto do queijo minas artesanal e deu uma grande contribuição para que esse projeto fosse ao Plenário hoje, para ser votado. O Deputado Rômulo Viegas ajudou muito, porque conhece a importância do queijo para a região das Vertentes. Lá o queijo tem excelente qualidade. Da mesma forma e com a mesma excelência é feito o queijo de São Vicente de Minas, Aiuruoca, Minduri, Cruzília e São João del-Rei, que é a terra do Deputado Rômulo Viegas, que também produz um queijo de excelente qualidade. O nosso projeto de lei é mais um instrumento de incentivo e apoio para que o povo mineiro e o brasileiro possam consumir queijos de qualidade. A legislação estabelece que, para o queijo ter 100% de qualidade, é preciso 60 dias de maturação.

O próprio pessoal da região de São Roque de Minas fala que quem gosta de queijo com 60 dias de maturação - o queijo duro - é só rato e ralo. O mineiro gosta de um queijo macio e gostoso. Qual foi a metodologia para se chegar a 60 dias de maturação? A umidade, na minha região de Jacuí e São Sebastião do Paraíso, é muito diferente daquela da Serra do Salitre e do Serro. Aquela maturação é como a secagem de um café no terreiro, como a secagem de qualquer tipo de alimento. Ela depende muito da umidade do ar, da temperatura, da oscilação e da altitude da região. O nosso projeto olha essa questão. Se Deus quiser, poderemos consumir um queijo de qualidade com poucos dias de maturação, desde que ele tenha sido manuseado de forma correta. Queremos mostrar o tanto que as legislações federal e estadual criavam muitas dificuldades. Quando as exigências são muito agressivas e fortes, percebemos que ninguém consegue se adequar a elas. Quando a legislação é exagerada, ninguém consegue se adequar a ela. São mais de 30 mil produtores profissionais e apenas 205 produtores que estão 100% legais. Isso significa que, dos 30 mil produtores, praticamente 29.800 não conseguiram adequar-se à legislação, em razão dos exageros e da falta de renda e de capital.

Estou muito feliz e quero agradecer aos parceiros, que entenderam a questão, à consultoria, que contribuiu muito nesse trabalho, e aos parceiros da região de São Roque de Minas, do Serro, da Serra do Salitre e de Medeiros que participaram de várias reuniões conosco e que trouxeram boas sugestões. Agora vamos para a segunda etapa: ir ao governo federal. Já estive, aliás, em três reuniões, no Ministério da Agricultura, para que também o governo federal faça a sua obrigação e respeite o produtor de queijo mineiro e brasileiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Quero só parabenizar o Deputado Antônio Carlos Arantes pelo projeto. Somos da região serrana, somos do Serro e temos ali um compromisso com os trabalhadores. Falava com o Deputado Gustavo Valadares: se ele representasse as cidades em que é votado como eu represento a cidade do Serro, com certeza, teríamos um trabalho muito maior até lá para frente. Estou aqui para agradecer a esta Casa. Essa é uma luta de anos e anos, Sr. Presidente. É uma luta que veio. É o Ministério Público, anteriormente, fechando os estabelecimentos produtores de queijo, fazendo exigências sem dar condições para seu cumprimento. O que foi feito na França, anos e anos atrás, poderia ser feito em Minas Gerais, se houvesse maior incentivo do governo. Contudo, estavam exigindo tecnologia e tudo mais de primeiro mundo, sem dar condições para isso. Agora tenho a certeza de que a população serrana e os produtores do famoso queijo estarão caminhando para que possamos continuar produzindo o mais famoso queijo do Brasil: o queijo do Serro. Parabéns, Deputado Antônio Carlos Arantes, parabéns ao nosso relator e parabéns a todos aqueles que trabalharam. Podem ter a certeza de que essa luta de anos e anos chegou ao fim. Está de parabéns o Carlos da cooperativa do Serro, que colaborou conosco. Maravilha. Parabéns a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram com o projeto. Em nome da população serrana, estou aqui para agradecer a esta Casa pela aprovação desse projeto e ao Deputado Gustavo Valadares que, apesar de não ter ajudado muito nessa questão, com certeza, no governo federal, no próximo passo que daremos, estará lado a lado com a população de toda a região serrana. Parabéns. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 11. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.702/2011 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 11. À Comissão de Política Agropecuária.

Declaração de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, declaração de voto. Declaro que meu voto foi favorável. Gostaria de comunicar a esta Casa que hoje, às 16 horas, no Salão Nobre, a Presidência desta Casa assinará uma nova dinâmica para a nossa televisão. Trata-se da TV digital, que chega a todos os mineiros e belo-horizontinos. Gostaria de parabenizar V. Exa., a Mesa e esta Casa por mais essa conquista. Criei essa TV a cabo, com imagem ruim à época. Agora ela será digital. Parabéns, Sr. Presidente. Convido todos os Deputados e servidores a comparecer no Salão Nobre às 16 horas. O evento é muito importante para o engrandecimento da TV Assembleia, que é a primeira TV legislativa do Brasil.



O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.298/2012, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado relativa ao ano de 2012. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Ilustre colega Deputado Gustavo Valadares, fique tranquilo, pois serei breve. Apenas gostaria de registrar que os servidores do Poder Judiciário nos acompanham em nossas galerias. Talvez V. Exas. não tenham prestado atenção nas falas desses servidores, que enaltecem constantemente este Poder dizendo que esta Casa é, sim, a Casa da Cidadania, pois o eco das suas vozes chega ao Parlamento.

Deputado Gustavo Valadares, gostaria apenas de fazer esse registro e dizer que a luta é constante, pois, diferentemente deste Poder, do Poder Executivo e de outros órgãos, o Poder Judiciário não tem adotado um comportamento democrático com seus servidores. Lá os Presidentes, pelo menos os anteriores, se posicionam dessa maneira. Deixo isso registrado, para que o atual Presidente não diga que acabou de assumir e que este Deputado já faz críticas áspers a sua pessoa. As críticas que faço não são ao atual Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, que até então não tem dado essa demonstração. Os servidores vêm constantemente pedir e esperam que o atual Presidente adote comportamento mais democrático do que o adotado pelos seus antecessores, que não permitiam o debate e o diálogo. Muitas vezes eles indicam um técnico sem poder de decisão para tratar com os servidores. Ofícios às dezenas são encaminhados, mas não são respondidos. Eles esperam que o atual Presidente adote comportamento mais democrático.

Deputado Dinis Pinheiro, jamais fará mal um Presidente assentar-se com os Deputados para ouvir reivindicações dos nossos servidores, as quais levamos também ao conjunto da Mesa. Em determinado momento, o Presidente recebe os Deputados e também os sindicalistas. Sr. Presidente, esse é um gesto que só engrandece e enobrece a função do Presidente de um Poder. É óbvio que não será possível fazer tratativas a todo minuto, mas será bom que o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, em quem depositamos confiança, tenha melhor diálogo com os servidores para que seus direitos, que são aprovados e transformados em lei nesta Casa, sejam, de fato, exercidos.

Encerro minhas palavras dizendo que os servidores do Tribunal estão de parabéns por estarem aqui de forma cidadã e participativa, sem arredar o pé da luta. Registro os nossos cumprimentos ao Sindojus, ao Serjusmig e ao Sinjus pela luta que vêm travando na Assembleia Legislativa em defesa dos seus companheiros, dos seus pares e dos seus associados. Espero que a atual direção do Tribunal de Justiça seja mais democrática, para fazermos essa parceria construtiva com o Tribunal e com os seus servidores. Parabéns por ocuparem essas galerias.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, meus colegas servidores da Justiça, todos sabem da minha atuação neste Parlamento em prol dos servidores de carreira. Na raiz desse problema que existe no nosso País, de todas essas mazelas, de todos esses desvios e de todas essas condutas que denigrem a imagem dos parlamentos e da administração pública, vemos a falta de valorização dos servidores de carreira.

Sr. Presidente, sou servidor de carreira desta Casa, com muito orgulho. Vejo que os servidores de carreira do Tribunal de Justiça são abnegados trabalhadores que fazem a Justiça se mover. Com a nova Presidência do Desembargador Joaquim Herculano, tenho certeza absoluta de que os servidores de carreira do Tribunal serão valorizados, porque, além de advogados e operadores do direito, são servidores do Tribunal de Justiça. Por parte deste modesto advogado e Deputado, tenham certeza de que, onde estiver, estarei ao lado dos servidores de carreira, porque, se não fossem eles, a Justiça de Minas não teria sido a mais bem avaliada do Brasil. Neste momento em que está em discussão o Projeto de Lei nº 3.298, esta Casa não deixará de apoiar as reivindicações dos servidores, claro, capitaneadas pelos sindicatos e pelas entidades que os representam. São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas parabenizar os servidores do Tribunal de Justiça e dizer que o PRB está com eles. Votaremos favoravelmente ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Deputadas e Deputados, como representante da mulher mineira, não poderia deixar de cumprimentar as servidoras e os servidores do Tribunal de Justiça. Realmente, os nossos direitos são conquistados com luta e com organização. E os sindicatos estão aqui presentes, nessa defesa. Meus cumprimentos a todos os servidores, especialmente às servidoras. Já somos 52% em Minas e no Brasil e precisamos conquistar esses direitos. Parabéns a todos. Certamente, esta Casa, sensível à reivindicação de vocês, vai votar, por unanimidade, favoravelmente ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, também quero saudar os sindicatos e os servidores presentes. Quero dizer que nós, do PSDB - o PSDB tem muitos servidores públicos, como o nosso Deputado Rômulo Viegas, professor da nossa universidade federal, e o Deputado Luiz Henrique, servidor público -, apoiamos e votamos favoravelmente ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Sr. Presidente, também gostaria de reiterar o meu apreço aos servidores do Judiciário e ao Serjusmig, ao Sindojus e ao Sinjus nessa luta permanente por valorização e melhores condições de trabalho e de renda. A minha posição nesta Casa não poderia ser diferente: sempre favorável a todas as reivindicações, todos os pleitos dos servidores do Judiciário, bem como dos servidores da educação e da segurança pública.

Fazemos aqui a continuação do trabalho do ex-Deputado Estadual Weliton Prado, que foi Deputado desta Casa por duas vezes consecutivas. Seu trabalho foi sempre desempenhado com combatividade, firmeza e compromisso. Manifesto aqui o meu compromisso, da mesma forma e na mesma direção, com todos os servidores do Judiciário e do Estado de Minas Gerais, que



realmente merecem melhores condições de trabalho e valorização. Parabéns a vocês. Podem contar sempre com o nosso apoio incondicional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Serei rápido, Sr. Presidente. Gostaria apenas de dizer que a Bancada do PSD nesta Casa - oito Deputados Estaduais - encaminha favoravelmente, como o fez nas votações anteriores. O PSD, portanto, encaminha favoravelmente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bosco.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, de forma bastante breve, cumprimento todos os servidores da nossa Justiça de Minas Gerais, em especial do Poder Judiciário. Entendemos que de nada adianta termos bons operadores do direito se não houver uma boa retaguarda, como assessores e consultores, a fim de elaborar pareceres, decisões e, sobretudo, garantir os direitos dos cidadãos mineiros. Quero cumprimentá-los em meu nome e em nome do PTdoB e, de forma especial, em nome do Deputado Federal Luís Tibé. Portanto, Sr. Presidente, o PTdoB encaminha favoravelmente ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, quero homenagear os valorosos servidores do Poder Judiciário. Como advogado e militante, conheço o valor representativo de cada servidor. Esse foi um projeto longamente debatido para atender os interesses dessa valorosa classe. Cumprimento todos os que participaram dessa caminhada. Gostaria de homenagear os servidores do meu Sul de Minas, onde temos laços de amizade com todas as comarcas. Esses servidores sempre me solicitaram o acompanhamento desse projeto. Parabéns a todos. Felicidades.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, parabeno os servidores da Justiça, o Serjusmig, o Sindojus e o Sinjus, pela obtenção dessa vitória tão importante para eles, que acompanharam todo esse procedimento. Nós, nas comissões, também o fizemos para que o projeto fosse aprovado aqui por unanimidade. Continuaremos vigilantes para que o choque de gestão não mantenha no Estado o arrocho sobre os servidores públicos. Com essas palavras, quero, em nome do PT, encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto de lei.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, quero reconhecer a luta empreendida pelos servidores da Justiça do nosso Estado pela valorização da categoria. É importante destacar que a Assembleia de Minas, na apreciação do PPAG, no final de 2010, fez explicitar nessa peça o reconhecimento da revisão geral anual dos servidores da Justiça. Foi a primeira vez em que isso aconteceu em nosso Estado, e essa foi a primeira categoria a ser reconhecida oficialmente pelas peças orçamentárias. Está no arcabouço das peças orçamentárias o reconhecimento da revisão geral anual. Parabéns por esse exemplo e pela luta de vocês. Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.298/2012. À Comissão de Redação.

Um abraço aos valorosos servidores do Judiciário.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de projeto de lei complementar, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes da pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 367/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que obriga o fornecedor de produtos e serviços de consumo a promover a fixação de data e hora para sua entrega, prestação ou instalação. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 367/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 721/2011, do Deputado Délio Malheiros, que obriga que os bancos de dados, os cadastros de consumidores e os serviços de proteção ao crédito comuniquem ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento, a negatização do seu nome. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 721/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 832/2011, do Deputado Carlin Moura, que institui o registro do Patrimônio Vivo do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 832/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 847/2011, do Deputado Delvito Alves, que obriga os bancos, as empresas de cartão de crédito, as operadoras de serviços de telefonia móvel, os provedores de internet e televisão por assinatura a disponibilizar aos usuários mecanismos capazes de gerar algum tipo de recibo que lhes permita comprovar documentalmente o teor e a data de suas solicitações. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o

aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 847/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011, do Deputado Zé Maia, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.799/2011 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.920/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.981, de 16/1/2006, que cria o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - Findes. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.920/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.099/2012, do Governador do Estado, que promove incorporação de parcela da Gedima ao vencimento básico dos servidores das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária, reajusta as tabelas de vencimento básico da carreira de Auditor Interno do Poder Executivo, altera as Leis nº 15.463, de 13/1/2005, e nº 18.974, de 29/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.099/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.329/2012, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2012. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.329/2012

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - É devida ao Deputado, no início e no final da legislatura, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio mensal.”.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Mesa da Assembleia

EMENDA Nº 2

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - Ficam revogados o § 1º do art. 2º e o inciso I do “caput” e os §§ 1º e 2º do art. 3º da Resolução nº 5.200, de 2001.”.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Mesa da Assembleia

Justificação: As emendas apresentadas têm a finalidade de extinguir o pagamento de ajuda de custo no início e no final da sessão legislativa, para que tais parcelas sejam pagas apenas ao início e ao final do mandato do parlamentar. Além disso, ratifica a cessação do pagamento de indenização pelo comparecimento a reunião extraordinária, vez que essa verba já não vem sendo paga desde o mês de abril de 2011, por determinação desta Mesa. Portanto, além de estabelecer uma redução na despesa da Assembleia Legislativa, a proposição vai ao encontro de um conjunto de medidas que têm sido adotadas com vistas à fixação de um sistema mais apropriado de remuneração dos parlamentares.

ACORDO DE LÍDERES

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, acordam sejam recebidas duas emendas contendo matéria nova ao Projeto de Lei nº 3.329/2012.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Lafayette de Andrada, Líder do BTR - Tiago Ulisses, Líder do BAM - Rogério Correia, Líder do PT - Sávio Souza Cruz, Líder do PMDB - Sargento Rodrigues, Líder do PDT - Gustavo Valadares, Líder da Maioria.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas da Mesa da Assembleia, que receberam os nºs 1 e 2, e que, por conterem matéria nova, vêm acompanhadas de Acordo de Líderes e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.329/2012 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.330/2012, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, e a Resolução nº 5.347, de 19/12/2011, que dispõem sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.330/2012

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - O § 2º do art. 3º da Resolução nº 5.100, de 29 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o § 3º a seguir redigido:

'Art. 3º - (...)

§ 2º - O ponto unitário corresponderá ao índice 0,5217 (zero vírgula cinco mil duzentos e dezessete) aplicado ao índice básico previsto no art. 5º da Lei nº 16.833, de 20 de julho de 2007.

§ 3º - Regulamento estabelecerá a correspondência entre os padrões de vencimento básico e a pontuação de que trata o § 2º, observados os limites previstos no art. 8º da Resolução nº 5.203, de 19 de março de 2002, estabelecendo-se o arredondamento de casas decimais e a proporcionalidade para a jornada de 4 horas diárias.'”.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Mesa da Assembleia

EMENDA Nº 4

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - Fica revogado o Anexo II da Resolução nº 5.100, de 1991.”.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Mesa da Assembleia

ACORDO DE LÍDERES

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, acordam sejam recebidas duas emendas contendo matéria nova ao Projeto de Resolução nº 3.330/2012.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2012.

Lafayette de Andrada, Líder do BTR - Tiago Ulisses, Líder do BAM - Rogério Correia, Líder do PT - Sávio Souza Cruz, Líder do PMDB - Sargento Rodrigues, Líder do PDT - Gustavo Valadares, Líder da Maioria.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 12 de julho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas da Mesa da Assembleia, que receberam os nºs 3 e 4, e que, por conterem matéria nova, vêm acompanhadas de Acordo de Líderes e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 4. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 3.330/2012 com as Emendas nºs 1 a 4. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.164/2012, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, 6, 9 e 39, apresentadas por parlamentares; com a Emenda nº 66, apresentada pela Bancada do PT; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 5, 13, 16, 22, 23, 38, 69, 75 e 77; e com as Emendas nºs 92 a 96,



apresentadas ao final deste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4, 7, 8, 10, 11, 14, 24 a 37, 40 a 65, 67, 68, 70 a 74, 78 a 82 e 84 a 91. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, depois de ter participado das discussões na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tenho a oportunidade de debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para os que nos acompanham pela TV Assembleia e pelo “site” da Assembleia, o projeto dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013. Vamos ter a oportunidade de, nas próximas horas, debater um pouco esse tema. Também estão inscritos a nossa companheira Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Rogério Correia, que nos ajudaram um pouco a refletir sobre o conceito deste projeto, sobretudo o conceito de governo a ser implementado por meio dele.

Quero ater-me a algumas proposições, que, por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores, entendíamos e entendemos podem contribuir no aprimoramento e no aperfeiçoamento dessa lei, fazendo com que algumas dessas ações, que acreditamos serem importantes, possam ajudar os Municípios.

Sr. Presidente, apresentamos as Emendas nºs 67 e 68. A Emenda nº 67 propõe seja acrescentado ao art. 25 que o conveniente seja comunicado pelo órgão concedente da ocorrência que motivou a suspensão, o impedimento e a deliberação de recursos a título de transferência voluntária. Essa emenda que apresentamos e vamos destacar busca criar condições para que os Municípios e entidades tomem rápido conhecimento de qualquer evento que os impeça de firmar convênios com o Estado, de modo a tomar tempestivamente as providências necessárias à regularização de suas relações com o poder público estadual.

Muitas vezes, nos convênios que o Estado firma com os Municípios, seja com a Prefeitura, seja com outras entidades, há muita burocracia que dificulta o acesso aos recursos de um programa, de um convênio ou de uma transferência, e isso diz respeito até as nossas emendas parlamentares. Somos muito cobrados pela ação, pelos resultados, pelos recursos, por aquilo que contribui para que o Município consiga algo extra ao seu orçamento. Mas esses recursos de emendas ou de programas dependem de uma burocracia, de projetos e de documentações. Em quase todos, existe uma dinâmica, dependendo do atraso da liberação dos recursos. Vários documentos, ao longo desse período, vencem e têm de ser trocados. Estamos vendo que muitos Municípios perdem recursos por essa burocracia. Nossa emenda procura, de alguma forma, obrigar que o Executivo, pelo seu próprio sistema, vincule um alerta, um comunicado para que, de forma mais célere, o Município tenha tempo de corrigir, regularizar, cumprir a entrega daquele documento, facilitando a liberação dos recursos e a sua execução.

Quero registrar a Emenda nº 67, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê isso. Nossa proposta é que, ao ser acrescentado isso, atendamos ao Município, às entidades que têm dificuldade. Não tenho dúvidas de que aqueles que nos acompanham sabem desse problema. Nos Municípios, diante de tantas demandas e atividades, essa é uma questão que sempre acontece. A emenda vem para colaborar, contribuir para que esse problema seja minimizado.

Nossa emenda, a nº 68, propõe a alteração do art. 28 do texto e sugere que os órgãos ou entidades concedentes deverão disponibilizar na internet informações contendo, no mínimo, data da assinatura dos instrumentos de transferência voluntária, nome do conveniente, objeto das transferências, valor liberado e classificação funcional, programática e econômica do respectivo crédito. Os órgãos concedentes deverão ainda divulgar pela internet os critérios para a seleção dos beneficiados pelo programa; no prazo de 60 dias após a publicação da lei orçamentária, o conjunto de exigências e procedimentos, inclusive formulários necessários à realização das transferências; também os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos; viabilizar acompanhamento, pela internet, dos processos de liberação de recursos; adotar procedimentos claros, objetivos, simplificados e padronizados que orientem os interessados de modo a facilitar o seu acesso direto aos órgãos da administração pública estadual. Enfim, a emenda que apresentamos pretende estabelecer procedimentos que simplifiquem e deem transparência à execução de políticas públicas estaduais por meio da colaboração com os Municípios. Propomos a publicação dos critérios que determinam a escolha de um Município como parceiro da administração estadual, de modo a garantir a impessoalidade no exercício discricionário de despesas, possibilitando a todos os Municípios a igualdade de condições na disputa dos recursos complementares estaduais.

Essas duas emendas referem-se à publicidade, ao alerta na documentação e na burocracia dos convênios, com acesso mais fácil, claro e transparente aos munícipes, sobretudo àqueles que têm interesse, sejam prefeituras, entidades, ou órgãos de Estado que tenham interesse em acompanhar esses convênios e contratos. O acesso mais rápido, fácil e transparente é o cerne, o objetivo de nossas emendas. Ambas vêm em resposta ao clamor de várias entidades, órgãos e prefeituras, que encontram uma dificuldade enorme de acelerar e corrigir essa falha, essa lacuna. Nossa proposta é que, a partir da aprovação, tenhamos na LDO a possibilidade de criar ferramentas para essa facilitação.

Além de destacar essas emendas, destaco outras duas que entendemos importantes para a garantia de direitos fundamentais do nosso povo mineiro que dizem respeito à saúde e à educação. Hoje, Deputados, ouvi entrevista na Rádio CBN, da Promotora Dra. Joseli, que entrou na justiça, Deputado Rogério Correia, contra o termo de ajustamento de gestão – TAG -, que aprovamos ano passado nesta Casa. Mas ficou um pouco destoante daquilo que acreditávamos que seria, pois veio a confrontar a Constituição Federal, Deputada Maria Tereza Lara.

O TAG que aprovamos seria para contribuir com os Municípios, fazendo com que o Tribunal de Contas do Estado orientasse melhor os Municípios antes da prestação de contas, percebendo e alertando algumas irregularidades. Por esse TAG, os Prefeitos e órgãos públicos, assim como o Governador, poderiam ajustar algumas questões para que, ao longo do ano de execução orçamentária, cumprissem as metas legais e constitucionais previstas nas leis orçamentárias e, neste caso especial, na Constituição Federal.

Mas o fato é que, depois de aprovarmos o TAG, sua primeira ação foi um ato, no nosso entendimento, inconstitucional, confrontando o que a Constituição Federal determina, ao indicar que, no caso específico da saúde, cada Estado deve cumprir o investimento mínimo de 12%. O mesmo ocorre na área da educação, com a aplicação do mínimo constitucional de 25%.

O que acontece, senhores e senhoras - e não sou eu que estou falando, não é a Bancada do Partido dos Trabalhadores, é o próprio Tribunal de Contas, no relatório encaminhado a esta Assembleia, e que apreciamos, em primeira mão, na Comissão de Fiscalização



Financeira e Orçamentária, no exercício de 2010 -, é que o Estado de Minas Gerais não cumpre o mínimo constitucional na área da saúde.

O dado técnico, apresentado pelo Tribunal de Contas, mostra que, ao invés de cumprir o mínimo de 12% de investimento na saúde, o Estado investe aproximadamente 8%, e tenta se justificar dizendo que o complemento desses recursos refere-se aos investimentos da Copasa, com o que chegam aos 12,4%, de que o Estado prestou contas. O próprio Tribunal de Contas, ao perceber isso, propôs um Termo de Ajustamento de Gestão para que o Estado, ao longo dos próximos anos, chegue, progressivamente, ao patamar mínimo de 12%.

Senhores e senhoras, este não é um discurso de disputa política, de oposição, mas uma apresentação clara, evidente e técnica de um relatório do Tribunal de Contas, que percebeu irregularidades no investimento em saúde, e que o Estado de Minas Gerais não cumpre o mínimo constitucional. Para que o Estado tenha tempo de cumprir sua obrigação vem o Termo de Ajustamento de Gestão, propondo uma graduação de investimentos até o patamar de 12%. No nosso entender, há um confronto direto com o princípio constitucional. E é por isso que existe uma ação na Justiça, de autoria da Promotora Dra. Josely, questionando exatamente esse ponto. Se o próprio Tribunal de Contas alerta para essa falta de investimentos, aponta diretamente onde está a falha, mostrando que as contas do Estado não fecham, que faltam investimentos na área da saúde, é evidente que Minas precisa investir mais e colocar em prática o mínimo constitucional.

A Assembleia Legislativa, pioneira nas ações, tomou para si o importante movimento de fazer que um projeto de lei de iniciativa popular modifique a Constituição, mudando a possibilidade de investimento do governo federal na área da saúde. Não tenho dúvida do quanto isso é importante. Mas, tão importante quanto uma ação dessas, é fazer com que o próprio Estado de Minas Gerais cumpra com seu dever. É fundamental que tenhamos condições de cobrar a partir do nosso próprio exemplo. Mas o governo de Minas entra nesse movimento de cabeça baixa porque não está fazendo a sua tarefa de casa, não está permitindo que a Constituição Federal seja cumprida no nosso Estado porque muitos dos problemas vinculados à área da saúde são inerentes à falta de investimentos, já que não se cumpre o mínimo constitucional na referida área.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, V. Exa. discute o Projeto de Lei nº 3.164, e realizamos uma audiência pública nesta Casa em que contamos com a presença do Secretário de Estado para falar sobre o tema. Ficou claro que, ao buscar o Termo de Ajustamento de Gestão - TAG -, o governo tenta adaptar o seu orçamento. No orçamento, de um ano para o outro, há despesas que crescem, e receitas que, por sua vez, não acompanham o crescimento da despesa porque estamos vivendo um momento de crise mundial, e o seu reflexo encontra-se em todo o País. Vimos ontem, por exemplo, que o Banco Central, mais uma vez, na reunião do Copom, diminuiu em 1% a taxa de juros e, mesmo assim, ainda somos um dos países que mais cobra juros.

Entre nesse assunto para dizer que, em 2000, no momento em que era implementada a Lei de Responsabilidade Fiscal, fomos eleitos para governar Campo Belo e fomos a uma palestra no Tribunal de Contas. O Presidente daquele órgão nos disse que era impossível trocar o pneu de um carro em movimento; que teríamos que parar o veículo; e que iniciariamos uma nova época para buscarmos o cumprimento da integralidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Prefeitos que deixaram os seus mandatos em 2000, que governaram 1996/97/98/99 e 2000 não tiveram a obrigação de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada antes de 2000. Ela só pôde ser implementada e cobrada para os Prefeitos que governaram de 2001 a 2004.

Faço essa analogia à fala de V. Exa. porque, no ano passado, a PEC nº 29 - quero saudar o nosso vizinho Deputado Carlos Mosconi, que foi um dos seus autores quando era Deputado Federal - estabeleceu que os Estados teriam que gastar 12% no mínimo. Diante dessa situação, o Tribunal de Contas também tomou a decisão de que alguns gastos que eram inseridos no custo da saúde para o ano seguinte não mais poderiam ser relacionados a eles. Exemplificando, aquilo que se faz para saneamento básico, água e tratamento de esgoto, no ano seguinte não mais pode ser utilizado como despesa de saúde. E essa decisão aconteceu no final do ano. Já o governo foi avisado no final de novembro, início de dezembro, que não se poderia somar aos gastos de saúde aquilo que se gasta com tratamento de água e esgoto. Na área da educação, também no mesmo período, foi avisado que os funcionários que recebem aposentadoria não mais poderiam ser incluídos em custos da educação.

O governo do Estado, no final do ano, já com o Orçamento pronto para ser encaminhado a esta Casa, para V. Exas. terem uma ideia, disse que, se precisasse tirar o gasto com tratamento de água e esgoto para gastar em outro lugar, para levá-lo para a saúde, o governo não precisaria de nenhum favor, não precisaria de nenhum encaminhamento. Mas, como o governo tem que manter o gasto com saúde vindo do tratamento de água e esgoto e ainda criar dinheiro novo, outro dinheiro para atender à nova lei, ou seja, tudo de uma só vez no mesmo exercício, sentiu-se incapacitado de promover essa mudança no mesmo instante. Então, propôs-se a manutenção do tratamento de água e esgoto não mais na saúde e um aumento de 6%, que é o custo do ano seguinte, além de se criarem novos recursos para atender a uma parte da saúde, conforme manda a lei. E o que o Estado pediu? Pediu que o Tribunal aceitasse o TAG, pois ele gastaria o que já gastava com água e esgoto, mas não era mais em saúde, e aumentaria, ainda em gastos com saúde, aquele percentual para 2013 e o outro percentual para 2014, como foi feito na nossa época de Prefeito. Por isso lembrei a V. Exa. que tomei posse em 2001 e, quando assumi, deveria gastar, em vez de 12%, 15% com saúde. O que foi feito para os Prefeitos daquela época? Eles poderiam aplicar o percentual de 25% em 2001, 25% em 2002, 25% em 2003 e 25% em 2004, último ano da nossa administração, totalizando-se 100% do que prometemos cumprir.

V. Exa. nos dá a oportunidade de dialogar, de trocar essa informação, porque posicionamento é posicionamento. Respeito muito o de V. Exa. expondo o nosso, para termos esse confronto sadio, salutar; para que possamos participar do debate e manifestarmos as nossas ideias; eu, na defesa dos interesses do governo, e V. Exa. também querendo defender o que é melhor para Minas Gerais. Mas o termo de ajustamento de gestão teve como entendimento buscar o equilíbrio da realidade financeira do Estado, de forma que o governo não deixe de atender aquilo que ele já atende. O gasto com o tratamento de água e esgoto continua, houve um aumento de 6% e ainda se criou um dinheiro novo para atender à lei. E pediu tão somente, Deputado Ulysses Gomes, que esse percentual seja parcelado em duas etapas, para que o governo tenha condições de cumprir o que a lei exige. Isso é que é importante.



Agradeço a V. Exa. a oportunidade. Para concluir nosso entendimento, Deputado Ulysses Gomes, quero dizer que observamos que o governo federal tornou legal e dinamizou a aplicação da Emenda nº 29, determinou que os Estados gastassem 12% e condicionou os gastos da saúde. Mas veja bem, assim como Pilatos, o governo federal lavou as mãos e disse: “Se depender de mim, não estou preocupado com o povo brasileiro”. E o Brasil gasta menos do que países da África, gasta menos do que países pobres. E aqui, na minha frente, está a Deputada Maria Tereza Lara, que, como muitos parlamentares desta Casa, aceita o debate e, quando a crítica é feita ao governo federal, ela absorve, faz um filtro, e diz: “Eu também faço coro com esse posicionamento para que o governo federal gaste os 10% de sua parte”. Vemos inúmeras pessoas morrendo, pedindo socorro nas filas dos hospitais, mas o governo federal deixa de gastar o mínimo, que é de 10%.

Agradeço a V. Exa. essa oportunidade. Esta Casa é a Casa do debate, é o Parlamento. E o Parlamento vem do debate, que é um termo de origem francesa. É a Casa da discussão. Aqui devemos buscar entendimentos e confrontos, para que cada um defenda sua posição. Saúde V. Exa., neste momento, também pela aprovação da proposta de emenda à Constituição de sua autoria. A partir de agora, as suplências não serão mais aceitas em final de mandato, o que economizará o recurso público. Esse recurso que não será gasto aqui talvez possa ser encaminhado para outros setores importantes. Parabéns a V. Exa. Receba o meu reconhecimento e o meu elogio pela postura, pela posição da proposta de emenda à Constituição e, também, por nos propiciar esse debate em seu pronunciamento. Muito obrigado, Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputado Duarte Bechir, agradeço a V. Exa. o comentário sobre a nossa proposta de emenda à Constituição e a oportunidade de debater. Compartilho a conquista desta Casa com o apoio de todos os Deputados, pois, de forma unânime, aprovamos essa matéria. Esse exemplo que a Assembleia está dando ao Brasil teve uma repercussão muito grande, pois mostra a sintonia que esta Casa tem com aqueles que nos acompanham, visto que, cada vez mais, busca atender suas necessidades e cobranças. Não tenho dúvida de que a repercussão vem na dimensão do compromisso desta Casa.

No tocante ao debate que V. Exa. nos propicia, trazendo essa reflexão do Estado, concordo com a ideia de que o termo de ajustamento de gestão é um mecanismo do governo - a partir de uma proposta de lei aprovada aqui, de uma ferramenta do Tribunal de Contas - de adaptação, de correção, de ajuste dessas irregularidades. Mas V. Exa. há de convir, Deputado, que o investimento ou a falta dele na área da saúde não deixa de ser uma opção política do governo.

É importante dizer que a Emenda nº 29, ao ser regulamentada no ano passado, na verdade regulamentou algo que já existia. Todos nós sabíamos que cada Município deveria investir o mínimo de 15% na saúde, que cada Estado deveria investir o mínimo de 12% na área da saúde e que cada Estado e Município deveria investir o mínimo na educação. Porém, quanto à área da saúde, a emenda regulamentou algo que todos sabiam.

O que está acontecendo em Minas Gerais não é novidade. Estamos falando que, desde 2003, o governo de Minas Gerais optou por investir menos na área da saúde, maquiando as contas, colocando nelas os investimentos com saneamento oriundos da Copasa. Mas, a partir da regulamentação e da normatização do Tribunal de Contas, eles estão separados do investimento da área da saúde. Então, V. Exa. expôs algo justo, real: a partir de então, esses investimentos não serão mais contabilizados como se fossem da área da saúde. É importante, porém, registrar para os que nos acompanham que essa é uma opção política do governo. Por mais que deva fazer seus ajustes, eles deveriam ser feitos em outras áreas. A opção do governo foi fazê-lo, a partir do TAG, na área da saúde. Essa é a distinção, e precisamos alertar os que nos acompanham para esse fato.

A proposta que apresentamos na emenda é que o governo aplique esse mínimo e faça os ajustes necessários. Obviamente seus investimentos precisarão de ajustes, seja pela opção de governo, seja pela questão da economia, seja pela existência de crise. Estamos alertando aqui para que esse ajuste seja feito em outra área, diferente da de saúde, que precisa, como V. Exa. muito bem disse, de investimentos.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Primeiro, queria fazer um esclarecimento. Antes da regulamentação da Emenda nº 29, que tratava da saúde, não existia uma diretriz clara que determinava o que era gasto com saúde e o que não era. Na Constituição Federal, de maneira expressa, o art. 200 estabelece que os gastos com saneamento são gastos com saúde, de responsabilidade do SUS. Então, era muito tranquila a interpretação de que os gastos com saneamento deveriam incorporar os da saúde. Após a regulamentação da Emenda nº 29, isso já não foi mais possível. O governo do Estado, então, precisa de um tempo para adequar suas finanças e cumprir o mínimo constitucional de 12%.

O TAG é o indicativo de que o Estado quer cumprir, de que o governo tem responsabilidade e deseja cumprir o que é necessário, ao contrário do que acontece com a União, que não tem o mínimo para gastar com a saúde, e não gasta. Daí, a Assembleia Legislativa, em boa hora, estar colhendo assinaturas para apresentarmos no Congresso Nacional uma emenda popular no sentido de que a União tenha estabelecido o mínimo para gastar com a saúde. Mas, na verdade, ela não tem e não quer ter. E, quando isso foi colocado na regulamentação da Emenda nº 29, foi vetado pela Presidente Dilma, o que mostra com clareza que a União não quer ter compromisso com a saúde, ao contrário do governo do Estado que, ao assinar um TAG, reconhece que não está gastando o mínimo exigido, mas mostra que quer gastar. E aí apresenta um cronograma de quando o gastará.

Caro Deputado Ulysses Gomes, não tomarei seu tempo. Sr. Presidente, quero dizer, de maneira muito clara, que, no que concerne à educação e à saúde, o governo de Minas, ao assinar o TAG, apresenta um indicativo de que quer, de maneira responsável, contribuir e investir o necessário. Muito obrigado.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, em primeiro lugar, queria cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo de seu trabalho neste semestre. V. Exa. é um Deputado presente, atento às questões maiores dos interesses de Minas Gerais.

Queria pedir a atenção de V. Exa. também para um problema extremamente grave que está acontecendo na administração do governo federal, especialmente do Banco do Brasil, e que será objeto, na semana em curso, de uma audiência pública nesta Casa: a perseguição a mais de 30 Gerentes do Banco do Brasil da Zona da Mata, em razão de política adotada em Brasília por este banco no sentido de atingir um trilhão de ativos. Infelizmente, no decorrer do ano passado e deste ano, o banco utilizou alguns procedimentos



de maneira a lesar os consumidores, fazendo débitos indevidos em suas contas de Norte a Sul. A partir daí, desencadeou-se todo um processo dentro do Banco do Brasil, de perseguição aos gerentes que não comungavam com a prática. Dezenas de gerentes em Minas e centenas em todo o Brasil foram perseguidos pela direção do Banco do Brasil, por diretores do partido que V. Exa. representa. Peço a V. Exa. que se ombreie conosco nessa batalha, para que trabalhadores como esses da Zona da Mata e de todo o Brasil não sejam prejudicados por essa situação.

Sabemos da inteligência da família do Sr. Marcos Valério, mas o irmão dele assumiu a gerência do Banco do Brasil central, a primeira agência do Brasil aqui em Belo Horizonte, e isso está trazendo um risco àquela instituição que é patrimônio de todos nós. Que V. Exa., militante do Partido dos Trabalhadores, debruce também sobre esse tema que será objeto de calorosas discussões no Brasil, na semana que vem, em razão desse procedimento que elevou os lucros do banco, mas que fez com que os trabalhadores paguem a conta pelas ilegalidades.

A CVM não foi comunicada desse fato relevante; a diretoria do banco está colocando o assunto de forma não transparente, por isso peço a V. Exa., que integra o PT, que ajude a resolver esse imbróglio que está prejudicando centenas de trabalhadores do Banco do Brasil, por todos os Estados deste país. Espero que V. Exa., como atuante Deputado, ajude a entender o que está acontecendo e a corrigir o curso dessa instituição que faz parte do patrimônio do povo brasileiro. Solicitei esse aparte apenas para pedir a V. Exa. essa ajuda.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputado Délio Malheiros, pelo comentário e pelo alerta a um assunto importante. Pode ter certeza de que vamos acompanhá-lo de alguma forma e intervir na medida em que percebermos o desenrolar dessa questão.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Ulysses, quero apenas debater o que o Deputado Délio Malheiros insinuou: um parentesco do Marcos Valério com o Banco do Brasil, como se isso tivesse alguma coisa a ver com o PT. Pergunto a ele se também está preocupado com a prima do Cachoeira que foi nomeada pelo Senador Aécio Neves, em Uberaba. Gostaria de saber se ele está preocupado com esse fato ou se isso tem a ver com o jogo de contravenção, com o Demóstenes e com o apoio que ele dava aos partidos da base do governo Anastasia. Quero saber se ele faz essa relação tão automaticamente como fez a outra. Peço que nos centremos no assunto em questão, em vez de ficarmos fazendo insinuações maldosas. Ainda pergunto se o Prefeito de Belo Horizonte, que foi denunciado por receber mensalão, tem algo a ver com o Marcos Valério.

O Deputado Ulysses Gomes* - Debatendo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enfocamos a questão da saúde. Quando somos questionados a respeito desse investimento federal, de que o Tesouro faz investimento direto na saúde, é importante fazer uma diferenciação: em todos esses anos em que estamos falando que Minas não investe o mínimo constitucional em saúde, ou seja, desde 2003, acrescenta-se o investimento em saneamento através das tarifas que a Copasa arrecada. Esses investimentos que a Copasa faz na área de saneamento são oriundos de tarifas específicas. Então, as colocações dos Deputados que puxaram o debate deixam clara e evidente a falta de investimento em saúde. Quero novamente trazer esse debate à tona.

É uma opção política do governo fazer esse ajuste na área da saúde. Iniciamos nossa legislatura em fevereiro do ano passado e, em janeiro, tivemos o conhecimento da lei delegada que criou inúmeros cargos na administração pública. São mais gastos, gratificações, inúmeras mudanças que geraram mais custos para o governo do Estado. Mais de mil cargos foram criados, ou seja, essa talvez poderia ser uma área de ajuste, de redução de gastos, de economia. E nesse ajuste talvez pudéssemos melhorar, aumentar o investimento na área da saúde.

Debati, apresentei, justifiquei e agora quero detalhar a nossa proposta de emenda na prática, na íntegra. Que seja acrescentado o seguinte artigo: (- Lê:) “O Estado aplicará, no exercício de 2013, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 12% da arrecadação dos impostos a que se referem o art. 155, o art. 157 e a alínea “a” do inciso I, e o inciso II do “caput” do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferências aos respectivos Municípios”.

Leio a justificativa da emenda: “Uma vez aprovada a Lei Complementar nº 141/2012 e após nove anos de embates tentando assegurar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, deveria ser desnecessária a normalização, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO -, da aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde. No entanto, em Minas Gerais, essa pressuposição foi fraudada pela celebração do termo de ajustamento de gestão – TAG – entre o Tribunal de Contas do Estado e o Executivo, que prevê que, dos 12% das receitas de impostos e transferências a serem destinadas ao SUS em 2013, apenas 10,84% serão exigidos no exercício pelo Tribunal”. Ou seja, Minas sairia de 8,4% para 10,84% no ano que vem. Em 2014, haveria um novo ajuste. E, assim, continua aplicando menos que o mínimo do índice constitucional.

“Se consideramos uma base vinculável de R\$44.000.000.000,00 em 2013, valor resultante da soma da projeção da receita de impostos, das transferências, da dívida ativa e dos juros e multas, subtraídas as transferências aos Municípios, teríamos um prejuízo para a área da saúde de cerca de R\$518.000.000,00, só no ano de 2013. A emenda tenta preservar o mandamento constitucional de aplicação de, no mínimo, 12% da receita de impostos e transferências, determinando, indiretamente, a revogação do TAG”.

É exatamente essa a nossa proposta. O TAG continuará existindo como uma opção, uma ferramenta, um mecanismo de ajuste do Tribunal de Contas com os entes federados, o governo do Estado e os Municípios, ou mesmo com os outros órgãos, mas, nesse caso específico, estaríamos vinculando a existência na LDO para o Estado de Minas Gerais, a partir do ano que vem, dos 12% para a saúde.

Os Deputados Duarte Bechir e Lafayette de Andrada me deram a oportunidade de debater esse assunto, principalmente quando o Deputado Duarte Bechir falou sobre a sua experiência na Prefeitura de Campo Belo e do tempo que teve para o ajuste. Mas o que me estranha é que também deveríamos fazer essa comparação com os Prefeitos do nosso Estado, a cobrança do Ministério Público a cada Prefeito e Prefeita de Município do nosso Estado, para ajustar esses investimentos. Existem Prefeitos que não conseguem administrar, além de situações em que o Promotor está praticamente assentado na cadeira do Executivo, em razão das inúmeras cobranças para que se ajustem ao cumprimento desses investimentos mínimos.

Não estou criticando, apenas alertando e trazendo à tona um fato existente nos Municípios. Aliás, todos nós, Deputados e Deputadas que convivemos com os Prefeitos, sabemos disso. Conhecemos a dificuldade que os Prefeitos têm para ajustar a sua situação na medida do possível, sobretudo na medida das cobranças do Ministério Público. No entanto, essa relação não é a mesma que ocorre no



Estado de Minas Gerais, ou seja, não é essa a relação que o Ministério Público tem com o governo do Estado. O Ministério Público não cobra do Estado a efetiva aplicação do mínimo constitucional. É essa a distorção do que acontece com os Municípios. O ajuste, ou o jeitinho, ou a forma de afrouxamento dos acordos existentes no Estado de Minas Gerais gera o TAG para que o Estado não cumpra o mínimo constitucional, que já deveria estar cumprindo. Ao recuarmos no tempo, veremos que, desde 2003, a opção política do Estado foi de não cumprir o mínimo constitucional.

Agora sim, com esse ajuste, a partir do alerta do Tribunal de Contas, teremos, a partir de 2014, a aproximação desses valores. A proposta de emenda vem para garantir que tenhamos, no próximo ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o mínimo constitucional na área da saúde. Nesse mesmo tema que estamos tratando, há a emenda da nossa bancada que propõe - assim como apresentei na área da saúde - : “O Estado aplicará, no exercício de 2013, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.” Então, estamos tratando de um outro problema que o Estado tem. Também no nosso entendimento, essa é uma opção política feita pelo Estado: não investir o mínimo constitucional de 25% na área da educação. Nossa justificativa: “Considerando a interpretação conjunta dos artigos da Constituição e das leis relativas à educação, conclui-se que, para fins do limite constitucional com a Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Público, a componente “remuneração” deve restringir-se às despesas correspondentes ao pagamento do pessoal efetivo, que se encontra exercendo cargo, emprego ou função na atividade do ensino, excluindo-se, portanto, as despesas com inativos e pensionistas”. O que temos, em Minas Gerais, é exatamente o contrário do que apresentamos. Para comprovação desse mínimo de 25%, o governo de Minas acrescenta - ao contrário até do que o próprio Tribunal de Contas já alertou, um equívoco, um erro -, para o cumprimento desses valores, as despesas com os inativos e pensionistas. Por nossa compreensão, por compreensão legal e pela própria compreensão do Tribunal de Contas, isso não deveria ser feito. “O Tribunal de Contas do Estado assim também entendeu e normalizou o assunto, por meio da Instrução Normativa nº 9, de 2011.” Repito: o próprio Tribunal de Contas entendeu e normalizou o assunto por meio da Instrução Normativa nº 9, de 2011. “Isso deveria bastar para garantir a aplicação do mínimo constitucional no Estado, após anos de insuficiência de investimentos. No entanto, essa pressuposição foi fraudada pela também celebração do Termo de Ajuste e Gestão, entre o Tribunal de Contas do Estado e o Executivo, que prevê que, dos 25% das receitas de impostos e transferências a serem destinados à educação em 2013, apenas 23,195% serão exigidos no exercício pelo Tribunal.” Ou seja, no ano que vem, o Tribunal não vai cobrar do governo do Estado o mínimo de 25%, mas sim 23,19%. Essa relação não é a mesma que o Tribunal de Contas tem com os Municípios, não é a relação de cobrança do efetivo cumprimento do mínimo constitucional. Estamos em um período eleitoral, em que inúmeros candidatos e candidatas estão vinculados e com problemas de manter sua candidatura, porque tiveram suas contas, como agentes públicos, rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Por que foram rejeitadas? Porque não cumpriram, entre várias ações e questões administrativas, o mínimo de investimento na educação. Sei de alguns nomes - e obviamente não vou citá-los - que não poderão efetivar sua candidatura porque têm contas rejeitadas vinculadas exatamente à falta de investimento nesses índices mínimos, sejam eles da educação ou da saúde.

Por fim: “Se considerarmos uma base vinculável de R\$44.686 bilhões em 2013, valor resultante da soma da projeção da receita de impostos, das transferências, da dívida ativa e dos juros e multas, subtraídas as transferências aos Municípios, teríamos também um prejuízo para a área de educação de cerca de R\$487 milhões em 2013”.

A emenda que apresentamos tenta preservar o mandamento constitucional da aplicação de, no mínimo, 25% da receita de impostos e transferências, determinando, indiretamente, a revogação desse termo de ajustamento para que o Estado de Minas Gerais cumpra esse mínimo constitucional.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado. Tenho acompanhado o seu pronunciamento, mas peço licença a V. Exa. para não entrar nessa discussão, mas tratarei de algo que se refere à saúde. Recentemente, por determinação do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a Assembleia Legislativa realizou um ciclo de debates para tratar da questão dos acidentes de trânsito, que V. Exa. acompanha. A Deputada Maria Tereza Lara provocou esse ciclo de debates. Na verdade, os acidentes de trânsito se transformaram em uma verdadeira epidemia em Minas Gerais e no Brasil. Em cada 10 leitos dos hospitais, 6 são ocupados por acidentados de trânsito.

Lamentavelmente, acabou de acontecer um acidente grave no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, em que duas pessoas morreram. Infelizmente, esse foi um acidente anunciado, pois ocorreu exatamente na descida do Bairro Olhos d'Água para o trevo do Bairro Betânia. Trata-se de uma longa rampa, e os caminhões não conseguem frear em seu final.

Na reunião anterior, levamos ao DNIT a proposta de uma rampa de escape que já existe em vários lugares do mundo e em São Paulo também. Ela pode ser feita com argila expandida, ou com brita e areia. Essa foi a solução encontrada pela Fórmula 1. Os automóveis, em grande velocidade, entram em uma caixa de brita e freiam. Já está provado que isso dá certo. Lamentavelmente, o DNIT não aceitou a proposta da Assembleia Legislativa de colocação da rampa de escape.

Recebi uma mensagem do líder dos caminhoneiros, José Carneiro: “Mais um acidente na descida do Anel. Caminhão sem freio. E a nossa rampa de escape?”. Se tivéssemos, justamente ali, a nossa rampa de escape, hoje esse acidente poderia ter sido evitado, e essas pessoas não estariam mortas. O mais grave é que o helicóptero dos Bombeiros, muitos veículos do Samu e viaturas estão lá agora, tentando desencarcerar, ou seja, retirar as pessoas que estão presas nas ferragens. Lamentavelmente estão envolvidos no acidente muitos automóveis e um caminhão. Essas pessoas serão encaminhadas ao Hospital João XXIII, ocuparão mais leitos e gerarão um gasto violento para a saúde. Lamentamos muito isso, pois defendemos para o Anel Rodoviário uma solução para se evitar esses acidentes - não é, Deputada Maria Tereza Lara? Obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O Deputado Ulysses Gomes* - Deputado João Leite, muito obrigado. Gostaria de compartilhar da angústia e desse lamento pelo fato ocorrido. Quero também registrar a valerosa contribuição que V. Exa. e a Deputada Maria Tereza Lara prestam à frente dessa luta pela questão do trânsito. A Assembleia Legislativa também tem sido pioneira nessas ações de mobilização, articulação e busca de alternativas. Não tenho dúvidas de que essa alternativa seria boa. Não entendo por que o DNIT não aceitou isso. Não sei se foi por questões técnicas ou de recursos. Compreendo perfeitamente que a solução é cabível. Esse caso de hoje, talvez, poderia ter sido



evitado, ou pelo menos suas consequências poderiam ter sido menos graves. Registro que isso é fundamental e deve ser também acompanhado por nós.

Deputados e Deputadas e pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, a Lei de Diretrizes Orçamentárias nos dá a oportunidade de mudar, melhorar e avançar em alguns aspectos da administração. Dois aspectos são fundamentais, em sua essência, para Minas Gerais: melhorar, aumentar e ampliar o investimento na área da saúde; e ampliar, qualificar e melhorar o investimento na educação, seja na valorização dos seus profissionais, seja no investimento na sua estrutura.

Em visitas aos Municípios, pude ver que várias escolas estaduais são precárias em sua infraestrutura. Apesar da tentativa de reforma em algumas, muitas delas necessitam urgentemente de melhorias, de reformas, não só na sua estrutura, mas na melhoria dos equipamentos, para que possamos oferecer melhores condições aos nossos alunos. As propostas de mudança que fazemos na LDO, acrescentando essas emendas, não é só no sentido da disputa política, não é só para mostrar que o governo não cumpre o mínimo constitucional, mas para garantir mais recursos para a educação. A educação em Minas Gerais precisa de recursos para a valorização dos nossos profissionais, como também para qualificar, melhorar e ampliar o atendimento dos nossos jovens, dos nossos alunos. Como disse o nosso Deputado João Leite, nessa questão do trânsito e das drogas, há o envolvimento maciço e preocupante de muitos jovens em todo o Estado. Não tenho dúvida de que o investimento na educação é preventivo a longo prazo. Temos que garantir a esses jovens um ensino de qualidade para que, no futuro, tenham mais oportunidades de trabalho.

A proposta que a nossa bancada ora apresenta nessa emenda é garantir que o mínimo constitucional na área da educação aumente, assim como na de saúde. Temos visto muitos problemas na área de saúde. Apesar de o Sistema Único de Saúde ser muito bom, ele precisa de mais investimentos. Não tenho dúvidas de que, além do investimento que o governo federal faz, é fundamental que os Estados brasileiros cumpram o seu papel. Como Deputado desta Casa, sei que é nosso dever cobrar do Estado que cumpra o seu papel, a sua tarefa de casa, o seu dever constitucional de investir o mínimo na saúde, o que, infelizmente, ainda não acontece. Acredito que, com essa proposta e com o apoio de V. Exa., podemos ter essa alteração, essa mudança e esse avanço em Minas Gerais. Que tenhamos um bom debate para que possamos continuar avançando nessas mudanças da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Boa tarde, Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, Deputadas e Deputados. Serei breve. Não poderia deixar de refletir um pouco sobre a LDO e sobre o momento que estamos vivendo. Sou professora aposentada, trabalhei 25 anos em escola pública e fui Diretora de escola. Antes de entrar na questão da educação, quero falar sobre a situação do Anel Rodoviário, já citada pelo Deputado João Leite. Recentemente, a Presidenta Dilma esteve em Belo Horizonte e assumiu o compromisso de transformar o Anel Rodoviário em uma avenida. Isso será feito pelo governo do Estado com recursos federais, porque é uma relação institucional. O Anel Rodoviário foi construído quando Belo Horizonte ainda ficava dentro dele. Agora, sabemos que isso não acontece mais. Hoje, não é mais possível rodovias dentro da cidade. Não é porque apoio o governo federal, que é do meu partido, que fez a primeira Presidenta, que, aliás, está fazendo um brilhante trabalho, sobretudo na área social, que não questiono o que deve ser questionado para que possamos avançar. Todos nós, inclusive a nossa Presidenta, temos compromissos com a população.

Quanto a essa questão do DNIT, como eu dizia ao Deputado João Leite, hoje será realizada uma reunião da Comissão de Segurança Pública, às 15h30min. Certamente, vamos aprovar um requerimento cobrando do DNIT uma medida imediata e urgente para resolver esse problema. Se temos condições de fazer isso, se a rampa de escape é uma saída, porque foi discutida e experimentada, devemos exigir que seja feita de imediato. Vamos estabelecer um prazo. Se isso não for feito, faremos um movimento no local, que contará com a minha presença.

Assinei um documento na Assembleia - durante o movimento que foi feito - para que o governo federal invista 10% na saúde. Ao dizer isso, fico muito confortável em fazer as considerações que desejo fazer sobre a questão dos 25% e dos 12% que devem ser aplicados pelo Estado. Vamos cobrar - mesmo que o governo seja do meu partido, governo que defendo e tem inúmeros avanços - aquilo que deve ser cobrado, por questão de consciência. Quero registrar isso. Conte conosco, Sr. Presidente da Assembleia, assinei aquele documento. Certamente, estamos somando esforços para que o governo federal possa garantir a aplicação de 10% na saúde. Isso ainda não é lei, essa matéria não foi aprovada pela Câmara Federal. Então, que ela aprove o projeto enviado pelo Executivo, pela Presidenta Dilma, a fim de que seja garantida a aplicação desses 10% na saúde. Isso é necessário. Esses recursos são necessários.

Realizamos na Assembleia um ciclo de debates, que contou não só com o apoio da nossa comissão, mas também com o apoio oficial da Assembleia, na pessoa do Presidente Dinis Pinheiro. Além de salvar muitas vidas, bens mais preciosos, podemos economizar recursos que poderão ser investidos na saúde. Sabemos que, de 80 bilhões investidos pelo Ministério da Saúde em todo o Brasil, 48%, ou seja, quase 40 bilhões são usados para tratar de acidentados. Devemos salvar vidas, mas podemos evitar os acidentes. Foi um debate profícuo realizado pelas Comissões de Segurança Pública, Educação, Transporte e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o apoio da Mesa da Assembleia, do Presidente Deputado Dinis Pinheiro e dos Deputados desta Casa. Esse amplo debate teve a participação do Deputado Hugo Leal, Presidente da Frente Nacional em Defesa do Trânsito Seguro.

A nossa Casa saiu na frente. É a primeira Assembleia do Brasil que realiza profundamente esse debate. Para isso, visitamos todo o Estado de Minas Gerais. Foi dito que há 40 mil mortes no Brasil em função do trânsito. Minas Gerais está com o mesmo índice de mortes verificadas no País. Todos os dias, venho de Betim para Belo Horizonte. Quase diariamente acontecem acidentes de trânsito, principalmente de motos, algumas vezes com vítimas fatais. Não é possível perder tantas vidas em acidentes de trânsito.

Temos o compromisso de conseguir ações concretas que foram apresentadas no ciclo de debates. Vamos nos reunir novamente. Participaram da organização do ciclo de debates 57 entidades, porque, além dos órgãos públicos, também participaram os órgãos de segurança, visto que o tema, além de ser atual, preocupa muita gente. A sociedade não está mobilizada, não percebeu que estamos perdendo vidas como se um avião caísse todos os dias, matando 100 pessoas ou mais. Como as mortes são espalhadas - um pouco em Belo Horizonte, outras no Sul -, não há o impacto como se fosse praticamente um avião caindo por dia, Deputado. Convido esta Casa



a assumirmos essa bandeira para erradicar, diminuir drasticamente o índice de acidentes de trânsito. Será uma fonte de recursos para tratarmos as pessoas que precisam de cirurgias e de exames especializados.

A LDO traz um momento importante para esse debate. A Bancada do PT apresentou 27 emendas, que receberam os n°s 59 a 85. O Deputado Ulysses Gomes, nosso companheiro de bancada que nos representa na Comissão de Fiscalização Financeira, realiza permanente debate sobre o uso de recursos públicos no Estado e já discutiu isso aqui, mas vou pontuar brevemente. Recentemente, a Câmara Federal aprovou 12% para a saúde, e 25% para a educação foram aprovados desde a Constituição de 1988. Como já foi dito, muitos Prefeitos já tiveram cassado o direito de exercer cargo público porque não cumpriram os 25%.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado pode investir até 49% dos recursos para pagar pessoal. Com 46%, a luz amarela já acende. Os Prefeitos estão numa difícil situação por quê? Porque com a arrecadação, que teve sérios problemas por causa da crise mundial e outros motivos, os 25% não são suficientes para a educação e nem os 12% para a saúde. Eles têm de investir mais. Vejam bem, quando a Prefeitura tem um plano de carreira dos funcionários, mesmo se não houver reajuste e não aumentar o pessoal, há o aumento vegetativo da folha, destinado a pagar direitos adquiridos no plano de carreira. Se a pessoa faz curso superior, pós-graduação, se tem tempo de casa e adquire biênio e quinquênio, isso aumenta a folha de pagamento.

O mais sério ainda é o aumento da estrutura, que não pode parar. Como deixaremos crianças e jovens sem escola? É preciso aumentar o número de escolas. Em Betim foram construídas cinco novas escolas de 1ª a 8ª séries, cada uma com 12, 14 salas de aula, que demandam 80 profissionais. Quando a população aumenta, também é preciso aumentar a estrutura física da saúde. Em Betim temos a estrutura de 1996, com 150 mil habitantes. Agora estão sendo construídas mais duas unidades de urgência e mais não sei quantas de pronto atendimento, além das UBS. Ora, isso significa aumento de pessoal.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min. Com a palavra, para continuar a discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - O que quero dizer? Que nem os índices de 25% e de 12% estão sendo suficientes para as Prefeituras. Vi vários Prefeitos, inclusive a Maria do Carmo, discutindo a necessidade de uma revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal para que, sobretudo na saúde e na educação, haja margem maior de investimento. Não dá para parar o atendimento, principalmente nesses setores. Obras? Todos queremos, mas uma obra pode esperar, enquanto a saúde e a educação não podem.

A partir de agosto, temos de fazer uma audiência pública nesta Casa para rediscutir com os Prefeitos a Lei de Responsabilidade Fiscal, para haver investimento maior que 25% quando for necessário e ampliar o índice de aplicação para os servidores, que hoje é de, no máximo, 49%. Se não for assim, os Prefeitos se tornarão inelegíveis, responderão por improbidade administrativa. Tendo em vista esse quadro, como aceitar que o governo do Estado e o Tribunal de Contas façam um TAG para que o Estado aplique menos que 25%, que já não são suficientes? É preciso achar outra saída. Se não há recursos, se há dificuldades, onde cortar? Que se corte em outra área.

Essa não é uma questão de ser Oposição, Maria Tereza Lara ou PT. Somos Oposição nesta Casa, essa é a nossa postura, mas isso ultrapassa a questão de Situação e Oposição; é uma situação do Estado, do governo. Esse debate tem de ser feito nesta Casa. Em vez de os nobres e ilustres colegas Deputados se contraporem a essa situação, por serem base de governo, vamos colocar na mesa esse problema gravíssimo e ajudar a encontrar uma saída. Esse é o papel do Parlamento. Não podemos aceitar isso, porque significa abrir uma brecha. O que é? Tem de se reverter a penalidade de o Prefeito ser inelegível. Seria extremamente injusto não ter cumprido os 25% , mas poder eleger-se. Pessoas perderam a oportunidade de continuar na vida pública, e isso é grave. Precisamos achar outra saída. Vamos ajudar o governo do Estado a cortar em outra área, porque não dá para cortar em saúde ou em educação.

Como disse, estou confortável para dizer isso, porque assinei e apoio a posição da Assembleia de pedir a aprovação da Câmara Federal, para que o governo federal invista 10%, pelo menos, na saúde do País. Assinei e estou de acordo com isso. Estamos nessa luta. Orgulho-me da nossa Presidente, o que não significa que não tenha discordância. Pensando no bem comum do País, faço a discordância pública, com responsabilidade. Temos de fazer aqui o mesmo. A situação é tão grave que não dá para fazer disputa política em cima disso. A história vai cobrar de nós, se nos calarmos diante da gravidade da situação. O País e o Estado, se não investirem maciçamente em educação e saúde, como ficará a cidadania?

No pós-guerra, o Japão investiu 52% do PIB em educação para reestruturar o país. “Parou” tudo e investiu em educação. Não há outro caminho. Se alguém morrer por falta de investimento em saúde, não há mais retorno. Estamos com um problema sério de falta de leitos nos CTIs, nos CTIs infantis, neonatais. Temos de unir forças para que o governo federal invista 10%, no mínimo, e para que o governo do Estado aplique os 12% constitucionais. Não podemos abrir mão disso. Seremos corresponsáveis por todas as mortes que advirão, como somos responsáveis pelas mortes no trânsito, se não fizermos nada.

Esse ciclo de debates não pode ficar apenas no debate. Temos de empreender ações concretas. Vamos aprovar um requerimento hoje na Comissão de Segurança Pública. Se o DNIT não der uma resposta imediata, vamos para o meio da rua. Vou estar lá cobrando para se fazer o que é necessário. Temos de pontuar isso e nos unir a partir da realidade que vivemos.

Sr. Presidente em exercício, quero deixar as nossas considerações e dizer que esta Casa tem obtido muitos avanços e dado a sua contribuição, mas não podemos nos omitir. Temos de unir os esforços dos 77 Deputados e achar uma saída para essa situação. Não precisaríamos dessas duas emendas, porque isso consta da Constituição Federal. Para que isso? Precisa, sim, porque, se não está cumprido, temos de fazer o debate e cobrar o cumprimento da lei. Estamos no Estado de direito, e não num Estado de exceção. No Estado de direito, cumprem-se as leis. A Assembleia tem de elaborar as leis e fazer com que sejam cumpridas. É nosso papel. Onde está escrito que leis não precisam ser cumpridas? Não estamos numa democracia, num Estado de direito? Seja de quem for, temos de cobrar. Temos de cobrar principalmente leis que defendam as políticas públicas sociais. Não há como fugir desse debate. Esse é um compromisso que temos de ter conosco, com nossa consciência, com nosso projeto, com nosso partido. Temos de fazer alguma coisa, e não ficar somente debatendo. A Assembleia não pode se omitir, não pode defender o que é indefensável, ou seja, que lei não precisa

ser cumprida. Se não há recursos para garantir o seu cumprimento, que os cortem em outros lugares. Mas não podemos cortar em saúde nem em educação, Deputado Rogério Correia. Não se corta, principalmente descumprindo uma lei. Não podemos aceitar isso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Presidente Rômulo Viegas, Deputados, telespectadores da TV Assembleia, senhores, senhoras, servidores da saúde que assistem à nossa reunião, que começou na parte da manhã. Fiz questão de subir à tribuna para fazer também a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Deputado Ulysses Gomes e a Deputada Maria Tereza Lara já explicitaram nossa diferença em relação à LDO, no que diz respeito à aplicação dos recursos na saúde e na educação.

Voltarei a esse tema, porque, por mais que falemos, é preciso que a sociedade mineira tome partido em defesa das verbas constitucionais de educação e saúde, podendo desmascarar o que vem acontecendo em Minas Gerais, que é simplesmente um desrespeito à Constituição, por meio de um termo de ajustamento de gestão, nitidamente inconstitucional, assinado pelo Tribunal de Contas, que deveria fiscalizar as contas. O órgão que deveria fazer a fiscalização das contas atesta que não há o cumprimento do mínimo constitucional, mas permite que o governo descumpra a Constituição. É como se dissessem: nós do Tribunal de Contas somos obrigados a fiscalizar, mas nada faremos, não vamos agir. Em outras palavras, o governo pode, no entender do Tribunal de Contas, permanecer burlando a legislação estadual e, mais grave, a legislação federal.

Antes de entrar nesse assunto, quero fazer uma abordagem geral sobre a LDO, uma discussão do seu conteúdo, que demonstra a diferença que o Partido dos Trabalhadores e a esquerda, de maneira geral, têm da visão expressa pelo governo de Minas, que, no meu entender, tem um conteúdo nitidamente neoliberal. Esse conteúdo, o chamado choque de gestão, estará, como está, presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias. De 2012 para 2013, na previsão do governo, a arrecadação aumentará de R\$58.000.000.000,00 para R\$67.000.000.000,00. Segundo o governo do Estado, haverá aumento de arrecadação. De onde vem a maior parte da previsão e da receita? Ela advém do ICMS, que em Minas é constituído, em grande parte, para a taxação da luz, da telefonia e do petróleo. Em todos os casos, Minas Gerais cobra a alíquota mais cara do Brasil. Não há nenhum Estado que cobre mais alíquota de ICMS na telefonia e na energia elétrica no Brasil.

Vocês já ouviram os tucanos, o PSDB, o setor conservador, a direita no Brasil falando que querem reduzir a carga tributária. É muito comum ouvir isso. O Senador Aécio Neves fala sempre em redução da carga tributária. Mas ele fala sobre essa redução para os empresários, em especial para os grandes empresários. Mas para o contribuinte, para o mais pobre não há redução da carga tributária. Tanto é, repito, que a conta de luz de Minas tem o ICMS mais caro do Brasil. Ali se cobra do contribuinte a carga tributária mais alta do Brasil, e também na telefonia. É isso que faz com que se aumente a arrecadação. O grosso da arrecadação vem daí. Vem também da exportação do minério de Minas para o exterior. Essa exportação de minério é realizada agora de maneira avassaladora, sem questionamento ambiental e social. Já falei sobre isso da tribuna. Para vocês terem uma ideia, uma determinada empresa quer construir um mineroduto ligando o Norte de Minas à Bahia, o que significa água indo embora em uma região com pouca água, não se importando com o grau de pobreza a que será levada essa região do Estado de Minas Gerais, não se importando também com os graves incidentes que isso causará no meio ambiente, secando nascentes, vales de rios e assim por diante. Mas tudo na sanha arrecadadora, repito, que visa ao lucro para os grandes, para os quais a carga tributária é diminuída, mas cobra-se essa carga tributária dos pequenos e também se produz devastação social e ambiental, no caso das mineradoras.

Assim vai Minas Gerais, com um projeto extremamente conservador. A LDO terá essa característica, se for feita a interpretação numérica do que está exposto nela. Aqui teremos a TV a cabo que cobra o ICMS mais caro, assim como telefonia e luz. Isso significa que o povo de Minas paga as contas de luz, telefone e internet mais caras do Brasil. Essa é a carga tributária em cima dos mais pobres. Para os amigos do Senador Aécio Neves, para os amigos do PSDB não há problema. O Hotel Fasano pode vir para a Praça da Liberdade praticamente de graça. Não veio porque nós, do Minas sem Censura, resistimos. Para os amigos tudo, para os adversários a lei. Assim vão funcionando as coisas em Minas Gerais, e o consumidor sai prejudicado.

Há um outro dado na LDO que chama a atenção e leva também ao conceito de privatização do Estado. Deputado Adelmo Carneiro Leão, neste ano de 2012 o governo pagará R\$93.000.000,00 às PPPs, às empresas privadas que aderiram a esse modelo. Para 2013, a previsão é de R\$286.000.000,00. O Estado passará a dispor de mais recursos a cada ano nas PPPs que realiza. Uma grande parte desses recursos vai para o Mineirão. A empresa que fez o acordo de PPP terá margem de lucro, proposta na PPP paga pelo governo do Estado.

Portanto o governo do Estado também pagará a margem de lucro dessa empresa terceirizada, cuja obra, feita com recursos do BNDES em sua grande maioria, poderia ser realizada diretamente pela Ademg, sem necessidade de terceirização. Mas o Estado pagará para a parceria público-privada e, nesse sentido, ele vai se privatizando, como aconteceu com a Cemig e está acontecendo com a Copasa, com a PPP do Rio Manso. Aquela velha forma neoliberal tucana de tomar dinheiro emprestado, pagar juro alto e, para tanto, vender as empresas também cabe em Minas Gerais. E a LDO vai novamente na direção desse programa, o chamado choque de gestão.

Portanto temos uma tarifa social muito alta; em outras palavras, há uma carga tributária elevadíssima para o consumidor - só se refresca no tocante à carga tributária para os grandes empresários, a fim de que façam os tais investimentos. As tarifas são altas para que o ICMS cobrado do consumidor compense as bondades feitas para os tais. Para isso o consumidor tem de pagar a conta, com o aumento de alíquotas do ICMS, que são as maiores do Brasil, repito, na conta de luz, na conta de água, na conta de telefone, na conta da internet, e assim por diante.

Quanto à privatização do Estado, os dados já estão postos na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas qual é a contrapartida disso? Se há esse aumento de aproximadamente 15,77% na receita, de 58 bilhões para 67 bilhões, o que haverá de previsão de crescimento para a folha do servidor público será de apenas 14,3%, portanto não alcança o índice de crescimento da receita. Aplica-se novamente o choque de gestão nos servidores públicos, que não têm o seu salário nem suas condições de trabalho melhoradas na mesma perspectiva em que se aumentou a arrecadação. Nesse caso se arrocha mais, e o governo não aplica para os servidores públicos



o percentual correspondente ao crescimento obtido. Portanto é basicamente o crescimento vegetativo, porém menor que a previsão de crescimento da receita.

Então podem entender que o governo está endurecendo para não negociar com vocês, servidores da saúde - assim como fez com os servidores da educação -, de maneira digna, porque quer, novamente, aplicar o choque de gestão. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias mostra claramente onde está o arrocho e o que significa o choque de gestão na lei. Portanto não há nenhuma previsão de reajuste, a não ser as que foram feitas anteriormente; mas nada que respeite os interesses do servidor público, mesmo com a previsão de aumento da receita.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem também, Deputados, Deputadas, servidores da saúde aqui presentes, outro enfoque muito conservador, que é a ausência de participação popular na elaboração das leis. É feita de modo completamente tecnicista. Assentaram-se no escritório na Cidade Administrativa, aliás, caríssima - iria ficar em 700 ou 800 milhões, mas custou 1,5 bilhão -, onde os servidores estão muito mal alojados, reclamando porque não têm transporte com dignidade, a alimentação é cara, a Cidade Administrativa está rachando e, apesar de novíssima, está caindo aos pedaços, cheia de problemas, o trânsito para o Vetor Norte da cidade é um inferno; enfim, tudo aquilo feito sem nenhuma discussão, para dizer que Aécio fez uma "Brasilinha". Cinquenta anos depois de Juscelino Kubitschek, Aécio fez uma "Brasilinha". E, como se diz, não é nem "moderna"; 50 anos depois de JK, Aécio fez uma "Brasilinha". Gastou 1,5 bilhão; a obra mais cara do governo Aécio Neves foi a "Brasilinha". E lá, da "Brasilinha", eles fazem a LDO. Não perguntam nada a ninguém. O povo discutiu algum artigo da LDO? Não; o povo é um detalhe, o que importa são as elaborações feitas pelos técnicos do governo, responsáveis pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto a LDO não tem participação popular. É diferente do PT, que, quando governa, faz o Orçamento Participativo, coloca-o em debate, chama a população, vê onde serão alocados os investimentos.

Eles falam que é democracia demais. Mas é bom porque, quanto mais democracia, melhor será. Não precisa se assentar à mesa e rascunhar, porque agora tudo é feito na internet. Rapidinho se faz uma LDO, mas ela é completamente burocrática. É uma característica ou outra do modo de governar. É a gestão tecnicista e burocrática, é o choque de gestão. O choque de gestão só pode ser feito burocraticamente porque, se colocarem o povo para participar, ele não aceita o choque de gestão. Só pode aplicar um choque de gestão se não houver participação popular. É contraditório, porque participação popular é uma coisa e choque de gestão é outra. É uma outra diferença importante na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias que estamos vendo por aqui.

Antes de entrar na questão da educação e da saúde, quero fazer uma análise geral de como o governo fez a previsão do seu aumento de receita. Ele vai aproveitar o que há de bom no Brasil, porque vai fazer a previsão com o crescimento nacional do PIB das receitas. Ou seja, em Minas não há por parte do governo nenhuma elaboração de desenvolvimento real para o Estado, a não ser aquilo que eu disse, que é aumentar as alíquotas do ICMS para o consumidor e os minerodutos, a extração de minério, que é feita, cada vez menos, atendendo às questões ambientais e ao povo, e mais aos interesses meramente econômicos das grandes empresas, das grandes mineradoras.

Faço uma ressalva para dizer que conseguimos aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça - agradeço ao Sebastião Costa, Presidente da Comissão, que presidiu muito bem a reunião -, a legalidade de um projeto de lei que vai fazer com que preservemos a Serra da Moeda. Espero que sejamos vitoriosos no final do processo, que é exatamente para não permitir que a sanha das mineradoras vá devastando o meio ambiente. Estamos tentando preservar, no entorno de Belo Horizonte, a Serra da Moeda, uma serra maravilhosa. Ela tem uma fauna e uma flora muito bonitas, próprias da região, muitas nascentes, muitas cachoeiras. A empresa Ferrous já está de olho nessa serra para tirar minério e levar para fora. Precisamos preservar a serrinha.

Agradeço aos Deputados da Comissão de Justiça que nos ajudaram nessa preservação, esse é um pouco do modelo de desenvolvimento que não leva em consideração o social e o ambiental. Os dados de projeção do governo foram de projeção nacional, por exemplo, a previsão da taxa Selic era de 9,75%, mas nós já a baixamos para 8%. A Dilma nos surpreende, porque jogou a taxa Selic lá embaixo. O governo trabalhava, em Minas, com 9,75% em 2012, depois 9%, 8,5% e 8%, em 2015. Já pegamos os 8% de 2015 e os trouxemos para 2012. Então a taxa Selic será ainda menor, o que é muito bom para as contas públicas. Mas esse é um dado do governo federal, a diminuição da taxa de juros. Vocês se lembram do nosso querido José Alencar, nosso falecido Vice-Presidente da República, tencionando sempre baixar a taxa de juros. E a Presidente Dilma disse aos bancos que, por bem ou por mal, baixaríamos a taxa de juros. Essa taxa, neste ano, já chegou a 8%. Descontando-se a inflação, que ficará em torno de 3,5% a 4%, vamos ter uma taxa real de juros por volta de 4%, que já foi muito inferior a todos os anos da história do Brasil. Como disse o Presidente Lula, nunca antes na história do Brasil se trabalhou com uma taxa de juros tão pequena, o que favorece as contas do governo. Então esse é um dado nacional que favorece o Estado de Minas Gerais. Portanto, quando o Estado, apesar do governo, continua crescendo, é bom prestar atenção nos dados nacionais. A previsão da inflação medida pelo IPDI, para este ano, é de 3,94%; em 2013, de 5,62%; para 2014, de 4,5%; e, em 2015, de 4,5%, também a menor inflação que o Brasil já teve em todos os tempos. Isso também é compromisso da Presidente Dilma, que vai nos ajudar no controle das contas.

Quando se fala em déficit zero, o que existe é um controle nacional das contas brasileiras. Já pagamos ao FMI, resolvemos esse problema herdado do governo Fernando Henrique. Em Minas, ao contrário, descobrimos que o déficit zero, tão falado nos oito anos do governo Anastasia, era uma falácia em Minas Gerais. O Deputado Adelmo Carneiro Leão foi quem mais trabalhou na discussão da questão da dívida na Assembleia Legislativa. Já temos uma dívida de cerca de 60 bilhões só com o governo federal e mais 10 bilhões com outras instituições. É uma dívida de 70 bilhões. Minas Gerais é o Estado que mais deve. O déficit zero é uma mentira. O déficit aqui é altíssimo, não há déficit zero. São 70 bilhões de dívida.

O Adelmo está dizendo que, no governo Aécio, a dívida registrou um aumento de 40 bilhões. É o choque de gestão. Houve um déficit de 40 bilhões no governo Aécio. Então, ele falava que as contas estavam controladas, falava em déficit zero e em choque de gestão, mas o Estado estava se endividando. É o velho modelo tucano. Até rimou: o Estado se endividando e o velho modelo tucano. E por aí vai. Essa é a dívida. Concedo aparte ao Deputado Adelmo, que entende melhor desse assunto.



O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Rogério, apenas para esclarecer essa questão sobre o choque de gestão e o déficit zero, estamos vendo agora o Aécio Neves, Senador da República do Brasil, dizendo que uma das questões importantes para ele – e o é também para todos nós - é enfrentar a questão do endividamento do Estado. Durante oito anos, alguém ouviu o Governador Aécio falar algo sobre a dívida? Ele foi absolutamente silencioso sobre isso. Agora está dizendo que enfrentará esse problema, como se essa fosse uma questão mágica e tivesse florescido agora. Que bom que ele está nessa luta para tratar da negociação! Quero apenas lembrar que esse jogo de palavras tem transformado o déficit zero e o choque de gestão num jogo de “marketing”, que não tem efeito para os resultados que desejamos obter para o nosso Estado. Que bom! Que venha o então Senador da República lutar para tratarmos da renegociação dessa dívida! Porém, durante os oito anos em que ele foi Governador, assinou um acordo com a Cemig que tem cláusulas graves, porque a coloca em risco de ser privatizada. O acordo, os ajustes falam da dívida do Estado com a União, que tem que ser revista mesmo.

A Presidenta Dilma está sinalizando que é ela quem fará isso, que isso não será feito por aqui. O acordo com a Cemig é muito pior. Nesse acordo, além da taxa de correção ser o IGP-DI, o índice de correção é de 8,18%. E o mais grave ainda são as cotas não pagas. É preciso lembrar que o governo de Minas não pagou as cotas que deveria pagar à Cemig. Além desse ajuste, há juros de mora de 1% ao mês, ou seja, somam-se mais 12% de juros. Esse é o Governador que está dizendo agora que tem que renegociar a dívida com a União.

O Deputado Rogério Correia* - É verdade. Em outras palavras, Adelmo, Minas quebrou. Se quisermos falar em um português mais claro, se quisermos falar em brasileiro: Aécio quebrou Minas. O governo Aécio Neves quebrou Minas, mas agora está dizendo que vai renegociar. Que Minas está quebrada é um consenso, tanto que estão correndo atrás para diminuir a taxa de juros da dívida que eles próprios fizeram. No governo Aécio, foram mais 40 bilhões. Estão correndo atrás para aumentar os “royalties” do minério. Correm atrás para aumentar os “royalties” do minério, mas votaram contra o “royalties” do minério serem divididos igualmente pelos Estados, porque isso não interessava ao Rio de Janeiro. Então, para fazer gracinha para o Rio de Janeiro, votaram contra a distribuição equitativa dos “royalties” do petróleo, que é muito mais dinheiro do que o aumento dos “royalties” do minério. Minas está quebrada. Com propagandas de “royalties” de minério, correm atrás para diminuir os juros, correm atrás para dizer que têm que arrumar dinheiro da saúde nacional, mas não investem o mínimo aqui. Falarei sobre esse assunto depois. Minas está quebrada.

Agora, durante as eleições, veremos muitos políticos da base do governo, o próprio Senador Aécio Neves e o Governador, no interior do Estado e também aqui em Belo Horizonte – lembrem-se do que falei aqui quando virem isso na televisão -, prometendo mundos e fundos. Prometerão aos Prefeitos que, se seus candidatos forem eleitos, haverá investimento do Estado no interior. Prefeito, não acredite. Povo, não acredite. Minas está quebrada. Como darão recursos aos Prefeitos? É mera promessa de campanha. Todos ouviram o governo do Estado dizer que está quebrado. A Assembleia Legislativa fez propagandas, “outdoors”, vocês se lembram, dizendo que Minas estava quebrada e que seria necessário diminuir a taxa de juros e aumentar “royalties”. Não foi essa a propaganda? Não reconheceram que Minas Gerais estava quebrada?

Agora, entretanto, na campanha, dirão que entregarão obras e mais obras se votarem nos seus candidatos. Farão aquele discurso. Não acreditem. Não esperem do governo do Estado nada, pois ele está quebrado. Aécio quebrou Minas, essa é uma realidade incontestável. Podem até afirmar que não foi ele quem quebrou, e até aceitamos fazer essa discussão, mas o Estado está quebrado. E foram eles mesmos que disseram isso. Então, quando o tucanato chegar prometendo que seus candidatos terão recursos do governo de Minas, o povo deverá desconfiar. Se votarem em seus candidatos esperando recursos de Minas Gerais, verão que não irão obras para o interior nem para lugar nenhum.

Aliás, todo investimento feito em Minas Gerais vem do governo federal, e continuarei explicando os dados que estou apresentando. Eles são nacionais. É importante falarmos que o Brasil, apesar da crise internacional, está crescendo. Vivemos uma crise internacional ainda muito grave, a crise do capitalismo. Não se fala isso, mas precisamos dizer que é a crise do capitalismo; mais precisamente, Deputada Liza Prado, a crise do neoliberalismo. Esse modelo entrou em crise internacionalmente, apesar de o considerarem infalível. Teóricos do capitalismo disseram que ele e o neoliberalismo eram a última experiência histórica, pois tínhamos chegado à perfeição: o socialismo havia morrido e o capitalismo era eterno. Fizeram juras de eterno amor ao capitalismo e disseram que havia acabado qualquer esperança do povo mais pobre, que o capitalismo era aquilo, era o único regime provável, viável e que neoliberalismo era eterno.

Vivemos maus momentos. Privatizaram tudo. Agora, esse modelo está em crise nos Estados Unidos, na Europa, nos países árabes. A crise chegou forte no mundo todo. E, na América Latina, por incrível que pareça, os regimes de caráter democrático conseguiram resistir a ela com um pensamento distinto do neoliberal: fazer com que o Estado realize investimentos de maneira a desenvolver seu mercado interno, dividir a renda e fazer com que os pobres façam girar a roda da economia. Essa é a experiência que se vive no Brasil, na Venezuela, na Argentina, em Cuba, na Colômbia, países que passaram a seguir o chamado modelo popular, no qual o aquecimento do mercado interno é o mecanismo central.

Então, quando diz que os pobres salvaram o País da crise, Lula está completamente correto. Esse é seu modo simples de explicar o fenômeno ocorrido. Cinquenta milhões de pobres, que não tinham como gastar, saíram da pobreza e recebem agora alguma coisa do Bolsa Família, do Pronaf, do ProUni, do programa de crédito, programas sociais que alimentaram nosso país. Esses pobres que antigamente não podiam andar de avião nem fazer turismo, mergulhados na miséria absoluta, passaram a ter algum dinheiro para gastar aqui no Brasil. Assim, a roda da economia girou, e a crise internacional não nos afetou, como aconteceu na Europa e nos Estados Unidos. Simples assim.

Isso foi o que Lula fez com a divisão de renda. Com ela, o Brasil pôde ter um outro patamar de desenvolvimento de seu mercado interno e relacionou-se com a Argentina, a Bolívia, o Chile, a Venezuela, os países da África. E, por meio desse novo mercado - e não da Alca, que os Estados Unidos queriam fazer para nos transformar em seu território e em seu curral -, tivemos um relacionamento externo que dignificou a América Latina e a América do Sul e fortaleceu os regimes populares.



Esse novo modelo foi um alento para o mundo, e a crise externa não chegou aqui com essa dimensão. Por isso, com toda a crise internacional posta, o nosso país e a América Latina passaram a ter índices de crescimento, ainda não aqueles que gostaríamos, porém o Brasil passou a ter um crescimento do produto interno bruto todo ano em torno de 2,5%, 4%; teve ano que foi 7%, e este ano deve ficar em torno de 3,5%, talvez 4%. A expectativa para 2013 é de chegarmos a 5% do crescimento; em 2014, 6%; em 2015, 5,5%; enfim que tenhamos uma média de crescimento entre 4% e 6%, e que essa média de crescimento constante no Brasil faça com que o País não tenha mais desemprego, que os índices de miséria vão caindo, que é o que está acontecendo. Portanto, vocês podem ver que o índice de desemprego no Brasil está abaixo de 7%, o que é considerado quase pleno emprego. Na Europa, os índices de desemprego estão chegando a 22%, 25% na crise europeia. Deu para notar a diferença entre um modelo e outro, o modelo neoliberal e o modelo democrático e popular de investimento e desenvolvimento.

Está tudo pronto? Não, pessoal. Vou dizer sinceramente que não está tudo pronto. Deputado Duarte Bechir, V. Exa. que faz parte PSD, da base de governo da Presidenta Dilma, assim como a Deputada Liza Prado, não acho que está tudo pronto. Sou um crítico. Nosso governo ainda é tímido em mudanças mais profundas que deveria haver na sociedade, de reformas estruturais mais profundas. A reforma política precisa ser feita. Enquanto não se falar em reforma política, será uma negociação para lá e para cá no parlamento como um todo. Assim, os partidos se enfraquecem, e você não consegue direcionar um programa. Tem que negociar um programa que foi aprovado, e ele não pode ser implementado com vigor. Precisamos de uma reforma política.

Precisamos aprofundar a reforma agrária. A reforma agrária no Brasil não está concluída; tem muita gente sem terra. A agricultura familiar precisa se sobrepor ao agronegócio. Aqui ainda se concilia agronegócio com agricultura familiar. Precisamos ter claramente o modelo da agricultura familiar, que seja o modelo majoritário no campo e não o modelo das grandes empresas agrícolas. Não estamos fazendo isso. O governo não tem essa clareza, e digo isso com sinceridade. Precisamos ter mais investimento na saúde. Essa emenda de 10% na Constituição Federal é mais do que justa. Assinei e acho que a Presidenta Dilma tem que avançar nisso; a Federação tem que ter também seu compromisso com a saúde. Precisamos colocar o PIB da educação nos 10% e resolver o problema da greve das federais. Criamos muitas vagas nas universidades, mas é preciso cuidar também do servidor público, do professor federal, que está em greve. Estes pontos precisam ser trabalhados no nosso governo. São os pontos das reformas estruturais de que o Brasil precisa, e nós precisamos aprofundá-las.

Mas vejam vocês que isso é num conceito de desenvolvimento de um projeto democrático popular. Jamais pode ser feito e, pelo contrário, só nos trará mais prejuízo se houver o avanço do modelo neoliberal, como aqui em Minas Gerais, porque essa é a diferença fundamental. Aqui não se procura avançar e resolver, procura-se justificar que sempre terá que ser ruim assim para os demais setores. Aqui não se avança, apenas se justifica o que está ruim e diz que é daí para pior. Essa é a diferença crucial, que é a diferença do modelo. Então, o choque de gestão é isso que está aí para pior. Com o choque de gestão, você não tem a capacidade de reclamar e avançar nas plataformas colocadas pelo movimento social. Esses dados nacionais alimentam e favorecem os nossos orçamentos em Minas Gerais para que sejam mais generosos de aplicações sociais do que têm sido. O choque de gestão, modelo neoliberal, não. Ele impossibilita avanços. Gostaria de fazer uma abordagem disso aqui. Eu a faço após ter feito críticas a avanços sociais que eu acho que o nosso governo federal da Presidenta Dilma precisa ter, mas isso me qualifica a dizer que aqui estamos bem atrás dessas questões. Não podemos justificar o que tem sido feito. Na LDO temos uma emenda anunciada pela Deputada Maria Tereza Lara e pelo Deputado Ulysses Gomes em relação à saúde e à educação.

Não se pode, em nome de nada disso, descumprir uma Constituição. Em 1988, o povo brasileiro saiu vitorioso em duas questões sociais importantes: a aplicação do mínimo constitucional na saúde e na educação. Isso aconteceu em 1988, mas muitos dos que aqui estão são jovens e não se lembram desse tempo de mobilização. Fizemos muitas greves. Naquela época, eu era sindicalista. Fui fundador da CUT e do Sind-UTE. Fizemos muitas greves até 1988 para incluir vários pontos na Constituição, mas principalmente dois que são exatamente os mínimos constitucionais de 25% na educação e de 12% na saúde. Foi grande a nossa luta.

Elegemos uma maioria de Deputados progressistas, mas existia uma base conservadora chamada Centrão, na Câmara Federal, que naquela época procurou impedir os avanços. Entretanto, conseguimos formar uma maioria comandada pelo Deputado Federal Ulysses Guimarães, do PMDB. O Lula era Deputado Constituinte, e o movimento social era efervescente. Após muita luta, essas vitórias foram postas na Constituição e não podem retroagir.

Nada justifica o que tem sido feito agora. A LDO não pode ser aprovada sacramentando um investimento menor do que o estabelecido na Constituição Federal. Isso é nitidamente inconstitucional. Atuando como Líder do PT, junto com o Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do PMDB, ou seja, nossas bancadas e o Ministério Público fizeram uma discussão séria sobre esse tal de TAG, que vimos denunciando aqui quase diariamente. O TAG é a confissão de que o governo não aplica os 12% na saúde e os 25% na educação. O governo confessa, ou melhor, assina com o Tribunal de Contas metas que vão estabelecer apenas para o futuro o alcance daquilo que a Constituição determina desde 1988. Ele assina, confessa e diz que não cumpriu e que não vai cumprir. Aliás, o Tribunal de Contas jamais deveria ter assinado algo desse tipo. Isso só acontece em Minas Gerais. Só em Minas Gerais existe isso. Somente o Tribunal de Contas de Minas Gerais pôde fazer isso com o auxílio do relator Mauri Torres, que, coincidência ou não, foi o último Líder do Governo na Assembleia Legislativa antes de ir para o Tribunal de Contas. O ex-Deputado Mauri Torres possibilitou que fosse feito um acordo inusitado entre o Tribunal de Contas e o governo, ferindo nitidamente a Constituição do Estado.

Felizmente, hoje, tenho uma notícia boa para dar para vocês. Anteontem, o Ministério Público de Minas Gerais propôs uma ação para anular esse TAG. Foi proposta pelo Ministério Público a anulação do TAG celebrado entre o governo do Estado e o Tribunal de Contas. Isso está na página oficial do Ministério Público. Esse ato foi feito a três mãos, isto é, pelo Dr. Eduardo Nepomuceno, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público; pela Dra. Josely Ramos Pontes, da Promotoria de Defesa da Saúde; e pela Dra. Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, da Promotoria de Defesa da Educação. Essas três pessoas propuseram conjuntamente uma ação civil pública, solicitaram uma liminar para suspender o TAG, o julgamento final, a anulação do ato, sob pena de multa de R\$100.000,00 a R\$1.000.000,00 por dia de descumprimento.



O Ministério Público agiu, e tenho certeza de que sairá vitorioso, porque não há jurista que me faça convencer de que o governo pode fazer um acordo para não pagar o mínimo constitucional. Isso não existe. Está escrito na Constituição 12% e 25%. Não pode haver TAG que substitua a Constituição Federal. Do contrário, vamos rasgar a Constituição Federal e jogá-la no lixo, assim como o Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Joga tudo no lixo e diga que acabou a democracia no Brasil. Os poderes não existem mais. O que existe é o conchavo político, que substitui tudo. A Constituição é nitidamente clara: 12% e 25%. Não pode haver TAG que mude isso. Um determinado Estado não pode dizer que não tem dinheiro e que por isso não vai cumprir esses percentuais constitucionais. Isso não existe. O governo pode até não pagar, mas depois sofrerá as consequências desse ato. Mas ele não pode assinar um termo em que o Tribunal de Contas o liberte do cumprimento da Constituição. Deputado Adelmo Carneiro Leão, essa eu nunca vi, e olha que o Prof. Anastasia é doutor nesse assunto. Ele deve estar morrendo de vergonha. Sinceramente, o Prof. Anastasia deve estar se contorcendo, porque sabe que isso é inconstitucional.

Nem o “Dr. Acecu” segurou essa. Nem o “Dr. Acecu” conseguiu sufocar o Ministério Público para não entrar com essa ação. Aqui é “Dr. Acecu”, não é Dr. Alceu. Ele faz o que o Senador Aécio Neves manda. Nem ele conseguiu calar o Ministério Público. Então, as três Promotorias - de Defesa do Patrimônio Público, de Defesa da Saúde e de Defesa da Educação - entraram com uma ação no Tribunal de Justiça para anular o TAG. Tenho certeza de que ela será vitoriosa. Sabem o que isso significa? Mais R\$700.000.000,00 para a saúde.

Dá para atender a reivindicação de vocês. Falem com a Bia, a Presidente da CUT. Tomás, você que é da CUT, fala isso com a Bia. Serão também mais R\$700.000.000,00 para a educação. Dá para atender a reivindicação da educação, que está sufocada. Os meus colegas professores estão sofrendo com o tal do TAG. De 2003 a 2010, foram R\$15.000.000.000,00 de prejuízos somados, na educação e saúde. No ano de 2012 isso não vingará porque terão de recolocar esses recursos. Seriam R\$700.000.000,00.

Então, está aqui a ação. Entrem depois... Não vou ler toda ela, pois é longa. Contudo, alguns pontos são importantes. Vejam o que diz o Ministério Público: “Segundo apurou o Ministério Público, a assinatura do TAG pelo governo teve o objetivo de ajustar irregularidades na gestão dos recursos públicos” - ou seja, eles confessam que houve irregularidades - “apontadas pelo próprio Tribunal de Contas. Pelo instrumento, o Executivo Estadual comprometeu-se a adequar sua execução orçamentária pra alcançar os índices mínimos previstos na CF até o exercício de 2014. Em termos práticos, o acordo fixou percentuais de 9,68% e 10,84% em vez dos 12% para a área da saúde, e 22,82% e 23,91% ao invés dos 25% para aplicação na área de educação, para os respectivos exercícios de 2012 e 2013. Os Promotores de Justiça, entretanto, esclarecem que ‘esses percentuais não encontram nenhuma fundamentação ou razão jurídica, nem financeira, tratando-se de mera sugestão do Conselheiro relator do Tribunal de Contas para o que se denomina ajuste de metas’. Segundo representantes do Ministério Público, a legislação brasileira estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% da arrecadação dos impostos e que esse percentual já deveria ser alcançado no ano de 2004. O Ministério Público entende que 'a aplicação dos mencionados recursos orçamentários no custeio de ações e serviços públicos de saúde não é matéria posta à discricionariedade do Executivo, sujeita a avaliações acerca da sua oportunidade e conveniência. Ao contrário, trata-se de ato administrativo vinculado, do qual não pode o administrador público se furtar'. Quanto à educação, conforme os autores da ação civil pública, a Constituição Federal é clara ao estabelecer que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem na área, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos. 'Não cabe qualquer tipo de ressalva ou interpretação, tratando-se de norma expressa', esclarecem os Promotores de Justiça”. Mais: “O pedido do Ministério Público para a antecipação de tutela, com a consequente suspensão do TAG, busca evitar efeitos nocivos nas áreas de saúde e educação para a população mineira. Conforme a ação civil pública, 'a demora na decisão, o que permitiria ao Estado descumprir a lei e submeter a população de Minas Gerais ao subfinanciamento do SUS, equivale a colocar a vida em risco ou em patamares desumanos'. Em relação à educação, os Promotores de Justiça apontam 'riscos de prejuízo irreparável para, ao menos, uma geração de alunos do ensino básico, já abalada com recente greve de professores’”. Isso é o Ministério Público. Essa greve foi de 112 dias.

Deputadas e Deputados, esta Casa Legislativa não pode fingir que isso não está acontecendo, ou seja, não pode fingir que o Tribunal de Contas e o governo do Estado estão aplicando o que o Ministério Público diz, que é o que está expresso na Constituição Federal. O Ministério Público diz que um Governador não pode julgar se tem ou não condições de acatar o mínimo constitucional. Isso não pode acontecer. Por isso esse mínimo consta na Constituição. Nesse caso, há que se cumprir. Um Prefeito não pode dizer que, neste ano, não aplicará 15% na saúde, que aplicará somente 10% porque está sem dinheiro. Um Prefeito não pode fazer isso. Ele tem de aplicar o que está previsto. Se disser que não tem dinheiro, terá de dar um jeito. Ele terá de cortar de outro setor, mas, na saúde, terá de aplicar. Não é isso o que diz o Tribunal de Contas? Isso deveria acontecer também no Estado. É óbvio.

Um Prefeito não pode dizer que aplicar 25% na educação é muito para o seu Município e que precisa de mais asfalto. O asfalto é necessário, mas os 25% têm de ser aplicados, pois a Constituição não permite que seja aplicado menos. A exigência consta na Constituição, e o Governador, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa sabem disso. A reação na Assembleia Legislativa foi somente da Oposição. Os Deputados do governo não foram solidários. Eles vão à tribuna para dizer: “Mas a Dilma não está pagando os 10%”. Sou a favor de que sejam pagos os 10%. Disse isso aqui, claramente, mas, lá, isso ainda não é lei. A Presidente Dilma não está burlando a Constituição. Está errado não aplicar? Também acho que está. O Congresso Nacional está errado em não obrigá-la a fazer isso? Acho que sim, mas ela não está ferindo a Constituição. Isso não pode ser desculpa para não se aplicar aqui o que manda a Constituição. Isso é óbvio. E os Deputados sabem disso.

Não adianta falarem aqui que em São Paulo... Há Deputado que fala até da Albânia: “Na Albânia aconteceu isso e aquilo”. Não sei o que está acontecendo lá, mas devem estar errados também. Sugiro ao Deputado que estude mais sobre Minas Gerais e se preocupe um pouco mais com o nosso Estado. Quando for à Europa e se naturalizar albanês, poderá tentar melhorar o sistema democrático da Albânia, mas, por enquanto, vamos cuidar um pouco do nosso Estado. Já temos muitos problemas aqui. Não podemos dar a justificativa de que não temos condições de fazer nada aqui porque a Albânia está com problemas.



Dizem que a Bahia está com problemas, pois há lá uma greve que já dura 90 dias. Garanto que há Deputados na Bahia defendendo os professores e dizendo: “Têm de cumprir”. Se eu estivesse lá, estaria fazendo isso, mesmo que o governo fosse do PT. Essa é a nossa obrigação. Mas isso não pode significar que em Minas Gerais não se pode fazer nada.

Deputado Dilzon Melo, V. Exa., que tem experiência nisso, imagine se tudo que acontece de errado lá fora servisse para justificar o que não é feito aqui. Coisa errada existe em todo lugar. Fomos eleitos para arrumar as coisas aqui. Não estou dizendo que não se podem apresentar críticas a outros locais, mas vamos olhar um pouco os problemas daqui.

Nesse caso da saúde e da educação – e o Ministério Público entrou com essa ação –, temos de alertar o Tribunal de Justiça para que olhe isso com bastante carinho. Sei que os Desembargadores constatarão que o acordo é inconstitucional, pois são estudiosos, conscientes e entendem do assunto muito mais do que eu. Quem sou eu para chamar a atenção para isso? Gostaria apenas de pedir reforço para que olhem rapidamente essa questão, pois quanto mais demoram menos dinheiro é aplicado.

Já existe uma ação do setor do Ministério Público encarregado da área da saúde para resgatar o que não foi aplicado anteriormente, que são R\$7.000.000.000,00. Esse valor deve ser ressarcido aos cofres públicos pelo responsável à época. Direi o nome do responsável, apesar de alguns Deputados não gostarem disso, mas a ação é contra o Senador Aécio Neves, que era o Governador. Nessa ação, foi pedido o ressarcimento de R\$4.300.000.000,00. Ele já é réu nesse processo. É claro que alguns jornais não publicam isso de jeito nenhum, mas ele é réu nesse processo, pois deve à saúde R\$4.300.000.000,00.

Podem digitar no Google: “saúde, réu, Governador Aécio Neves”. Vocês verão que ele terá de ressarcir R\$4.300.000.000,00. Agora o déficit é maior, segundo os cálculos que fizemos. É evidente que ele não pagará isso. O prejuízo ficou para quem? Para o povo mais pobre e para os servidores. Essa é uma homenagem aos nossos servidores. Entrem em um hospital público, no Hospital João XXIII, na Fhemig, no Hospital Júlia Kubitschek e na Maternidade Odete Valadares, para verificar a situação.

Vão lá ver como essa turma “rala”, viu, não é fácil. E eles ganham um salário pequenininho. Não dá para não aplicar os 12%. As condições de trabalho são precárias, é um sofrimento. Nas escolas, a mesma coisa. Dei aula na rede estadual durante 10 anos, de 1978 a 1988. Estou fora da sala de aula há muito tempo. Fui eleito Vereador e depois Deputado. Hoje as condições são ainda mais precárias, porque as salas estão muito cheias. Ampliou-se a escolaridade em todas as esferas. Isso foi bom para o Brasil. Isso não é de agora. Massificou-se o ensino, e hoje as camadas populares estudam. Ainda bem, não é? Mas as condições de trabalho dos professores também ficaram muito ruins, com as salas muito cheias. Não é fácil um professor se aposentar com 25, 30 anos de serviço.

Acho que algumas medidas do governo são picuinhas, não acredito que sejam para contenção de despesa. Deputado Dilzon Melo, não é possível que uma professora não possa alimentar-se da merenda escolar. Isso só existe em Minas Gerais. Na interpretação da lei que estabelece que a alimentação é para o aluno, foi concluído aqui em Minas que a professora não pode se alimentar da merenda escolar. A auxiliar de serviço tem de levar escondido o prato de comida para a professora. É coisa de maluco. A professora dá aula de manhã, almoço e, à tarde, depois de dar três aulas seguidas, tem um intervalo de 15 minutos. A merenda é muito importante, Deputado Adelmo Carneiro Leão, para que ela se fortaleça e dê mais duas aulas. Só que ela não pode comer da merenda dos alunos - concedida por meio do PNAE -, que aliás é muito boa. Ela é comprada diretamente do pequeno produtor. Então, há lá um arroz com feijão reforçados, o ovo, a broa de fubá.

O PNAE é um programa fantástico. Tive a honra de ajudar a construí-lo em Minas Gerais quando fui Delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Agora, a coitada da professora não pode fazer essa alimentação. Mas em 15 minutos também não dá para ela sair da escola e comer em outro lugar. Então, tem de ficar com fome ou levar para a escola desde de manhã cedo uma marmitinha para esquentar. Tem lógica isso? Dizer que isso é lei do MEC é um absurdo. Nenhum Estado tem isso. Nunca ouvi dizer que um Prefeito fez isso. Vocês acham que um Prefeito vai fazer isso com a professora? Se fizer, o pessoal da cidade vai bater nele. Imaginem a revolta que será. Aqui, em Minas, a Secretaria diz: “Não, baixa uma norma que diga que as professoras não podem se alimentar”. Acho que isso não é nem contenção de despesa porque, geralmente, essa comida sobra e é utilizada como lavagem para porco. É maldade mesmo. Em alguns casos é perseguição por causa disso aqui. O Ministério Público diz: “Riscos de prejuízo irreparável para, ao menos, uma geração de alunos do ensino público”.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência a encerra, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/7/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas, matriculados na rede pública estadual de ensino, dispensa de exames de avaliação curricular em dias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 18/7/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.416/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/7/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/7/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 18/7/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.865/2011

Comissão de Constituição e Justiça

De autoria do Deputado Fábio Cherem, a proposição em epígrafe “institui a obrigatoriedade da realização de cursos de primeiros socorros a todos os funcionários dos centros de educação infantil instalados no Estado e dá outras providências”.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 26/5/2011, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

O relator apresentou requerimento na reunião do dia 4/10/2011, solicitando fosse a proposição baixada em diligência à Secretaria de Estado de Educação, para que essa Pasta se manifestasse sobre a medida contida na proposição. A resposta a essa diligência encontra-se anexada ao processo.

Fundamentação

A proposição em análise pretende, nos termos de seu art. 1º, obrigar a participação, em cursos de primeiros socorros, de todos os servidores dos centros de educação infantil da rede pública e particular do Estado, bem como dos Municípios.

Tais cursos seriam, conforme dispõe o art. 2º do projeto, ministrados por entidades especializadas sediadas no Estado, por policiais militares ou bombeiros do Estado. O parágrafo único do art. 2º ainda dispõe que o curso terá periodicidade anual.

Por fim, o projeto estabelece que cabe ao Poder Executivo definir os critérios para implementação dos cursos de primeiros socorros, por meio da regulamentação da lei, no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

O autor argumenta em sua justificação que “é necessário e razoável que os profissionais que estão em contato com nossas crianças durante o período escolar estejam aptos para agir com prontidão, segurança e de modo correto nos casos em que ocorrerem acidentes, já que os primeiros socorros, quando prestados de maneira eficiente, são capazes de evitar sequelas graves ou minimizar efeitos de acidentes [...]”.

Não obstante a importância da iniciativa, o projeto encontra óbices de natureza constitucional que o impedem de tramitar nesta Casa.

Primeiramente, ressaltamos que a proposição, ao impor uma obrigação dirigida a servidores municipais, além de incorrer em ofensa à autonomia municipal, vai de encontro às normas relativas à organização do sistema nacional de educação.

Nos termos do § 3º do art. 211 da Constituição da República, os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, enquanto os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. De acordo com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB –, o sistema de ensino do Estado compreende as instituições de ensino mantidas pelo poder público estadual, as instituições de educação superior mantidas pelo poder público municipal, as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos de educação estaduais.

Tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, da LDB, que determina que os Estados incumbir-se-ão de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino, entendemos que o projeto ultrapassa sua seara de atuação ao impor obrigações a servidores da educação infantil dos Municípios, o que configura ingerência do Estado nos sistema de ensino municipal.

No que tange à atribuição de obrigações aos servidores do sistema estadual de educação, bem como aos policiais civis e bombeiros do Estado – estes subordinados diretamente ao Governador do Estado –, entendemos que o projeto viola o princípio da repartição funcional entre os três Poderes do Estado. É que, segundo o mecanismo de freios e contrapesos disposto na Constituição da República, cabe apenas ao Poder Executivo a iniciativa de proposição tratando de sua organização ou de regime jurídico de seus servidores.

Ademais, o art. 90, XIV, da Constituição Estadual estabelece que compete privativamente ao Governador do Estado dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo.

Por fim, cumpre-nos ressaltar que a Secretaria de Estado de Educação, em resposta à diligência formulada por esta Comissão, manifestou-se contrariamente à proposta. Vejamos um trecho da nota técnica encaminhada:

“[...] Claramente, portanto, o projeto dispõe sobre qualificação de servidores públicos estaduais e municipais, da administração direta e indireta para o exercício de suas funções.

Ocorre que a tramitação de projetos de lei de tal natureza somente pode ser feita por iniciativa privativa do Titular do Poder executivo respectivo. Vale dizer, somente ao Governador e Prefeitos é dada a prerrogativa de iniciar projeto de lei que objetiva estabelecer competências, atribuições e qualificação dos servidores estaduais e municipais, respectivamente. [...]”

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.865/2011.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2012.

Sebastião Costa, Presidente e relator - Luiz Henrique - Glaycon Franco - Bruno Siqueira - André Quintão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.117/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no “Diário do Legislativo” de 30/6/2011 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Na reunião de 23/8/2011, o relator solicitou que a proposição fosse baixada em diligência ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, entidade que detém a titularidade do bem, para que se manifestasse sobre a viabilidade da matéria, e ao Prefeito Municipal de Antônio Dias, para que declarasse sua aquiescência ao negócio pretendido.

De posse das respostas, passamos à análise do projeto.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 2.117/2011 de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias imóvel com área de 36.000m², situado nas localidades de Bananal e Gandra, nesse Município, e registrado sob o nº 4.421, a fls. 280 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Antônio Dias.



O art. 18 da Constituição mineira exige autorização legislativa para a alienação de imóveis públicos. No plano infraconstitucional, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República e institui normas para licitações e contratos da administração pública, exige, além da referida autorização, a subordinação do contrato ao atendimento do interesse público.

Nesse sentido, o parágrafo único do art. 1º da proposição prevê que o referido bem será utilizado pela administração pública municipal em projetos de atendimento à comunidade.

Mesmo sendo o imóvel transferido a outro ente da Federação, o contrato deve ser revestido de garantia, que, no caso em análise, está prevista no art. 2º do projeto, que estabelece o retorno do bem ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Cabe ressaltar que o DER-MG manifestou-se favoravelmente à doação de área de cerca de 16.000m², a ser desmembrada da área total de 36.000m², uma vez que esta área se encontra desocupada e sem expectativa de utilização por aquela autarquia.

Ciente dessa informação, o Prefeito Municipal de Antônio Dias, por meio do Ofício nº 226/2011, declarou que tem interesse em receber a área.

Após a elaboração do memorial descritivo da parte desocupada do terreno, constatou-se que a área é de 15.832,023m².

Em decorrência dessas informações, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo no 1, que tem o objetivo de identificar corretamente o doador do imóvel e a área a ser doada, em conformidade com o memorial descritivo apresentado, adequando o texto à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.117/2011, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – autorizado a doar ao Município de Antônio Dias imóvel com área 15.832,023m² (quinze mil oitocentos e trinta e dois vírgula zero vinte e três metros quadrados), conforme descrição no Anexo desta lei, a ser desmembrado da área de 36.000m² (trinta e seis mil metros quadrados) situada nas localidades denominadas Bananal e Gandra, naquele Município, e registrada sob o nº 4.421, a fls. 280 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Antônio Dias.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o “caput” destina-se à realização de projetos de atendimento à comunidade.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº ..., de ... de ... de 2012)

A área a ser doada tem a seguinte descrição: partindo do ponto P1, definido pela cerca de arame que cruza o Ribeirão Severo e definido pela coordenada plana UTM 7.828.488,793m Norte e 727.237,276m Leste, deste seguindo com distância de 27,550m e azimute plano de 113º21'06” chega-se ao ponto P2, seguindo com distância de 12,221m e azimute plano de 86º20'26” chega-se ao ponto P3, seguindo com distância de 5,805m e azimute plano de 131º01'58” chega ao ponto P4, seguindo com distância de 39,946m e azimute plano 109º06'44” chega ao ponto P5, seguindo com distância de 24,582m e azimute plano de 91º18'53” chega ao ponto P6, seguindo com distância de 24,469m e azimute plano de 140º13'40” chega ao ponto P7, seguindo com distância de 28,309m e azimute plano de 153º00'08” chega ao ponto P8, seguindo com distância de 15,225m e azimute plano de 157º32'48” chega ao ponto P9, seguindo com distância de 6,365m e azimute plano de 191º41'03” chega ao ponto P10, seguindo com distância de 17,039m e azimute plano de 210º57'54” chega ao ponto P11, seguindo com distância de 11,395m e azimute plano de 188º51'17” chega ao ponto P12, seguindo com distância de 7,267m e azimute plano de 228º09'06” chega ao ponto P13, seguindo com distância de 12,908m e azimute plano de 219º44'41” chega ao ponto P14, seguindo com distância de 21,433m e azimute plano de 232º00'20” chega ao ponto P15, seguindo com distância de 18,204m e azimute plano de 269º39'25” chega ao ponto P16, seguindo com distância de 86,971m e azimute plano de 279º34'26” chega ao ponto P17, seguindo com distância de 45,444m e azimute plano de 348º01'59” chega ao ponto P18, seguindo com distância de 24,730m e azimute plano de 75º11'25” chega ao ponto P19, seguindo com distância de 28,539m e azimute plano de 352º11'10” chega ao ponto P20, seguindo com distância de 9,734m e azimute plano de 343º38'41” chega ao ponto P21, seguindo com distância de 23,089m e azimute plano de 336º45'50” chega ao ponto P22, seguindo com distância de 23,612m e azimute plano de 22º34'53” chega ao ponto P1, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área de 15.832,023m² (quinze mil oitocentos e trinta e dois vírgula zero vinte e três metros quadrados).

Sala das Comissões, 17 de julho de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Luiz Henrique, relator - André Quintão - Glaycon Franco - Bruno Siqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.037/2012**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, a proposição em epígrafe visa incluir o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência.

Publicada no Diário do Legislativo de 31/3/2012, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Cabe a este órgão colegiado analisar, preliminarmente, a proposição apresentada quanto aos seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.037/2012 tem por objetivo reconhecer como pessoa com deficiência, em todo o território do Estado, os indivíduos diagnosticados com a Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose), garantindo-lhes a fruição dos direitos e benefícios assegurados à pessoa com deficiência previstos na Constituição do Estado, inclusive aqueles mencionados nos arts. 218, parágrafo único, e 224. (arts. 1º e 2º do projeto de lei).

Pretende-se, ainda, estender aos indivíduos acometidos com neurofibromatose todos os benefícios sociais reconhecidos aos acometidos de outras deficiências (art. 3º do projeto de lei).

O projeto visa, ainda, determinar ao Poder Executivo a realização de estudos junto às Secretarias de Estado de Saúde, de Desenvolvimento Social e de Trabalho e Emprego, com o objetivo de cadastrar os portadores de neurofibromatose e de promover o acompanhamento clínico, social e laborativo, de modo a proporcionar mecanismos de amparo e de proteção humana (art. 4º do projeto de lei).

A justificativa apresentada pelo Deputado baseia-se, inicialmente, na consideração de que inexistente previsão legal reconhecendo a Síndrome de Von Recklinghausen como deficiência física, de modo que a proposição demonstra-se indispensável para garantir às pessoas portadoras da síndrome os direitos constitucionais assegurados às pessoas com deficiência.

O Deputado relata, ainda, que a neurofibromatose é uma síndrome multissistêmica, sem perspectiva de cura ou tratamento, sendo que a solução é apenas cirúrgica, nos casos em que tal intervenção é possível. Adverte, também, que “o portador dessa síndrome tem que conviver com dores crônicas ou desfiguramento de partes do seu corpo”, além da “dificuldade de manter contato social, de se comunicar com outros e de realizar tarefas cotidianas”.

Registra, como consequência, que os indivíduos diagnosticados com essa síndrome sofrem com a falta de expectativas de melhora, bem como com a insuficiência de médicos e outros profissionais de saúde especializados, nas redes pública e privada, além de enfrentarem preconceitos de diversas naturezas.

Não há dúvidas de que a matéria constante da proposta é extremamente relevante, não apenas por sua envergadura constitucional, mas, também, por relacionar-se com a saúde, a proteção e a integração social das pessoas com deficiência, valores intimamente atrelados à dignidade da pessoa humana, - um dos fundamentos que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 proclama em seu art. 1º, inciso III -, em prol da consolidação de verdadeiro Estado Democrático de Direito. O princípio da dignidade da pessoa humana, caracterizado como mínimo existencial do indivíduo, relacionando-se “tanto com a liberdade e valores do espírito quanto com as condições materiais de subsistência” (BARROSO, Luís Roberto. “Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo”. São Paulo: Saraiva, 2009, pg. 252), constitui-se em um dos principais fundamentos atinentes à proteção e à integração social das pessoas com deficiência.

A competência, pois, é de natureza concorrente, competindo a todos os entes federativos (art. 24 da Constituição da República), inclusive aos Municípios, por força de interpretação sistemática, nos termos do disposto no inciso II do art. 30 da Constituição da República, legislar sobre defesa da saúde (inciso XII do art. 24) e proteção e integração social das pessoas com deficiência (inciso XIV do art. 24). Destarte, não vislumbramos a invasão de competência de iniciativa privativa, na consideração de que as matérias inseridas no bojo da proposição em causa não se encontram no âmbito da disposição do art. 66 da Constituição do Estado.

Nessa esteira, a União aprovou a Lei Federal nº 7.853, de 24/10/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde -, além de dar outras providências. O ato legislativo em questão objetiva estabelecer, assim, normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social (art. 1º).

No âmbito do Estado de Minas Gerais, objetivando concretizar os comandos normativos estabelecidos na própria Constituição Estadual, especialmente os constantes no parágrafo único do art. 218 e no “caput” do art. 224, foram aprovadas diversas leis relacionadas à proteção e à integração social da pessoa com deficiência.

Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 13.465, de 12/1/2000, que estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado. Com efeito, extrai-se, do disposto no art. 1º da lei em referência, o conceito de pessoa portadora de deficiência:

“Art. 1º - Considera-se pessoa portadora de deficiência, para fins de obtenção dos benefícios previstos na legislação do Estado, aquela que, comprovadamente, apresente desvantagem no que se refere à orientação, à independência física ou à mobilidade, ou de ordem neuropsíquica que acarrete dificuldade para o exercício de ocupação habitual, para a interação social e para a independência econômica, em caráter permanente.”

Já o disposto no art. 2º conceitua e explicita, para os fins da lei, as desvantagens na orientação (inciso I), na independência física e na mobilidade (inciso II) e de ordem neurológica ou psíquica (inciso III), com as características e as especificações correspondentes, constantes nos dispositivos referidos.



Acrescente-se que, segundo o que dispõe o art. 3º da referida lei, é atribuída à Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente a competência para “dirimir as dúvidas relativas ao enquadramento dos conceitos legais nas situações fáticas”.

Desse modo, infere-se, da legislação federal e estadual, a inexistência de qualquer classificação de possíveis síndromes ou doenças consideradas como deficiência, uma vez que a lei apenas define a pessoa portadora de deficiência, além de determinar as características e as especificações das desvantagens (orientação, independência física e mobilidade, neurológica ou psíquica) dela decorrentes.

Nessa esteira, no âmbito da legislação federal, o Decreto nº 3.298, de 20/12/99, regulamentando a Lei nº 7.853, de 24/10/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, define, em seu art. 4º, as categorias de deficiência caracterizadoras das pessoas com deficiência (física, auditiva, visual, mental e múltipla).

A propósito, regulamentando o disposto no art. 295 da Constituição do Estado, foi promulgada a Lei nº 13.641, de 13/7/2000, que estabelece normas básicas para a realização do censo do portador de deficiência, objetivando promover o “levantamento do número de portadores de deficiência, de suas condições socioeconômicas, culturais e profissionais e das causas da deficiência, a fim de orientar, na forma do regulamento, o planejamento de ações a serem desenvolvidas pela administração pública estadual.”(art. 1º).

Desse modo, os indivíduos afetados pela Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) e que se enquadrem no conceito de pessoa portadora de deficiência definido na Lei nº 13.465, de 2000, farão jus aos direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para a pessoa com deficiência.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.037/2012, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Assegura ao indivíduo afetado pela Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) e que se enquadre no conceito de pessoa portadora de deficiência direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para a pessoa com deficiência

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O indivíduo afetado pela Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) e que se enquadre no conceito de pessoa portadora de deficiência definido na Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000, fará jus aos direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para a pessoa com deficiência.

Art. 2º – As condições socioeconômicas, culturais e profissionais dos indivíduos a que se refere o art. 1º serão, com base no censo de que trata o art. 295 da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei nº 13.641, de 13 de julho de 2000, avaliadas pela administração pública estadual, com vistas ao cadastramento desses indivíduos e à orientação das ações a serem desenvolvidas pelo Estado.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Glaycon Franco, relator - Luiz Henrique - Bruno Siqueira - André Quintão.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/07/2012

O Deputado Sebastião Costa – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luzia Ferreira, telespectadores da TV Assembleia, profissionais da imprensa, senhoras e senhores, minha presença nesta tribuna hoje deve-se a uma reflexão que quero compartilhar com os outros Deputados e que talvez os leve a raciocinar na mesma direção.

Em primeiro lugar, era natural que hoje eu estivesse lamentando um resultado desfavorável obtido na escolha dos candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas. Particpei do processo, do princípio ao fim, dentro das normas e do padrão determinados por esta Casa. Mantive, mesmo diante do resultado desfavorável, a serenidade e o silêncio que o ambiente exige, mesmo porque, numa reunião de voto secreto, qualquer manifestação que um ou outro fizesse estaria induzindo terceiros ao nosso entendimento. Não é esse o objetivo. Não estou lamentando o resultado; pelo contrário, aproveito para cumprimentar o Deputado Doutor Viana pela vitória. Não me considero derrotado e acho que o Deputado Ivair Nogueira também não se vê assim, porque tivemos uma votação expressiva. As pessoas que votaram em mim fizeram-no não por indução, precipitação ou imposição do governo, como tentaram mostrar. Pelo contrário, votaram em mim porque acharam que deveriam votar, da mesma forma como votaram nos outros. Eu teria de estar aqui dizendo que terceiros influenciaram o resultado. Não faço isso. Não procuro culpado. Pelo contrário, assumo o resultado daquilo que me proponho a fazer. Estou, portanto, com a minha consciência absolutamente tranquila.

Volto a repetir: cumprimento aquele que obteve mais votos, bem como cumprimento o Deputado Ivair Nogueira, que participou do processo com toda coragem e ousadia. Coloco-me diante de todos os colegas com a convicção de que não obtive a maioria dos votos, mas obtive os votos daqueles que acreditaram em mim e no meu projeto. Repudio quem tenta mostrar que o governo queria a minha eleição. E até poderia querer; não seria nada de mais o governo querer a eleição de um aliado. Isso não seria nada demais. Agora, não



dá para fazer a associação de fatos que não existiram. Volto a repetir que o objetivo maior do processo é engrandecer e fortalecer o Poder Legislativo. Espero que aqueles que votaram em qualquer um de nós, candidatos, não tenham votado por ódio de ninguém, nem por amor exagerado a alguém, porque qualquer extremo é negativo para a vida. A vida deve caminhar pela moderação.

Diante disso, quero agradecer a todos os que votaram em mim e expressar meu respeito aos que não votaram, porque todos nós participamos do projeto, e a mim cabe legitimá-lo, respeitando aquele que obteve mais votos. Porém, repito: estou consciente de que não me valeri de situação estranha para obter nenhum voto; ainda que tivesse percorrido outros caminhos, não seria nada de mais. Entretanto, não o fizemos porque entendemos que, se o processo era da Assembleia Legislativa, a ela caberia decidir. Agradeço aos que estiveram do meu lado do princípio ao fim. Agradeço a todos que participaram do processo, inclusive aos que comigo concorreram. Precisamos valorizar o processo, respeitar os colegas nas disputas e saber entender que a vitória cabe a poucos.

Andando pelo interior de Minas Gerais, um daqueles cidadãos que gosta de história política, certa feita, disse-me uma coisa de que nunca mais me esqueci. O então Governador Milton Campos, chegando a Ponte Nova, depois de ser derrotado nas eleições para Vice-Presidente da República, foi engraxar os sapatos, e alguém perguntou-lhe: “Dr. Milton, por que o senhor foi perder a eleição?”. Ele respondeu: “Não, eu não perdi a eleição, meu caro, foi o outro que obteve mais votos do que eu”. Quer dizer, derrotado é quem se entrega; derrotado é quem não acredita no seu próprio projeto; derrotado é aquele que não tem coragem de olhar de frente para as pessoas; derrotado, na minha avaliação, é quem usa de subterfúgios, coisa que eu jamais faria, ainda que fosse para ser o único vencedor de qualquer disputa.

Estou com a consciência tranquila. Quero agradecer aos que estiveram ao meu lado, quero agradecer à Assembleia Legislativa e valorizar o processo. O Parlamento precisa ter, cada vez mais, autonomia. Ainda que essa autonomia venha contra os meus interesses, tenho de pertencer ao poder, e não transformá-lo num instrumento das minhas vaidades ou pretensões.

Não ambiciono o cargo. Já tive outras oportunidades de disputar cargos da Mesa da Assembleia. Estou aqui há 22 anos – 21 anos e alguns meses -, e nunca disputei cargos da Mesa, porque tenho uma formação um pouco presidencialista e sei que o coletivo partidário, o coletivo das Mesas, precisa ser mais compartilhado. Então nunca me senti em condições de contribuir. Quando me sinto em condição de contribuir, vou à luta e, se der certo, fico muito feliz. Se não der muito certo, considero-me feliz assim mesmo, porque mais vale a consciência do dever cumprido do que qualquer resultado temporário. Não conheço o mandato. Cargo, ainda que vitalício, é vitalício, mas não é permanente, porque a história o substitui.

Espero que aqueles que votaram em qualquer um de nós, candidatos, não tenham votado por um sentimento de piedade ou qualquer outro – partidarismo ou vaidade -, mas para fortalecer o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa, a democracia, e respeitar os ditames da consciência de cada um. Quero, portanto, agradecer uma vez mais – não canso de agradecer – aos que tiveram a coragem de ficar do meu lado, e a todos que torceram. Àqueles que votaram nos outros candidatos, o meu respeito.

Sou uma pessoa de formação religiosa e aprendi que o ontem só serve para ontem, mesmo que para a história e estou vivendo hoje com vistas ao amanhã. Muito obrigado a todos.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) – Exmo. Sr. Deputado Sebastião Costa - repito, Exmo. Sr. Deputado Sebastião Costa -, V. Exa. engrandece o Parlamento mineiro. A disputa aqui travada, na noite de ontem, em nenhum momento representa, para V. Exa., tenho certeza, a escolha do mais preparado, do mais correto. A escolha que se proferiu na Casa já vinha com contornos maiores do que a análise crua e fria da capacidade de V. Exa. Não sou eu que digo, Deputado Sebastião Costa, que V. Exa. engrandece esta Casa, tendo chegado aqui com uma trajetória de dar inveja a muitos mineiros. Homem simples, trabalhador de enxada, formou-se com dificuldade. Vindo da roça, foi Vereador, Prefeito e Deputado Estadual. Profundo conhecedor das leis, dá a esta Casa o equilíbrio perfeito para que possamos aprovar as leis dentro do que pode ser aprovado. Então V. Exa. merece todos os nossos elogios.

Como há muitos para falar, parabéns pela pessoa que V. Exa. é. V. Exa. continua sendo um dos orgulhos desta Casa, e merece o meu carinho, o meu respeito e a minha admiração. Parabéns, Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Muito obrigado. Agradeço ao Deputado Duarte Bechir as suas palavras e o seu estímulo. Quero somente repetir: o ontem pertence à história, o hoje ainda me pertence, e o futuro pertence a Deus.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) – Permita-me, Deputado João Leite? Quero também cumprimentar meu companheiro de partido, amigo Sebastião Costa, e amigo de todos aqui, porque uma das coisas que o marca é a elegância na disputa política, no trato com as pessoas, a serenidade e uma profunda convicção nas suas responsabilidades como homem que recebeu uma delegação do povo. Portanto, V. Exa. é um representante do povo, que exerce essa função com muita determinação, dedicação e zelo.

Quero lhe dizer, Deputado Sebastião, que a disputa é isso, foi limpa e legítima. O resultado também foi legítimo, V. Exa. mesmo está referendando isso. Quero também dizer que o Tribunal perde muito com a sua ausência, pela capacidade de diálogo, de sabedoria e bom senso que V. Exa. carrega em sua personalidade. Capacidade também de ouvir e de conviver com as diferenças, de respeitar todos e de criar consenso, o que é muito importante em um órgão que faz julgamento. Então é importante ter também essa serenidade.

Como Presidente do PPS, quero dizer-lhe que nos orgulhamos muito de tê-lo aqui. O lado bom é que V. Exa. continuará sendo o nosso companheiro, continuaremos convivendo com V. Exa. No dia a dia, e esta Casa poderá contar com a sua sabedoria e contribuição. Vamos tê-lo mais perto de nós.

Quero também registrar que o voto secreto leva a isso, leva à articulação que cada um de vocês fizeram, ao longo de dois meses, V. Exa. e os Deputados Doutor Viana e Ivair Nogueira. Com muitas promessas de apoio, o voto secreto é traiçoeiro nisso, não acontece, muitas vezes, como pretendido. Como ontem aprovamos uma PEC que elimina o voto secreto, penso que as futuras votações possam ser mais transparentes e que, nas articulações legítimas de cada candidato, também ficará cada vez mais difícil para nós prometermos o que não poderemos cumprir lá na frente. Parabéns. V. Exa. foi um candidato muito leal e tranquilo; encarou a derrota com muita serenidade e sabedoria. Volto a dizer que V. Exa. merecia ter ganhado, no entanto continuaremos contando com V. Exa., o que é muito bom também.



O Deputado Sebastião Costa – Agradeço a Deputada Luzia, minha companheira de partido, pelas suas palavras e estilo. Neste momento, quero ouvir, com muito entusiasmo, o Deputado João Leite, companheiro de muitas jornadas, vários embates, muitas vitórias e algumas não vitórias também; faz parte da nossa trajetória de vida.

O Deputado João Leite (em aparte)* – Estamos acostumados. A presença de V. Exa. na tribuna, nesta tarde notável, eminente Deputado Sebastião Costa, realmente deve figurar nos anais desta Casa. É um ensino, especialmente para os mais jovens, porque, nós, que estamos há mais tempo nesta Casa, já conhecemos as suas manifestações e atitudes. Há algo que V. Exa. disse, nesta tarde, que deve ficar registrado: “como escolhemos um candidato?”. Escolheria o Deputado Sebastião Costa porque, de alguma forma, temos votação na mesma região de Minas Gerais e eu poderia ganhar um naco nessa região, é legítimo, é possível acontecer isso. Votaria no Deputado Sebastião Costa porque alguém pediu, alguém com poder, ou votaria porque ele me pediu primeiro. Afastei todas essas questões da minha escolha. Escolhi o Deputado Sebastião Costa por causa da sua história, do seu currículo, por conhecê-lo pessoalmente e por conviver com ele por mais de 18 anos, nesta Casa. Juntos escolhemos muitas Mesas, muitos representantes da Assembleia. Apesar do conhecimento, do notório saber, essa é a primeira vez que o Deputado Sebastião Costa apresenta o seu nome. Escolhi também porque, quando perdemos uma eleição, V. Exa. permaneceu comigo, nesta Casa, durante quatro anos na Oposição. V. Exa. não muda, é do mesmo lugar, faz as mesmas coisas.

Escolhi apoiá-lo não porque V. Exa. me pediu primeiro ou porque ganharia alguma coisa na nossa região ou porque alguém me pediu, mas é por causa da sua história: escrevente de fórum, de cartório, Vereador, Prefeito, Presidente da Comissão de Justiça, vários mandatos de Deputado e essa figura proba e reta. Por isso o escolhi. Por isso que quis elegê-lo, porque V. Exa. representa o que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem de melhor.

Parabéns, porque é a primeira vez que V. Exa. apresenta o seu nome, um nome de peso para nos representar no Tribunal de Contas ou em qualquer outra missão. Parabéns.

O Deputado Sebastião Costa – Obrigado, Deputado João Leite, companheiro de várias jornadas. O Deputado João Leite e eu somos amigos e, como disse, tivemos experiências de muitas vitórias, alguns insucessos também, mas não recebemos nem os insucessos como derrota. Recebo todas as questões como uma oportunidade, um novo aprendizado e um novo momento.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, hoje estamos no dia seguinte à eleição, e V. Exa., mais uma vez, demonstra como se procede com dignidade. V. Exa. está nessa tribuna não apenas agora com suas palavras, mas ao longo de todo o seu procedimento, que conhecemos há longos anos, e está demonstrando que prefere afrontar o mundo servindo a sua consciência a afrontar a sua consciência para servir ao mundo, como nos ensinou Voltaire.

V. Exa. citou Milton Campos com muita procedência, pois ele ensinou a todos nós que não existe derrotado, mas aquele que tem menos voto. E foi o que aconteceu com V. Exa. e com o Deputado Ivair Nogueira. O Deputado Doutor Viana ganhou, e desejamos a ele toda felicidade no Tribunal de Contas, uma pessoa que também tem os seus méritos. V. Exa. também nos demonstrou o que, com certeza, todos os Deputados procuraram fazer: votar de acordo com o que manda a Constituição do Estado de Minas Gerais. Ela tem os seus ditames a respeito da eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas. Certamente, todos os colegas procuraram seguir os ditames da nossa Carta Máxima.

Tenho de agradecer a V. Exa. por tudo que tem feito por esta Casa. Como um dos Deputados que tem a honra de pertencer a esta Casa, por tudo que V. Exa. tem feito ao longo de toda a sua vida e, com certeza, irá fazer muito mais por esta Casa e por este Estado. Deputado Sebastião Costa, parabéns pela sua dignidade.

O Deputado Sebastião Costa – Quero agradecer ao Prof. Bonifácio Mourão, pois foi meu professor. Embora sejamos da mesma idade, por coincidência, recomecei os estudos um pouco mais velho. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pois tenho certeza de que há algum tempo está esperando para intervir.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, caríssimo Deputado Sebastião Costa. Ouvi atentamente V. Exa., de voz embargada, do alto dessa tribuna, fazendo um agradecimento a todos os pares, aos que depositaram confiança em seu nome e aos que não lhe deram o voto. E, neste momento, V. Exa. vem exatamente falar da sua satisfação em ter participado desse processo democrático, constitucional. Com certeza, V. Exa., ao apresentar seu nome para uma vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, se assim fez, não o fez sozinho, mas fê-lo estimulado pelos seus amigos, pelos seus admiradores e por toda essa legião de pessoas do longo de sua história, da sua trajetória e da sua família. V. Exa. construiu sua carreira no Parlamento de forma eficaz, respeitosa e vigorosa.

Associando-me a V. Exa., quero também dizer que nós, parlamentares, temos por V. Exa. profunda admiração. Particularmente, por nossa convivência por cinco anos na Comissão de Justiça, em que V. Exa. sempre me aconselhava e era meu professor nos momentos e projetos mais difíceis. Tenha certeza de que V. Exa. combateu o bom combate, com dignidade e decoro, um exemplo para todos os parlamentares.

Não aceite esse resultado como derrota, mas como uma trajetória na vida política, em que nós enfrentamos as urnas. V. Exa. é um grande vencedor, e lhe rendo homenagens. Com certeza V. Exa. marcou um importante ponto neste Parlamento com essa disputa para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. Felicidades.

O Deputado Sebastião Costa – Obrigado. Consulto o Presidente se posso conceder aparte aos Deputados Hely Tarquínio e André Quintão.

O Sr. Presidente – Concedo-lhe mais 1 minuto para cada Deputado, pois a Deputada Liza Prado está ansiosa para assomar à tribuna.

O Deputado Sebastião Costa – Obrigado. Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) – Caro Deputado Sebastião Costa, nesta tarde, após a eleição de ontem, quero abraçá-lo e render minhas homenagens à sua conduta desde quando aqui chegamos, em 1991. De lá para cá, V. Exa. escreveu uma bela história neste Parlamento, a história de um homem que sabe representar as pessoas que confiam em V. Exa., pois já trouxe um currículo de Vereador, Prefeito e cidadão. Cidadão na melhor expressão da palavra: bom pai, bom filho e grande ser humano, iluminado por uma



inteligência que sabe discernir entre os momentos de vitórias e derrotas. A palavra “derrota” não tem essa conotação pejorativa, porque a vida é guerra pura pela sobrevivência, em que cada um tem seu destino e escreve sua história no contexto da sociedade.

E aqui neste Parlamento V. Exa. nos orgulha muito, principalmente nas suas ações, que traduzem os pensamentos e convicções da pessoa. Lá na Comissão de Justiça V. Exa. me iniciou não apenas como médico, mas tendo a sabedoria jurídica, do aspecto constitucional e legal, orientando muita gente. V. Exa. já disse que teve um professor, o Mourão. Nessa atmosfera de cumprir a nossa missão na Comissão de Justiça, onde estive por quatro anos e tive a oportunidade e o privilégio de ser Presidente por dois anos, é que começam a conformar-se as pretensões da sociedade, as diferenças, os preconceitos e também o sistema de governo sob cuja égide vivemos. V. Exa. sempre teve a virtude de saber discernir entre a tese e a antítese, e soube sempre fazer essa conciliação para atender a sociedade mineira, o nosso povo de Minas Gerais, a sua região.

Hoje, aqui, um dia após a eleição, queremos dizer que quem ganhou foi o Parlamento mineiro, que continua com a sua presença, com a sua luz, com a sua temperança, com a sua boa e melhor conduta de parlamentar isento sob todos os aspectos e toda lisura.

E aqui, ao mesmo tempo, também gostaria de prestar homenagem àquele que foi laureado como Conselheiro de Contas do nosso Tribunal, Doutor Viana, cuja história fala muito. Ele recebeu a votação da maioria. Também ao Deputado Ivair, que colocou seu nome com denodo e teve bela votação. Sabemos que cada um tem uma forma de opinar de acordo com suas convicções, de acordo com sua consciência.

Quero reafirmar a minha amizade, a minha confiança em você, que é um professor para todos nós. Quem ganhou foi o Parlamento mineiro, assim como o Tribunal de Contas, que terá o Doutor Viana. Este Parlamento ganha também com a continuação do nosso querido Deputado Ivair Nogueira.

Desejo a V. Exa. muitas felicidades. Sei que seu testemunho é rico e pontilhado de vitórias e da nossa melhor consideração. Um grande abraço e que Deus o continue iluminando para que se faça sempre presente. Quero ter a oportunidade e o privilégio de continuar junto de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço ao Deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, o Deputado André Quintão, conforme autorizado pelo Presidente. Em seguida, encerrarei minha participação aqui.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Primeiramente quero parabenizá-lo, Deputado Sebastião Costa, pelo pronunciamento e, sobretudo, pela forma como participou dessa disputa a uma vaga no TCE. Serei breve, até pelo tempo, mas existe uma frase que gostaria de dizer a V. Exa. Ainda que não tenha sido eleito, V. Exa. pode ter certeza de que saiu maior desse processo do que entrou. Tenha essa certeza, pela forma e pela conduta que teve durante o processo. Às vezes isso vale mais que uma vitória. V. Exa. continua no Parlamento, à frente da Comissão de Justiça, uma das mais importantes desta Casa, com uma conduta absolutamente correta. Dou esse testemunho como integrante dessa Comissão. Reitero o que disse à Deputada Luzia Ferreira. Temos de acabar com toda forma de votação secreta, porque até no debate público as posições ficam mais explicitadas.

Um comentário também sobre algo que V. Exa. mencionou no início de seu discurso. Todos os três candidatos: Ivair, Doutor Viana – o escolhido, a quem parabenizamos - e V. Exa. participaram de uma disputa acirrada por méritos próprios e pelas decisões partidárias, não por influência de terceiros. Aliás, se fosse por influência de terceiros, diria que nunca vi governo perder indicação aqui dentro. Esse argumento foge de qualquer racionalidade. Não conheço candidato do governo que perdesse nesses 10 anos de Assembleia Legislativa. V. Exa. pode ter certeza de que o respeito somente cresceu durante o processo.

O Deputado Sebastião Costa – Agradeço ao Deputado André Quintão, amigo e companheiro da Comissão de Justiça. Peço desculpas ao Deputado Zé Maia, a quem queria conceder a palavra. Encerro minha participação dizendo: Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ontem pertence à história; o hoje me pertence; o futuro pertence a Deus.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* – Meu querido Deputado Sebastião Costa, quero dizer que uma batalha se faz, companheiro Deputado, de muitas lutas. Ontem V. Exa. fez um bom combate. Tenho certeza de que esta Casa estará apta, num primeiro momento, a fazer justiça à altura de sua capacidade. Parabenizo o Deputado Doutor Viana, assim como o Deputado Ivair Nogueira, e V. Exa., Deputado Sebastião Costa. Parabenizo-os pelo pleito.

Concedo 1 minuto ao Deputado Rômulo Viegas, que quer falar ao Deputado Sebastião Costa. Em seguida farei meu pronunciamento.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* – Obrigado, Deputada Liza Prado. Também queremos registrar nosso carinho e estima para com o Deputado Sebastião Costa, uma referência para todos nós, principalmente para os novatos. Cumprimento aos Deputados Ivair Nogueira, Doutor Viana e Sebastião Costa. Deputado Sebastião Costa, V. Exa. continuará sendo referência, como disse no início, para todos nós. Parabéns.

Obrigado, Deputada Liza Prado, pelo aparte.

A Deputada Liza Prado* – Quero fazer meu pronunciamento relativamente ao sindicato de transportes, para prestigiar quem transporta os valores e as riquezas deste país.

Estou assustada com as condições de trabalho dessa categoria em Minas Gerais. Neste momento, está havendo uma audiência pública na Comissão do Trabalho, em que se discutem as condições de trabalho dos motoristas e demais pessoas que trabalham no transporte. E fiquei assutada ao saber que não tem banheiro dentro daquele carro de transporte. Vocês sabiam disso? Não precisava haver, se a pessoa tivesse o direito de descer do carro e ir até um sanitário. Deputado Carlin Moura, quando um motorista vai transportar determinado valor, por exemplo, de Belo Horizonte para Uberlândia, ele gastará 8 horas. E ele não pode parar o carro por motivo de segurança. Sabem como eles utilizam o sanitário? Eles não o utilizam, têm de usar garrafas PET. Muitos estão com problemas gravíssimos, estão com doenças crônicas renais. Muitas pessoas estão tendo de fazer transfusão dos rins, estão fazendo hemodiálise, em razão das péssimas condições de trabalho. Fiquei assutada ao saber disso.

Deputado Tiago Ulisses, como pode acontecer isso com um setor que, cada vez mais, vem crescendo em nosso país? E agora parece que há uma monopolização porque a Prosegur, aquela empresa espanhola, detém quase 90% das empresas de transportes de valores



do Brasil. Além disso, agora são os trabalhadores da tesouraria que fazem a contagem dos valores dentro dos carros. Realmente, eles não têm condições de trabalho. Há um monopólio nesse setor e também uma tensão muito grande relacionada aos trabalhadores. Em contrapartida, há o esforço do sindicato, que luta por melhores condições de trabalho, até mesmo apresentando proposta de adaptação dos carros, para que esses trabalhadores possam ter suas condições de trabalho valorizadas. Além disso, Deputado Elismar Prado, V. Exa. acredita que, para esquentarem a comida, esses trabalhadores fazem igual à mamãe fazia quando morávamos na favela? Lá havia uma garrafinha de álcool, e ela fazia uma chaminé, quando faltava gás, para esquentar a comida. Não sei se V. Exa. se lembra disso. Imagine o acidente que isso pode causar dentro de um carro fechado! Ou seja, esses trabalhadores não têm sequer condições de parar para se alimentar direito. Mesmo que a viagem demore 8, 9 ou 12 horas, eles não podem parar. Então, é preciso dar condições a essas pessoas que trabalham nesses carros-fortes para que tenham condições de trabalho dignas e, principalmente, para que tenham respeitadas suas necessidades fisiológicas.

Deputado Rômulo Viegas, é um absurdo ainda haver trabalhadores vivendo em circunstâncias análogas àquelas em que viviam os escravos. Creio que a Comissão, juntamente com o Deputado Celinho do Sinttrocel e com o sindicato, tem feito um trabalho para valorizar quem transporta esses valores. Quero, aqui, defender esses vigilantes, que ficam horas e horas em pé, sujeitos a problemas seriíssimos de circulação e, às vezes, não têm sequer acesso aos equipamentos ergonômicos necessários ao bom desempenho de suas funções.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* – Muito obrigado, Deputada Liza Prado. Quero parabenizá-la por esse pronunciamento, bem como por ter recepcionado no auditório, hoje, na parte da manhã, o movimento de greve dos professores e funcionários das universidades federais do Brasil.

É bom trazer esse tema à pauta, porque, como eu disse da tribuna hoje pela manhã, muitas vezes fica parecendo que só Minas Gerais tem problemas. Vemos agora a maior paralisação das universidades federais dos últimos 10 anos, e isso faz os estudantes perderem formatura, emprego e cursos no exterior. Então, é o que disse no início. Não venho aqui fazer discursos demagógicos nem dizer que a Presidente Dilma não gosta de professor ou que o Governador da Bahia, Jaques Wagner, do PT, também não gosta de professor. Não faço isso.

Acredito que temos de mudar o modelo de distribuição de recursos arrecadados neste Brasil, para que Governadores e Prefeitos façam uma verdadeira gestão de qualidade. Assim, o governo federal poderá preocupar-se com a política internacional, com as nossas fronteiras e até mesmo com as universidades. Mas acredito também que a maior parte dos problemas da agenda da sociedade deveria ficar sob cuidados de Governadores e Prefeitos.

Então, hoje, pela manhã, ouvimos pronunciamentos claros dos professores questionando a carreira, a lamentável... (- É interrompido.)

A Deputada Liza Prado* – As condições de trabalho.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* – Justamente. Questionaram a questão de logística e infraestrutura. Expandiram demais, mas não se preocuparam com a reposição dos quadros, em dar melhores condições aos nossos alunos. Quem fala isso são os professores e o movimento de greve.

Quero parabenizar o Deputado Celinho do Sinttrocel e toda a Comissão do Trabalho desta Assembleia Legislativa por recebê-los. Aliás, eles vieram aqui de forma ordeira e respeitosa, pronunciaram-se e apresentaram ponderações e reclamações, mas em momento algum manifestaram-se de forma ofensiva a qualquer pessoa. Portanto, parabéns pelo pronunciamento.

A Deputada Liza Prado* – Agradeço-lhe, Deputado Rômulo. Temos de ser solidários com os professores da rede, tanto das universidades quanto dos centros tecnológicos, dos institutos. O sindicato e as instituições aqui presentes estão em greve há quase 60 dias, mas, infelizmente, um funcionário da Presidenta Dilma disse que não negocia com grevistas. Tenho certeza de que essa não é a posição da Presidenta, uma mulher que muito tem avançado. Mas, realmente, não podemos concordar com o fato de não negociar e deixar as universidades nessa situação.

Estive na audiência para prestar minha solidariedade aos professores, técnicos e profissionais que estão em greve há mais de 60 dias. Não há como deixar de lutar por melhores condições de trabalho. Aliás, uma das pessoas da UFMG questionava: como poderia dar uma boa aula se não havia sequer laboratório para sua turma, se não havia condições mínimas de trabalho?

Prof. Carlinhos, lá em Contagem é pior ainda: de 22 Funecs, a Prefeitura fechou 19. O povo vai votar agora; independentemente de quem for seu candidato, deve votar em quem fizer compromisso com a população de reabrir todas as Funecs. Deputado Rômulo, não podemos permitir que a escola fique sucateada. A Deputada Maria Tereza Lara sabe da situação, pois é uma lutadora. O Deputado André Quintão, como meu amigo de Betim, o Pinduca, também sabe como temos de lutar para que essa moçada não fique nas drogas. É fundamental que haja cursos especializados e um bom ensino. Portanto, as nossas universidades têm de contar com professores valorizados, e assim também a rede estadual.

Fomos lá prestar nossa solidariedade. Agora, prestamos solidariedade também a essa categoria de vigilantes de transporte de valores. Fico muito angustiada. Em Uberlândia, por exemplo, ocorreram 17 explosões. No Estado, em 2011, foram 34 ocorrências; agora, em 2012, já tivemos 73. Houve um aumento de 115% de explosões só de caixas eletrônicos do Estado. As cidades onde ocorreram mais explosões foram Belo Horizonte, com 39; em 2º lugar está Uberlândia, com 17; Contagem, com 15; e Betim, com 6. Já as saidinhas de banco: em 2011 foram 349; e em 2012, 322. Acredito que esse número seja bem maior porque na verdade há um sub-registro muito grande. Muitas vezes a ocorrência não é feita como se deveria, e muitos números são maquiados.

Temos de lutar por esses trabalhadores que ficam nos caixas eletrônicos e são vigias. Eles têm uma enorme carga de estresse, pois as condições de trabalho não são boas; ganham pouco e enfrentam situações violentas. E os professores também enfrentam a violência escolar ou mesmo a violência na porta da escola. Precisamos ter uma política que realmente valorize os trabalhadores, pois eles necessitam de condições decentes de trabalho.

No caso de Contagem, por exemplo, o professor fez concurso para trabalhar na Funec. Lá há cursos profissionalizantes de alto nível, reconhecidos. É um avanço o Município fazer 22 escolas de ensino profissionalizante, sendo que a obrigação seria do governo



do Estado. O Município recebeu prêmio; há orçamento próprio para isso; concurso público foi realizado, mas hoje os professores estão com depressão, estão fora da carreira, em disfunção. Percebemos que estamos vivendo neste mundo do trabalho em que há uma automação constante, mas os trabalhadores estão na penúria.

A tecnologia deve estar a serviço das pessoas, oferecer condições decentes que facilitem a vida, diminuam a carga horária, melhorem as condições para que haja trabalho para todos, a fim de que as pessoas possam cuidar de suas vidas. Percebemos que as pessoas não querem ter caixas eletrônicos nos comércios. Os bancos só querem o lucro, o filé, e passam serviços às lotéricas sem oferecer a segurança necessária, o que gera a terceirização, a criação do transporte de valores. Mas não dão condições aos vigilantes de prestarem um bom serviço. Vivemos uma onda de violência. Temos de trabalhar para combater a pobreza, oferecer condições de trabalho. A violência não está acabando, mas podemos reduzi-la adotando algumas medidas, tais como melhorar as condições de trabalho, vigiar melhor as nossas fronteiras, evitar a entrada de armas e drogas e o ataque a caixas eletrônicos. Estão vendendo dinamite na divisa do Brasil. Estivemos com o Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, que nos disse que, ao atravessar a ponte, você pode comprar dinamite com facilidade. Nada é escondido, pois não há fiscalização.

Vivemos num mundo onde as condições de trabalho estão precarizadas. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. conta com o apoio dos policiais – temos amigos policiais civis e militares e Agentes Penitenciários – e sabe que suas condições de trabalho são bastante estressantes. A Polícia Rodoviária Federal precisa aumentar o seu número de efetivos, porque não consegue trabalhar como deveria. Então precisamos dar condições de trabalho, precisamos aumentar o número de efetivos da Polícia Civil. É uma questão emocional, é difícil mexer com a vida. Precisamos melhorar as condições de trabalho dos professores que estão em greve há mais de 60 dias, dos vigilantes de transporte de valores, dos trabalhadores da tesouraria que recebem salário de fome, de quem transporta os valores dos bancos, que só visam ao lucro e, na verdade, não oferecem segurança às casas lotéricas, não dão condições de trabalho aos funcionários. Precisamos adotar medidas rígidas. A população tem esta Casa para usar o microfone, que deve servir para dar visibilidade às condições de trabalho, mostrar as condições da educação e de vida do nosso povo. A comissão tem colaborado para melhorar a qualidade de vida, para ajudar o sindicato, as instituições.

Temos 853 Municípios, mas somente 400 possuem delegacia de Polícia Civil. Os Delegados precisam fazer plantão. Em Uberlândia, se não fosse o apoio da Prefeitura agora, não haveria espaço para fazer plantão. Como trabalhar em condições degradantes como a da polícia, que não tem Escrivães suficientes, não tem condições para prestar o serviço. E a violência está aumentando. Citei o exemplo da saidinha de banco e dos caixas eletrônicos, mas o índice de homicídios em Uberlândia e na região do Triângulo aumentou assustadoramente. É preciso oferecer condições, tomar medidas que nos permitam enfrentar o problema de frente. Esta Casa já realizou seminário sobre a segurança, já ouviu as polícias e as pessoas envolvidas nessa área. Sabemos, pois, exatamente o que tem de ser feito. De fato, devemos utilizar a tribuna constantemente, como ferrinho de dentista, ser firmes na defesa dos direitos dos trabalhadores e da melhoria da qualidade de vida do nosso povo, oferecer facilidade para que possa viver melhor. Deputado Rômulo, penso que é possível ter melhores condições de trabalho. É preciso ajudar os trabalhadores a se organizarem, a fim de evitar esse sofrimento. Citei o exemplo de um motorista de tesouraria que transporta a riqueza dos bancos e não tem condições mínimas sequer de ir ao banheiro. Então que seja instalado banheiro nos ônibus. A obrigação do Ministério do Trabalho é fazer isso. Estamos enviando um documento ao Ministério Público do Trabalho. Onde estão as condições de trabalho das pessoas? Apreendam os carros, não deixem que saiam sem adaptações. A fiscalização deve ser rígida. Não há banheiro, não há condições para arrumar comida? Sem chance. Não pode rodar por aí.

O Brasil precisa respeitar as leis. É preciso firmeza, e para isso é preciso também que o servidor seja valorizado, que tenha condições de trabalho.

Quero encerrar dizendo que somos solidários com os professores, com os que estão em greve na rede federal há mais de 60 dias e com os vigilantes, que estão presentes nesta Casa hoje.

Deixo aqui um abraço ao Deputado Sebastião Costa, meu amigo. Deputado Sebastião Costa, que Deus ilumine seu caminho e que o senhor continue sendo essa pessoa humilde, abençoada por Deus, esse colega que todos adoram e admiram. O Deputado Doutor Viana foi eleito justamente por essas características – ele está há mais tempo aqui. Tenho certeza de que a sua vez chegará, e quero estar aqui para colaborar com esse momento, vê-lo realmente ocupando um cargo a que merecidamente o senhor tem direito. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de subir à tribuna na data de hoje para prestar uma homenagem muito sincera a um ser humano que foi e continua sendo uma grande referência política para boa parte dos militantes da esquerda em Minas Gerais. Há 80 anos, nasceu, na cidade de Carmópolis de Minas, o nosso querido Dr. Célio de Castro, que hoje completaria 80 anos de vida. Ele foi um grande militante político, um excepcional médico e teve oportunidade também de, além de exercer com dignidade e competência sua profissão, nos períodos mais difíceis vividos pelo Brasil, no período da ditadura, organizar e fortalecer o sindicato dos médicos e o sindicalismo combativo, desatrelado da estrutura governamental, unindo outros sindicatos num momento histórico muito importante. Célio de Castro foi eleito Deputado Federal por dois mandatos: Deputado Federal constituinte, constituinte nota 10, e depois Líder do PSB na Câmara dos Deputados. Em 1992, num gesto de desprendimento, concorreu a Vice-Prefeito na chapa do então Vereador Patrus Ananias. Foi eleito, abriu mão do seu mandato exemplar na Câmara dos Deputados, caminhou ombro a ombro com o Prefeito Patrus Ananias, foi Secretário de Desenvolvimento Social por um bom período. Depois, na sucessão, disputou a Prefeitura, ganhou a eleição e foi reeleito. Por um acaso e por obra do destino, Célio de Castro, no exercício de seu segundo mandato, sofreu um AVC que o debilitou muito nos anos seguintes e que o fez até sair da atividade política regular. Ele veio a falecer em 2008.

Faço aqui esta homenagem, porque o Célio de Castro humanista é o exemplo da boa política. Um homem que, mesmo tendo ocupado todos esses cargos públicos e tendo sido - o Deputado Mosconi, que é da área, talvez saiba disso - talvez o médico mais reconhecido em Belo Horizonte, como Vice-Prefeito não abriu mão da sua atividade profissional, obviamente com um tempo reduzido. Mesmo com esse reconhecimento como médico e com todos os cargos públicos que ocupou, ele continuou com um



patrimônio absolutamente permanente. Homem austero, que serviu de exemplo de como deve ser um político, que deve servir, e não ser servido ou se apropriar do exercício da política.

Assim, nesta data, 11 de julho, cumprimento todos os familiares do querido Célio de Castro. Foi grande sua obra e seu exemplo.

Antes de conceder apertes, quero compartilhar um episódio que poucos conhecem, para demonstrar, Deputado Carlin Moura, a grandeza do nosso querido Célio de Castro. Ele era Secretário de Desenvolvimento Social do governo Patrus e Vice-Prefeito. Eu era Chefe de Gabinete do Patrus. O Célio resolveu, pelas demandas, pela importância daquele momento, dedicar-se somente ao cargo de Vice-Prefeito, por sua capacidade, inclusive, de compartilhamento das principais decisões. O Célio era do PSB. Quando foi discutir isso com o Prefeito Patrus, comunicou que estava achando melhor aquele caminho. Perguntaram-lhe quem o PSB, como é natural de uma coligação, indicaria para ocupar aquele espaço. Ele disse para o Prefeito Patrus que essa área social era tão importante que fazia questão de discutir aquela indicação com a equipe que lá estava. Até para espanto nosso, pela questão partidária, ele sugeriu ao Patrus que eu fosse indicado para aquela Secretaria.

Então todo o caminho que percorri depois, como Secretário, como Vereador e hoje como Deputado, devo muito ao Célio de Castro, uma pessoa ímpar, de uma retidão, de uma honestidade sem igual. Foi uma pessoa que nunca vi levantar a voz. Nunca o ouvi, repito, levantar a voz; pelo contrário, a serenidade era a sua marca registrada.

Concedo aparte ao Deputado Carlin Moura e, em seguida, ao Deputado Carlos Mosconi, que foi, inclusive, seu colega na Constituinte e colega de partido. Depois do PMDB, ajudou na fundação do PSDB, indo para o PSB e concluindo sua vida política no PT, com muito orgulho para nós.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* – Ilustre Deputado André Quintão, queremos também compartilhar desse momento de homenagem dos 80 anos de nascimento do saudoso Célio de Castro, o Doutor Beagá.

No período de militância do histórico MDB, fazia parte na verdade do grupo do PCdoB, partido comunista, que atuava na frente democrática constituída pelo MDB. O Célio de Castro sempre teve essa marca da presença junto à população mais carente. Lembrome, perfeitamente, de quando o Dr. Célio, ainda como médico do antigo Inamps, atendia ao lado da minha casa, no Bairro Amazonas. Ao atender à população, nunca se esquecia da valorização, da consciência e da formação política das pessoas. Não é à toa que foi um homem que entrou para a história da política brasileira, especialmente da história política de Belo Horizonte.

Dr. Célio esteve acima dos partidos políticos. Foi um exemplo do que é ser companheiro de chapa, um Vice-Prefeito que sempre esteve ao lado do titular, à época o grande Prefeito Patrus Ananias. Com sua altivez, seu discurso politizado e a política de alto nível que sempre trouxe em si, disputou e ganhou a Prefeitura de Belo Horizonte, sucedendo o Prefeito Patrus Ananias, tendo os interesses públicos de Belo Horizonte sempre em primeiro plano.

Portanto, felicito V. Exa. por essa importante lembrança e aproveito para mandar um abraço a todos os familiares do Dr. Célio, especialmente a seu filho, Rodrigo de Castro, e a seu irmão, Nilmar, nosso vizinho no Bairro Industrial, aonde, aliás, o Dr. Célio sempre gostou de ir, fazendo visitas à Vila da Paz, assim como visitava o Bairro Amazonas. Dr. Célio é, para todos nós, um exemplo de homem que abraça a política em seu conceito mais humanitário e positivo. Nosso abraço a todos os seus familiares e parabéns a V. Exa. por essa importante homenagem ao Doutor Beagá.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* – Caro Deputado André Quintão, parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento que faz em homenagem ao saudoso Célio de Castro, com quem convivi muito: tivemos grande convivência em Brasília, onde fomos colegas na Constituinte, e, depois disso, por toda a vida. Sou um grande admirador do médico, do ser humano e do político Célio de Castro, uma dessas pessoas cuja imagem vai ficar para sempre. Era uma pessoa marcante e extremamente gentil; um homem muito educado e ponderado. Muito simples em seu modo de ser, era também muito profundo em suas reflexões e ações. Sem nunca levantar a voz, como lembrou V. Exa., era maneiro e ponderado; um mineiro, na boa acepção da palavra. Também era um homem muito culto, que sabia muita coisa e lia demais, mas que não se sentia superior a ninguém. Lembro-me de que, no auge dos debates que travamos na Constituinte, ele sempre tinha uma palavra ponderada e muito adequada, muito apropriada ao momento. Tinha uma posição ideológica definida, mas não gostava de preponderar sobre os outros, mesmo em razão dessa posição; ao contrário, sempre tinha uma argumentação bastante correta, oportuna e lógica, e era assim que queria fazer prevalecer a sua posição.

Em toda a minha vida tenho convivido com muitos políticos, mas o Deputado Célio de Castro foi um dos homens que me marcou com uma convivência extremamente positiva. Algumas pessoas têm tal postura de dignidade, inteligência, simplicidade e profundidade que podemos dizer que elas encontraram a sua verdade. São pessoas que não vivem em conflito com nada, porque têm em si uma convicção e não pretendem que ela prevaleça sobre convicções alheias. Elas têm em si, ou melhor, carregam consigo essa verdade. O Deputado Célio de Castro, meu amigo Célio de Castro, com que convivi durante tanto tempo em Brasília – e que será homenagem em um belíssimo livro, cujo lançamento será hoje e a que compareceremos -, foi uma dessas pessoas: um homem que carregou consigo a sua verdade. Parabênizo V. Exa. por esse pronunciamento e envio também as minhas saudações aos familiares de Célio: à Ana Paula, sua filha mais nova, de quem sou padrinho de casamento; à Adriana, ao Rodrigo e à Marcela. Meu abraço a todos eles e meus cumprimentos a V. Exa. pelo pronunciamento tão oportuno que faz da tribuna.

O Deputado André Quintão* – Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Costumo dizer que fomos felizes por termos tido a oportunidade de conviver com o Dr. Célio de Castro. Nos momentos mais difíceis, a voz do então Vice-Prefeito Célio de Castro era a voz da ponderação, era a voz do caminho ao diálogo. Tenho certeza, Deputado Carlos Mosconi, que, se não tivesse havido aquela ocorrência do AVC com o Dr. Célio, com certeza poderíamos ter convivido com o Célio de Castro Governador, com o Célio de Castro Vice-Presidente da República e com o Célio de Castro Presidente da República, porque ele estava, pelas suas virtudes, construindo um caminho, uma projeção à altura daquilo que ele já então representava. Infelizmente, porém, não controlamos tudo em nossa vida.

A figura do Célio, o exemplo do Célio ficou para todos nós Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria que constasse nos anais da Casa esse dia de hoje, essa homenagem da Assembleia Legislativa ao querido Dr. BH, ao querido e sempre presente Célio de Castro.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vale ressaltar que ontem a Assembleia votou vários projetos importantes. À noite houve a disputa da escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas. Quero aqui parabenizar a cada um dos que disputaram, o Deputado Ivair Nogueira o Deputado Sebastião Costa e o Deputado Doutor Viana, que venceu, a quem desejo sucesso, e que ele possa, de fato, representar os anseios não só desta Casa, mas do povo mineiro que vê, naquela instituição, uma instituição séria, capaz de colocar regras e acompanhar as contas públicas do nosso Estado. Quero parabenizar o Deputado Doutor Viana, assim como o Deputado Ivair Nogueira, que lutou, buscou e nos representou. Quero dizer ao nosso amigo Deputado Sebastião Costa que ele disputou de cabeça erguida, que a forma como ele superou e a imagem que ele passou para todos nós ficarão registradas aqui, na Casa, como uma forma bonita que ele foi capaz de apresentar.

O Deputado André Quintão me antecedeu e eu quero também registrar o momento importante de lembrar os 80 anos desse grande homem, dessa grande pessoa, desse humanista, socialista Célio de Castro, que tanto BH conhece.

Sr. Presidente, faço questão de aproveitar a oportunidade deste momento para registrar que as votações realizadas no dia de ontem, a meu ver, marcaram, de forma muito particular, a minha atuação perante o momento que a Assembleia vive. Votamos projetos importantes, como o Projeto de Lei que criou o Fecafé. Quero aqui deixar registrado que o Fundo Estadual do Café era uma luta antiga do setor cafeeiro e que ontem teve sua votação final. Aguardamos agora a publicação desse importante projeto, que dará suporte fundamental para o setor cafeeiro, para o desenvolvimento dessa área. Tenho certeza de que, ao apoiar o setor, estamos apoiando mais da metade dos Municípios em Minas Gerais. Dos 853 Municípios, 600 Municípios em Minas Gerais têm como fator econômico importante a produção de café. Desses 600 Municípios, os que têm o café como principal fator econômico têm um dos melhores IDHs de Minas Gerais. Ou seja, mostram que o café não é somente um fator de desenvolvimento econômico, mas também social, porque gera emprego, distribui renda e garante qualidade de vida.

Então queria registrar essa questão da aprovação do Fecafé, porque não tenho dúvida da importância que ela tem para o desenvolvimento, o apoio e o suporte do setor cafeeiro em Minas Gerais.

E, de forma muito especial e particular, quero mais uma vez registrar e agradecer o apoio de todos os Deputados e Deputadas, que, na apresentação da PEC nº 8, compreenderam o clamor da população, por meio da mídia, e a importância da Assembleia sinalizar para a sociedade mineira e brasileira que está em sintonia com a moralidade e com a eficiência do gasto público, acabando com o chamado mandato tampão. Aprovamos, em 1º turno e em 2º turno, e podemos hoje ver, em toda a mídia nacional, o quanto esse tema tem o respaldo da sociedade, Presidente, nas redes sociais, nos “sites” de diversos jornais, nos jornais impressos, em diversas rádios, na TV. Em quantos meios de comunicação tive oportunidade de dar entrevista. Quando não pude dar entrevista diretamente, pude ver a matéria publicada e estampada na capa dos jornais “Estado de Minas”, “Hoje em Dia”, “Metro”, “O Tempo”, na revista “Veja”, enfim, em vários jornais, em vários “sites”, mostrando para o povo mineiro o quanto a Assembleia Legislativa, a nossa Casa, está em sintonia com a preocupação de diminuir os gastos. E a Assembleia, há pouco tempo, foi questionada por ser talvez a mais cara do Brasil. Mas o mesmo jornalista que esteve aqui fazendo essa matéria não teve o interesse de buscar saber o porquê disso, a capacidade técnica, os profissionais envolvidos em tantas matérias nesta Casa, que dão condição não só de promover isso, mas de fazer desta Casa uma das principais casas legislativas, de referência nacional. Essa matéria que ora aprovamos, e será publicada nas próximas semanas, fez com que Minas Gerais se tornasse a primeira Assembleia Legislativa do Brasil a acabar com esse gasto desnecessário, com essa ação quase que imoral, porque não se justificava gastar esses recursos num período em que não há atividade parlamentar. Hoje a Assembleia não só acaba com isso em Minas Gerais, como sinaliza para todo o Brasil, um exemplo nacional.

Ontem, em conversa com o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, ele confirmou que iremos, junto com os demais Deputados que se mobilizam em torno disso, ao Deputado Federal Marco Maia, Presidente do Congresso, levar a nossa Constituição, com essa emenda, de forma muito particular. Esse é um exemplo de Minas Gerais para, quem sabe, ser seguido em todo o Brasil, mudando a Constituição Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de estender a minha fala um pouco mais. Fica aqui um registro importante. Tivemos oportunidade de votar diversas matérias neste semestre, mas ontem, de forma particular, foram votadas matérias que referendam o trabalho importante desta Casa e de todos os parlamentares, matérias nas quais acreditamos e tivemos oportunidade de aprovar. Muito obrigado e parabéns. A Assembleia, mais uma vez, torna-se pioneira numa ação importante de moralização, eficiência e economia com os gastos públicos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos discutindo ainda – iniciamos esta discussão na parte da manhã - o projeto de lei que altera o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – Find. Fiz uma justificativa da aprovação do projeto. Mas quero, neste momento, dizer que duas negociações, que dizem respeito ao interesse de Minas Gerais, mas não são projetos de lei da Assembleia Legislativa, também estão em processo de encaminhamento e discussão, do qual a Assembleia tem participado. Essas negociações são, em especial, de interesse da bancada da Oposição, da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Nós ainda procuramos uma solução em relação a essas duas negociações que irei apresentar.

Uma delas se refere ao movimento grevista na saúde. Estamos buscando algum tipo de negociação para que a greve obtenha vitória e os trabalhadores tenham sucesso no retorno às atividades, bem como para que os pacientes, nos hospitais, possam ver retomada a normalidade do atendimento à saúde pública. A segunda se refere a demissões que ocorreram na Cemig, em especial quatro demissões que consideramos terem um forte caráter antissindical, portanto, um caráter político - não político-partidário, mas um caráter político nas demissões. Esses dois assuntos são importantes para que, resolvidos, fechemos a pauta não apenas de hoje, a qual praticamente já finalizamos, mas especialmente a pauta de amanhã, quando votaremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para fecharmos este semestre e entrarmos em recesso parlamentar.

Deputado Rômulo Viegas, muitos não entendem o recesso parlamentar. Não se trata de férias do parlamentar. O parlamentar que considera o recesso férias normalmente não volta no outro mandato. Ele fica achando que o recesso são férias dele. Então, às vezes, somos pouco compreendidos quanto ao recesso parlamentar. Especialmente agora teremos muito trabalho em nossas bases, pois é um



ano de disputa eleitoral, e vamos falar de programas, vamos fortalecer os partidos políticos. Enfim, isso faz parte do processo democrático, muitas vezes pouco entendido por setores da mídia, que confundem esse trabalho parlamentar com simples férias. Então, para que possamos sair tranquilos para o nosso recesso parlamentar, dependemos ainda de solução para essas duas questões.

No caso da saúde, o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde, junto com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, tem feito esforços – agradecemos-lhe o esforço – ao procurar, junto com o governo e ao movimento grevista, um diálogo que possa colocar um bom termo à greve que já dura mais de 30 dias no sistema de saúde pública em Minas Gerais. Estamos esperando a direção do movimento, em conversa com o governo, apresentar-nos uma boa proposta de negociação para terminar a greve e retornar ao serviço público. É claro que isso tem a ver com a Assembleia Legislativa, porque são movimentos sociais emergentes e também porque são setores fundamentais, como a saúde pública. Desse modo, não podemos simplesmente, Deputado Alencar da Silveira Jr., sair de recesso e fingir que não está acontecendo nada no Estado de Minas Gerais, com uma greve como essa do sistema de saúde. Esse é um dos assuntos.

Outro assunto é o caso da Cemig. Quanto a isso, li, da tribuna, a carta de uma das companheiras que foi demitida da Companhia. Quatro servidores da Cemig foram demitidos, todos com tempo de serviço superior a 20 anos, e as demissões se deram, segundo a Cemig, por indisciplina no trabalho.

Mas nada sobre essa indisciplina nos foi mostrado para que soubéssemos de que tipo foi. Tanto que não foi por justa causa: eles foram demitidos sem justa causa. Não foi estabelecido nenhum motivo ou falta grave que esses servidores teriam cometido. Isso não nos foi apresentado.

Foi feita uma comissão de Deputados desde o início. Conversei duas vezes com o Presidente da Cemig, o Deputado Rômulo Viegas esteve comigo, e todos os Líderes, do Governo e da Oposição – aliás, o Deputado Bonifácio Mourão como Líder do Governo –, assinaram o pedido para que se revogassem essas demissões. O Deputado Rômulo Viegas esteve comigo para a entrega desse documento, mas, infelizmente, o Presidente da Cemig tem mantido uma postura, no meu entender, muito dura frente a esses servidores, não voltando atrás no processo demissionário.

Chegamos até a sugerir a ele que esse processo de punição por demissão fosse substituído por outra punição, se é que ele julga que houve algum fato grave, mas que isso não levasse à demissão dos servidores que estão lá há 20 anos - um deles tem 29 anos de serviço na Cemig. Infelizmente, até agora não obtivemos sucesso. Fizemos ontem uma outra comissão; o Deputado Pompílio Canavez, pela nossa Bancada, e o Deputado Gustavo Valadares, do PSD, farão parte dessa comissão, tentando uma negociação com o Dr. Djalma, Presidente da Cemig.

Ainda sobre isso, eu queria fazer um apelo ao Governador do Estado. Acho que esse caso está agora nas mãos do Governador: a ele cabe uma definição, se vai ou não manter essa punição de demissões. É grave o fato porque são servidores concursados. Mais grave ainda, Deputado Adelmo Carneiro Leão, porque são servidores concursados que fazem parte de Cipa, tendo, portanto, estabilidade garantida por lei. Alguns foram sindicalistas. Então, trata-se de uma prática antissindical e, no meu entender, com sentido político equivocado de se punirem servidores que não comungam exatamente com o pensamento da diretoria da empresa. Ora, se cometeram algum ato de insubordinação, e esse ato não foi explicitado, eles não podem simplesmente ser punidos sem que ninguém saiba o motivo. Repito, são sindicalistas e “cipeiros”, têm estabilidade garantida no emprego.

Esses dois fatos não estão ainda completamente resolvidos. Temos ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - a ser votada, e eu queria dar um recado claro à base do governo, até para depois não dizerem que a Bancada do PT agiu por debaixo do pano, sem avisar absolutamente nada. Esses dois casos precisam ser resolvidos. Não temos ainda uma definição de aprovação da LDO e dos demais projetos que irão para a pauta amanhã sem que haja uma definição, a bom termo, dessas duas questões que estamos levantando, que são para nós fundamentais: a defesa do direito de organização sindical e a defesa da saúde pública. Falo não apenas em meu nome. O Deputado Adelmo Carneiro Leão já explicitou ao Líder Deputado Bonifácio Mourão que estamos dispostos, amanhã, a fazer uma discussão da LDO, colocar o tempo necessário de discussão no Plenário e, se preciso, efetivar algum tipo de obstrução. Não temos compromisso da votação amanhã, de imediato, dessa forma. Então, Deputado Adelmo Carneiro Leão, coloco isso de maneira muito clara para que os Deputados não achem que já está tudo resolvido e que faremos essa votação.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. tinha-me pedido um aparte, Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - É só para comunicar a esta Casa que nós, da Assembleia Legislativa, tivemos mais uma vitória, agora em relação às sacolinhas, ao abuso que estava sendo praticado pelos donos de supermercados, de padarias, com a venda de sacolas. Compravam a sacola a R\$0,08 e vendiam a R\$0,19, e ninguém pegava, Deputado Adelmo Carneiro Leão, R\$0,01 de troco. Deputado Rogério Correia, ontem foi o prazo final para a justificação dos proprietários de supermercados, para a Amis, e já sabemos do relatório dado pelo Ministério Público. O Ministério Público acatou a nossa solicitação de rever isso e suspenderá, na próxima sexta-feira, a venda de sacolinhas nos supermercados. É a vitória, Deputado Antônio Júlio, uma vitória, sem dúvida alguma, da população. Então, a partir de sexta-feira, pararão a venda de sacolas nos supermercados e terão de dá-las de graça. São 90 dias para assinarem o termo de conduta.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado Alencar, repete por favor. Foi vitorioso. Então, terão de repassar gratuitamente.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Perfeitamente. Vai paralisar a venda. Estamos falando disso, aqui, estamos brigando, Deputado Rogério, há sete meses. Um dono de supermercado até disse: “Deputado, posso até ajudá-lo em sua campanha eleitoral”. Muito obrigado, não preciso disso, graças a Deus. Então, isso demonstra que esta Casa dá resultado, Deputado Rogério. Tenho certeza de que teremos.

Temos uma responsabilidade: nos próximos três meses, será assinado o termo de ajustamento de conduta - TAC -, e temos de elaborar uma lei para Minas Gerais, a fim de que o Ministério Público não fique apenas com o TAC. Assim, vamos poder sentar e discutir com seriedade. Os supermercados vão dar, durante seis meses, um ano, ou vão fazer como na Europa, vão vender uma sacola retornável com garantia? Uma sacola, para quando a minha esposa, a sua esposa, a Cassandra forem ao supermercado fazer compras.



Vão comprá-la para levar a mercadoria para casa, sabendo que, quando a sacola estragar, vão chegar lá e pedir outra. Na Europa é desse jeito, no Primeiro Mundo é desse jeito.

Uma outra coisa, faturaram R\$8.000.000,00, nos últimos 12 meses, com a lei da sacolinha. Então, estava na hora de o Ministério Público pedir esse dinheiro para construirmos uma usina de reciclagem dessas sacolas. As sacolas biodegradáveis, de compostagem que forem jogadas no lixão prejudicam a natureza do mesmo jeito. Pensamos que estivéssemos fazendo bem comprando uma sacolinha biodegradável e jogando no lixo, mas era uma sacolinha biodegradável falsificada. Foi constatado pelos professores que estiveram aqui que essas sacolinhas biodegradáveis jogadas no lixo prejudicam a natureza. Essa é uma vitória desta Casa, no encerramento do semestre, antes do recesso parlamentar. Fizemos várias coisas neste semestre. Uma delas foi conseguir que o Ministério Público fizesse o mesmo que foi feito em São Paulo: reverter a situação. Isso demorou muito. Disse que havia frouxidão nessa situação, e havia mesmo. Mas, agora, tenho certeza de que não vamos mais deixar correr solto. Em agosto, vamos fazer um projeto e ouviremos toda a comunidade. Deputado Rogério, sou favorável ao meio ambiente, como também V. Exa. e esta Casa. Não podemos aceitar o pretexto de ganhar dinheiro para ajudar o meio ambiente, vendendo sacolinhas com 110% de lucro. Obrigado, Deputado Rogério Correia. Parabéns!

O Deputado Rogério Correia* – Muito obrigado, Deputado Alencar. Gostaria de parabenizá-lo por ter trazido esse assunto, não só para comemorar a vitória, mas também pelo que V. Exa. disse, que chegaram até a oferecer algum dinheiro para a sua campanha futura. Mas V. Exa. permaneceu firme no propósito da defesa do cidadão. Gostaria de parabenizá-lo por isso também. Eles fazem um sinal de igualdade, como se todos que estão no parlamento, todos os partidos e políticos fossem sem ética. Isso tem se transformado em um costume de ataque. Hoje, vimos a cassação, no Senado, do Demóstenes Torres, que foi cassado por ter uma relação com o jogo do bicho, bicheiros, com o tal do Cachoeira, com compra de votos. Ele era mais um despachante do Cachoeira, que era bicheiro e estava envolvido com jogos ilícitos. Evidentemente, não podemos ter essa imagem do parlamento.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. V. Exa. está abordando a questão da greve da saúde. Gostaria apenas de trazer informações. Realmente, temos trabalhado essa questão, eu e o Deputado Adelmo Carneiro Leão com o pessoal da direção do Sindicato da saúde e com o governo. Posso dizer a V. Exa. que as coisas caminharam muito razoavelmente, tanto que todas as solicitações feitas pelo movimento foram aceitas pelo governo. Sem nenhuma exceção, todas as solicitações feitas foram aceitas pelo governo.

Neste momento final, meu caro Deputado Rogério Correia, há apenas uma questão da formalidade para a definição do final da greve, do texto final, da redação final e do acordo final no papel, porque não há mais nenhuma pendência a ser discutida. Agora eles estão na Secretaria de Saúde, e fizemos o contato final com todos e com o Secretário de Saúde, enfim, com o governo, no começo da tarde. Saíram daqui em direção à Secretaria de Saúde para formalização definitiva do acordo. Tenho a impressão de que não haverá nenhuma dificuldade, pois não há pendência.

Acho que o Sindicato se precipitou um pouco no início da greve. Talvez essa greve não se justificasse, uma vez que o governo nunca se negou a buscar o entendimento com o Sindicato. Mas houve a greve, e é um direito que eles têm, não se discute. Felizmente, a coisa está caminhando para um desfecho bastante razoável.

Meu caro Deputado Rogério, quero louvar a atitude, a compreensão do governo porque, num momento de crise que vivemos no País e no mundo, o governo está concedendo aos servidores da saúde reajuste da ordem de 60% do seu salário. Parece que isso é algo inusitado no Brasil hoje. Devemos ter esse reconhecimento porque é uma verdade. Os próprios funcionários, servidores da saúde estão reconhecendo muito essa situação, meu caro Deputado, porque chegou-se a uma posição que é a pretendida por eles. Queria apenas trazer essa informação, mostrando que a impressão que temos é que a coisa se encerra hoje. Amanhã poderemos votar isso sem nenhum problema. Se a formalização ainda não for encerrada definitivamente, é um detalhe que poderá ser feito hoje ou amanhã de manhã, mas não há mais dúvida quanto ao mérito da greve. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia* – Obrigado, Deputado Mosconi, a quem novamente agradeço a intermediação que tem feito junto ao governo. O Deputado Adelmo também tem feito a interligação junto ao movimento. Tomara que até amanhã tenhamos boas notícias desse processo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, nosso Líder, quero cumprimentá-lo porque sua atuação, principalmente em relação ao apoio aos movimentos sociais, aos sindicatos nesta Casa tem sido fundamental. V. Exa. tem tido uma voz, que é a sua voz, além da de outros Deputados, muito importante. Como Líder do nosso partido e como mandato do Deputado Rogério Correia, tem priorizado a organização dos trabalhadores, tem conseguido muitos avanços e tem sido essa voz de intermediação junto a outros Deputados para resolver os impasses. Queria cumprimentar também os servidores da saúde, os trabalhadores da saúde que estão se organizando nesta Casa. Felizmente, agora vislumbram uma saída para o impasse. Em termos de saúde, o Deputado Adelmo também tem sido incansável batalhador para que a saúde pública tenha verdadeira qualidade.

Deputado Rogério Correia, encerrando, quero lembrar também a questão dos trabalhadores da Cemig, pois, como V. Exa. disse, Presidentes de Cipa, juridicamente, legalmente, essas pessoas não podem ser demitidas. Estamos em um Estado de Direito e não podemos permitir que haja ditadura. Se descumprirmos a lei, estaremos permitindo que o sistema de governo não seja democrático, mas de ditadura. Então ninguém desta Casa, nenhum dos 77 Deputados pode permitir isso. V. Exa. tem colocado isso muito bem. Não podemos permitir isso de forma alguma. Se podemos descumprir uma lei, podemos descumprir qualquer outra. Lei é lei e deve ser cumprida. Se alguma lei não for benéfica, então que se mude a lei, mas não podemos defender uma anarquia nem muito menos uma ditadura. Estamos em um Estado Democrático de Direito, e, com todas as dificuldades, é o sistema de governo que realmente mais tem propiciado garantia de direitos, de avanços e de organização da sociedade. Gostaria que isso ficasse registrado nesta Casa.

Mais uma vez, veremos no Orçamento a questão da legislação, pois os 25% da educação e os 12% da saúde já são lei.



Então, não podemos infringir a lei de forma alguma, e temos que encontrar alternativas. Se o Estado está com problemas, que se cortem outros gastos, outras rubricas, mas de forma alguma podemos deixar de cumprir os 25% previstos para a educação e os 12%, para a saúde. Cumprimento V. Exa.

O Deputado Rogério Correia* – Obrigado. V. Exa. citou os movimentos sindical e social e a nossa relação com eles, buscando sempre trazer para o Parlamento as reivindicações que vêm de fora e do movimento organizado. E hoje, o Deputado André Quintão fez uma homenagem ao ex-Prefeito e ex-Deputado Federal Célio de Castro, a quem também quero prestar homenagem, por seu trabalho como médico, como parlamentar e combatente do regime militar. Entre tantos outros fatos, lembro-me de dois que me emocionam muito.

O primeiro, ao qual me referi pela manhã, é que o Prefeito Célio de Castro foi responsável por implantar o Bolsa-Escola em Belo Horizonte. Ele sempre foi muito próximo dos mais pobres, e era uma época em que não tínhamos políticas públicas no Brasil, no governo de Fernando Henrique, quando estava no auge, no País e no mundo, o neoliberalismo. Tudo era para o mercado, nada de social se implementava por meio de políticas de Estado. O Célio de Castro implementou o Bolsa-Escola, a partir da lei assinada pelo Patrus, uma lei de minha autoria na Câmara. Eu fiz a lei, o Patrus a assinou e o Célio de Castro a implementou, concedendo, inicialmente 200 bolsas em cada regional de Belo Horizonte, somando 1.800 bolsas. Ele gostou tanto, que no mesmo ano em que tinha destinado recursos para 1.800 bolsas, implementou quase 4.000, e progressivamente foi pagando um salário mínimo para cada pessoa que tinha esse direito. Repito, no momento em que no Brasil não havia ajuda nenhuma do governo federal para implementação de políticas sociais. Isso mostra a proximidade do Célio dos mais pobres.

A outra lembrança dele é como médico. Ele foi médico de várias pessoas famosas, de outras mais pobres, era o Doutor Beagá. E foi médico do Hélio Garcia, quando era Governador de Minas, e o Célio, Deputado Federal. Na época, eu era do Sind-UTE, e fizemos uma greve dos professores, da qual eu era dirigente, e nada fazia com que o Hélio Garcia recebesse os professores. Já tínhamos feito manifestação no Mangabeiras, na frente da casa do Governador, um café da manhã, em que os professores levaram chá de boldo, “Acorda, Hélio”, mas nada fazia com que o Governador recebesse os professores. Só houve uma pessoa a quem o Hélio recebeu: o Dr. Célio. Ele saiu de Brasília, como Deputado Federal, baixou no Palácio e disse que queria ser recebido. Ele era médico do Hélio Garcia, e o Governador não teve como negar esse pedido. Só aí, depois de uma greve que já durava mais de 60 dias, conseguimos abrir uma negociação. Então, entre outras dimensões, o Célio de Castro representava, no Parlamento, o que os movimentos de rua e sociais reivindicavam.

E é também papel do parlamentar trazer para cá as reivindicações e dar suporte às lutas que são justas, como é o caso da luta pela educação. Muita gente estranha o fato de os Deputados fazerem obstrução na Assembleia. O que tem a ver o Deputado Adelmo dizer que a Assembleia não vai andar, se a greve da saúde não for resolvida? Tem muito a ver, porque, quando o Adelmo foi eleito, ele tinha, e mantém até hoje, um compromisso com a saúde pública. Quando venho aqui e faço a defesa mais enfática dos professores - e às vezes sou criticado, e a Maria Tereza também -, tem a ver, porque é a nossa categoria, e além disso são movimentos justos. Quando o governo deixa de investir os 25% da educação e investe apenas 20% - muito bem lembrado pela Maria Tereza -, e faz isso desde 1983, e faz a mesma coisa na saúde, são bilhões que deixam de entrar para a saúde e para a educação, fazendo deteriorar os serviços públicos dessas áreas no Estado.

Então o choque de gestão neoliberal e a falácia do déficit zero criaram condições para que essas greves acontecessem não para recompor salários, mas para dar uma sobrevida. As greves ficaram caladas, silenciadas durante muito tempo. A repressão aos movimentos era muito grande. Antigamente, quando o Senador Aécio Neves governava Minas Gerais, a imprensa tudo escondia. Essas greves eram sufocadas e reprimidas. Não havia condições, nem na Assembleia Legislativa, de fazer repercutir fatos ocorridos.

Felizmente, hoje a situação é um pouco melhor. Os movimentos já conseguem respirar e se organizar. As greves, quando necessárias, são feitas. Temos condições também aqui de algumas criações, por intermédio do Bloco Minas sem Censura, que espero, Deputado Antônio Júlio, seja refeito em sua integralidade. Ele continua existindo na prática. Em breve reveremos o Bloco Minas sem Censura, de forma oficial, na Assembleia Legislativa, porque foi uma declaração de respiração de liberdade. Declaramos que a censura em Minas teria fim de uma forma ou de outra. Nem que fosse apenas pelos microfones desta Casa, teríamos força para fazê-lo.

Tivemos mais sorte porque o próprio movimento social também conseguiu se libertar, e o nosso movimento foi importante para que se rompesse esse silêncio absoluto imposto pela mídia, imposto pelo Governador que a tudo controla: Tribunal de Contas, Ministério Público, Assembleia Legislativa, mídia, imprensa, Tribunal de Justiça. Conseguimos, por meio do Minas sem Censura e do movimento social, fazer um rompimento desse silêncio absurdo que estava imposto a Minas. Hoje pelo menos já respiramos algum grau de liberdade feito, diga-se de passagem, a ferro e fogo. Fomos personagens importantes disso que vem acontecendo, por isso nossa solidariedade com o movimento social é ampla, geral e irrestrita. Ela é absoluta. Lembrei-me desse momento da vida do ex-Prefeito e médico Célio de Castro, que já naquela ocasião, de momentos muito mais difíceis que hoje, saiu de Brasília e veio ser interlocutor de uma greve de professores que se prolongava – não havia a compreensão de ser negociada.

Neste momento, temos o Bolsa-Escola, que me faz lembrar, com muito carinho, Célio de Castro em parceria com Patrus Ananias e com este Deputado, que à época era Vereador. Constituímos esse excelente programa do Bolsa-Escola. Depois o Presidente incluiu o Bolsa Família em outro programa, já com o Suplicy. Refiro-me ao Renda Mínima. Ninguém podia passar fome, deixar de ter uma renda mínima para comer. Essa é uma questão humanitária e de direito universal. Quando Suplicy falava isso como Senador, todos o consideravam doido. Como o Brasil poderia conseguir oferecer às famílias de todo o País um mínimo para viverem? Ele a isso chamava imposto negativo. O Deputado Adelmo deve lembrar-se do Suplicy nos congressos do PT. Para dizer a verdade, nem os petistas acreditavam muito nisso. Na época do neoliberalismo, falar que o Estado ofereceria a cada família o mínimo para viver fazia com que pensássemos que o Suplicy era muito fantasioso, que era um ótimo Senador, mas meio “voador”, meio aéreo. Ele, quando ia aos encontros do PT, pautava o Renda Mínima para convencer os petistas de que tínhamos de ter um imposto negativo. Perguntávamos o que era esse imposto negativo do Senador Suplicy. Ele nos explicava tudo pacientemente e dizia ao Lula que,



quando este fosse Presidente da República, deveria implantar o imposto negativo no Brasil. Lembro-me de ouvi-lo falar isso num Congresso. Ele explicava essa teoria aos petistas e ao próprio Presidente Lula. Quando Lula assumiu, na forma do Bolsa-Família, instituiu o que Suplicy chamava imposto negativo, que é o Estado subsidiar aqueles que são mais pobres com um mínimo de condições para sua sobrevivência. Isso é o Bolsa Família, que muitos também não compreenderam. Alguns não o compreenderam, hoje já existe uma compreensão maior.

Setores conservadores passaram a dizer que isso não era justo, que o pai de família tomaria cachaça com esse dinheiro, que não o aplicaria da forma correta. É claro que todo projeto implantado tem seus problemas e defeitos. É óbvio que, ao oferecer a milhões de pessoas um programa como esse, alguns podem usar mal o recurso. Mas, com o tempo, vai se aperfeiçoando o programa. Um dos aperfeiçoamentos foi colocar a mulher como recebedora do Bolsa Família.

A crítica de que alguém poderia usar isso mal, bebendo cachaça, etc., foi, de certa forma, absorvida, fazendo-se um aparato para que isso não acontecesse. Então, deu-se prioridade à mulher, e ela, mais sensível, como mãe, cuida daquilo para a escola e para matar a fome. Eu sei que hoje poucos têm coragem de criticar o programa, e ninguém tem coragem de dizer que ele vai acabar. Podem até não concordar com ele, mas esse programa não acabará, porque virou uma realidade nacional.

Então, Sr. Presidente, queria terminar as minhas palavras dizendo que esse projeto que estamos aprovando diz respeito ao Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento, que, aparentemente, não tem nada a ver com o que digo aqui, mas com o que eu disse na parte da manhã. Só é possível estabelecer um desenvolvimento real para o nosso país e para o nosso Estado de Minas Gerais se pensarmos no desenvolvimento em seus dois aspectos: o desenvolvimento econômico, que precisa ser planejado, com a distribuição de renda, com desenvolvimento social. Se não há desenvolvimento social, não há distribuição de renda e não conseguiremos, de fato, avançar no desenvolvimento de Minas Gerais. E o Estado deve muito disso. Avançamos pouco em Minas Gerais, em relação ao que avançamos no Brasil. É preciso que o Governador Anastasia rompa com os preceitos anteriores, que fizeram parte da formação brasileira, da época do neoliberalismo, e assuma já um caráter mais social e mais amplo para o Estado de Minas Gerais, aproveitando melhor os programas nacionais existentes. Então, quero votar pela aprovação e encaminhar pela aprovação do projeto.

Termino aqui o processo de discussão, agradecendo à Presidência e aos demais Deputados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/7/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Leonardo Salles Lafeté do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Marília Naves Gonçalves de Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas.

Gabinete do Deputado Bosco

exonerando Luiz Carlos Bittencourt do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Rita de Cássia Alves Rezende Del Bianco para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Perrella

exonerando Afranio Alves Mendonça Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Gleiciene Eustáquia da Silva Pio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 17/7/2012, Eliana Castro Maia do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no CCM.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 55/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1º/8/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de sistemas de edição de vídeo e produção de jornalismo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.



Belo Horizonte, 17 de julho de 2012.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A DDTIZA Ltda. Objeto: prestação de serviço de controle, combate e extermínio de pragas urbanas. Vigência: 12 meses contados da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 19/2012. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.